

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARISTELA SANT'ANA DE OLIVEIRA

DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A CIDADE NA DÉCADA DE 1930: AS  
CRÔNICAS DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS E O ÁLBUM DE PONTA GROSSA

PONTA GROSSA  
2020

MARISTELA SANT'ANA DE OLIVEIRA

DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A CIDADE NA DÉCADA DE 1930: AS  
CRÔNICAS DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS E O ÁLBUM DE PONTA GROSSA

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre no Programa  
Mestrado Profissional em Ensino de História da  
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Professor Dr. Marco Antonio Stancik

PONTA GROSSA  
2020

O48

Oliveira, Maristela Sant'Ana de

Discursos e representações sobre a cidade na década de 1930: as crônicas do Jornal Diário dos Campos e o Álbum de Ponta Grossa / Maristela Sant'Ana de Oliveira. Ponta Grossa, 2020.

192 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Stancik.

1. História - ensino. 2. Espaço urbano. 3. Jornal. 4. Fotografias. 5. História local. I. Stancik, Marco Antonio. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ensino de História. III.T.

CDD: 981.62



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade  
Estadual de  
Ponta Grossa

## TERMO DE APROVAÇÃO

**MARISTELA SANT'ANA DE OLIVEIRA**

**DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A CIDADE DE PONTA GROSSA NA  
DÉCADA DE 1930: AS CRÔNICAS DO JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS E O ÁLBUM  
DE 1936**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 13 de maio de 2020, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marco Antonio Stancik (UEPG - Orientador)

Rosângela Wosiack Zulian (UEPG)

Francieli Lunelli Santos (UEPG-UAB)

Ponta Grossa, 13 de maio de 2020.

*Aos meus pais, Adolfo e Tereza,  
pois sem eles eu não seria quem sou  
Aos meus filhos Mariana e Lorenzo  
por encherem minha vida de alegria  
Ao Rodrigo, por estar sempre ao  
meu lado*

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta pesquisa, sinto-me profundamente grata a muitas pessoas que contribuíram de variadas formas e em diferentes momentos para que este ciclo pudesse se fechar. Obrigada a todos! Sem vocês, não teria sido possível.

Aos professores do Programa Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que me acolheram com entusiasmo e contribuíram para meu aprendizado de forma singular, em especial à Professora Dra. Angela Ribeiro Ferreira e ao Professor Dr. Paulo Roberto Dias de Mello, coordenadores do Curso, que além de professores, foram amigos presentes.

Aos colegas da turma do ProfHistória 2018, obrigada por compartilharem comigo suas experiências, momentos de angústias, muitas risadas, companheirismo e a crença na educação como transformadora de vidas. Vocês estarão sempre entre minhas mais doces lembranças.

Ao professor Dr. Niltonci Batista Chaves, meu orientador durante parte do Mestrado, pelas contribuições.

Meu sincero agradecimento ao Professor Dr. Marco Antonio Stancik, por me adotar com sua orientanda nos últimos meses do Curso. Sua competência, comprometimento, responsabilidade e compreensão foram fundamentais.

À professora Dra. Rosangela W. Zulian, agradeço a leitura atenta dos textos e preciosas contribuições nas Bancas de Qualificação e Defesa.

Minha gratidão também à Professora Dra. Francieli Lunelli Santos que aceitou participar de minha banca de Defesa, com sua leitura rigorosa e generosa do trabalho.

À minha família e amigos, por estarem comigo e desejarem o meu sucesso, sobretudo aos meus pais, Adolfo e Tereza, que deram o melhor de si para a realização dos meus sonhos.

Gratidão aos colegas e Direção do Colégio Estadual Epaminondas Novaes Ribas pelo apoio concedido, em especial ao Rafael Mehret pelo incentivo de sempre.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela Bolsa de estudos concedida.

Aos funcionários da Casa da Memória, Carla, Denise e Alan, pela atenção concedida ainda nos primeiros passos da pesquisa.

Aos meus pequenos Lorenzo e Mariana, pelo carinho e paciência, mesmo sem compreender as ausências. Vocês são minha maior fonte de inspiração!

Ao Rodrigo, meu porto seguro, todo meu amor.

*De tudo ficaram três coisas...  
A certeza de que estamos começando...  
A certeza de que é preciso continuar...  
A certeza de que podemos ser  
interrompidos antes de terminar...  
Façamos da interrupção um caminho  
novo...  
Da queda, um passo de dança...  
Do medo, uma escada...  
Do sonho, uma ponte...  
Da procura, um encontro!*

*Fernando Pessoa*

## RESUMO

A pesquisa propõe uma análise da produção jornalística e fotográfica sobre o espaço urbano em Ponta Grossa na década de 1930. As fontes utilizadas são cinquenta crônicas do jornal *Diário dos Campos* e o *Álbum de Ponta Grossa de 1936*. As crônicas discutiam supostos problemas enfrentados pela população ponta-grossense daquele período, num momento de reordenamento do espaço urbano promovido na cidade naquela década. Os textos demonstram os discursos emitidos pelo jornal sobre Ponta Grossa e permitem analisar como o cronista se posicionava diante desse processo e, sobretudo, como percebia os indivíduos que não se adequavam ao modelo de cidade pretendida - moderna e civilizada, como os menores que viviam pelas ruas, os moradores que não cumpriam as regras para novas construções ou os comerciantes que estavam em falta com as normas de higiene propostas pelas Posturas Municipais, dentre outras variadas situações. Partindo dos temas discutidos nas crônicas, a pesquisa busca estabelecer diálogo com um conjunto de fotos produzidas por Ewald Weiss para compor o *Álbum de Ponta Grossa de 1936*, priorizando as fotografias sobre a temática urbana. Analisa-se, portanto, diferentes representações construídas pelas fontes sobre o espaço e a sociedade ponta-grossense, e como divulgaram os ideais de modernidade, ordem e civilidade na tentativa de construção de um imaginário e uma memória de cidade moderna, ordeira e civilizada. Há ainda um material didático pedagógico que pode ser utilizado por professores do Ensino Fundamental e Médio, contemplando os resultados da pesquisa e com sugestões de atividades e metodologias para abordagem da temática da história local com o uso de fontes em sala de aula.

**Palavras chave:** ensino de história, espaço urbano, jornal, fotografias, história local



## **ABSTRACT**

A research proposes an analysis of the journalistic and photographic production on the urban space in Ponta Grossa in the 1930s. As sources used are chronic kinetics of the newspaper *Diário de Campos* and the 1936 *Ponta Grossa Álbum*. As chronicles they discuss supposed problems affected by the tax cutting-edge period, at a time of reorganization of the urban space promoted in the city in those decades. The texts demonstrate the speeches issued by the newspaper about Ponta Grossa and examine how the chronicler positions himself after this process and, mainly, how they perceive those who do not fit the intended city model - modern and civilized, like the minors who lived on the streets, the residents who do not comply with the rules for new construction or the traders who were at fault with the hygiene rules applied by the Municipal Postures, among other variables. Starting from the themes discussed in the chronicles, a research seeks to define dialogue with a set of photos produced by Ewald Weiss to compose the *Ponta Grossa Album* of 1936, prioritizing as photographs on an urban theme. Therefore, analyze the different representations built by sources about space and Ponta-Grossense society, and how the ideals of modernity, order and civility were disseminated in an attempt to build an imaginary and memory of the modern city, or civilization. There is still a pedagogical didactic material contemplating the results of the research, with suggestions of activities and methods for the use of elementary and high school teachers, to address the theme of local history and the use of sources in the classroom.

**Keywords:** history teaching, urban space, newspaper, photographs, local history

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Página do Jornal <i>Diário dos Campos</i> .....	48
FIGURA 02: Capa do Álbum de Ponta Grossa de 1936 .....	59
FIGURA 03: Planta da cidade de Ponta Grossa .....	64
FIGURA 04: Vista parcial de Ponta Grossa .....	65
FIGURA 05: Trecho da Avenida Carlos Cavalcanti .....	66
FIGURA 06: Rua XV de Novembro .....	76
FIGURA 07: Avenida Vicente Machado .....	80
FIGURA 08: Rua Augusto Ribas .....	82
FIGURA 09: Catedral de Ponta Grossa .....	83
FIGURA 10: Matriz de Ponta Grossa .....	84
FIGURA 11: Usina do Rio Pitangui-Prada Eletricidade .....	88
FIGURA 12: Usina do Rio Pitangui-Prada Eletricidade .....	89
FIGURA 13: Praça João Pessoa .....	94
FIGURA 14: Rua Coronel Claudio .....	100
FIGURA 15: Avenida Bonifácio Vilela .....	104
FIGURA 16: Avenida Balduino Taques .....	105
FIGURA 17: Rua Padre João Lux .....	109
FIGURA 18: Obras de Canalização do Arroio Pilão de Pedra .....	112
FIGURA 19: Carrinho de coleta de lixo novo .....	113
FIGURA 20: Carrinho de coleta de lixo antigo .....	113
FIGURA 21: Praça Marechal Floriano Peixoto .....	115

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. HISTÓRIA LOCAL, FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	24
1.1 HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA .....	24
1.2 FOTOGRAFIAS E JORNAIS: AS FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA .....	27
1.2.1 As fotografias .....	27
1.2.2 Outra possibilidade de pesquisa: o jornal como fonte .....	32
1.3 AS FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA .....	34
<b>2. DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE UMA CIDADE MODERNA: O JORNAL <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> E O <i>ÁLBUM DE PONTA GROSSA</i></b> .....	40
2.1 SENTINELAS DO PROGRESSO: O <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> E AS CRÔNICAS <i>PROBLEMAS CIDADINOS</i> .....	40
2.1.1 José Hoffman e o discurso do <i>Diário dos Campos</i> .....	47
2.2 VISTAS DA CIDADE NO <i>ÁLBUM DE PONTA GROSSA DE 1936</i> .....	52
2.2.1 Colecionando paisagens: os álbuns fotográficos e a memória das cidades .....	52
2.2.2 O <i>Álbum de Ponta Grossa</i> .....	56
2.3 O DISCURSO DE MODERNIDADE, PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO NAS CRÔNICAS E IMAGENS .....	70
2.3.1 A luz do Progresso: a Companhia Prada de Eletricidade .....	88
2.4 EM BUSCA DA CIDADE BONITA E HIGIENIZADA .....	92
2.4.1 Os entraves para o progresso: vândalos e menores nas ruas .....	93
2.4.2 Ponta Grossa: Uma bela e higienizada cidade .....	102
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	119
<b>FONTES</b> .....	122
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	123
<b>APÊNDICE A - AS FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: CRÔNICAS E FOTOGRAFIAS DO <i>ÁLBUM DE PONTA GROSSA DE 1936</i></b> .....	131

## INTRODUÇÃO

Desde as primeiras aulas do curso do Mestrado Profissional, quando do início das discussões sobre um possível objeto de estudo que deveria ser desenvolvido, uma de minhas primeiras ideias foi a de uma pesquisa que estabelecesse uma relação entre ensino de história e a história local, buscando assim contemplar o que acredito ser uma questão primordial dentro do processo de ensino-aprendizagem: a aproximação dos alunos da “sua” história, percebendo-se enquanto sujeitos do processo histórico de que fazem parte.

Se, de um lado, defendo a importância de trabalhar com os alunos a história local, também sei pela experiência da prática escolar, no diálogo com colegas e pelo próprio currículo, que boa parte das vezes ela não é discutida em sala de aula, e esta seria então uma oportunidade para fazê-lo.

Durante bastante tempo e mesmo atualmente, para alguns historiadores, a história local é menosprezada, julgada incapaz de dar conta de uma relação com um contexto mais amplo, acusada de gerar uma fragmentação que impossibilita sua relação com um contexto maior, já que se preocupa com o micro, com o regional. Sobre esse posicionamento, Resnik (2008, p. 03) afirma que:

Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais.

Assim, o estudo do local, sobretudo em sala de aula, em vez de ser negativo, permite ao aluno a criação de uma relação de identificação, de pertencimento com a história de seu bairro, sua região, sua cidade. É capaz de fazê-lo reconhecer-se como sujeito histórico, como agente de sua própria história, na medida em que consegue relacionar elementos de seu cotidiano, como sua casa, sua escola, o bairro e a cidade em que vive como pertencentes à história. Dessa maneira, o que é estudado na escola passa a fazer mais sentido para o aluno. Sobre isso, Neves afirma que:

A história regional e local constitui-se, portanto, numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consangüíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica, como meio de se alcançar o conhecimento de viveres e saberes em dimensões inatingíveis por outras abordagens sistêmicas ou de abrangências espaciais mais amplas. (NEVES, 2002, p. 45, *apud* NEVES 2008, p. 31)

Por isso, ao abordar a história local em sala de aula, leva-se ao aluno a possibilidade de se aproximar dessas dimensões que não seriam possíveis ao se estudar somente fatos mais abrangentes da História do Brasil, América Latina, Europa, por exemplo. Esses viveres e saberes possíveis com a análise da história local permitem a ele enxergar a história que ele encontra ali, próxima dele, ao mesmo tempo em que a relaciona com o contexto mais amplo, em uma escala nacional e/ou global.

Assim, buscando entender a história da cidade por esse prisma, pensei que seria interessante um trabalho que contemplasse o espaço urbano de Ponta Grossa, discutindo aspectos relativos ao processo de crescimento e urbanização da cidade, proporcionando a discussão desse tema em sala de aula, por meio do uso das fontes.

Num momento em que se afirma a necessidade da aproximação entre a prática de ensino e pesquisa, na qual o aluno deve ser colocado na condição de protagonista na busca e construção de seu próprio conhecimento, é salutar discutir o quanto é importante que as aulas de história tragam materiais e metodologias que o estimulem à investigação e ao questionamento a respeito do processo histórico. As fontes, nesse caso, permitem ao professor incentivá-los a questionar esses documentos, buscando as informações que considerem relevantes, desenvolvendo a criticidade sobre a fonte e o contexto em que ela foi produzida.

Sobre o uso das fontes na área do ensino, Schmidt e Cainelli (2004, p. 94) afirmam que:

sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. [...] facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada.

Mais uma vez destaca-se aqui a importância de estabelecer-se uma relação de proximidade entre o estudante e a história e a análise das fontes possibilita isso. Sobre isso a BNCC-Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 418) salienta:

O exercício de transformar um objeto em documento é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu. O documento, para o historiador, é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos. Os documentos são portadores de sentido, capazes de sugerir mediações entre o que é visível (pedra, por exemplo) e o que é invisível (amuleto, por exemplo), permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu.

Para que o trabalho com fontes ganhe importância, é necessário que o professor atue na condição de mediador do processo de aprendizagem e use de rigor metodológico. É preciso

que tenha clareza sobre os objetivos de usar a fonte em sala. Por isso Caimi (2008, p. 147), alerta que

é imprescindível o trabalho do professor e do aluno na problematização e significação dos documentos, utilizando-os de modo a extrapolar meras funções de ilustração, motivação, informação ou prova, ainda que estas possam ter relativa importância. O desafio é, tomando os documentos como fontes, entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor.

Por se entender que o uso dos documentos é fundamental nesse processo, restava a escolha de um tema e das fontes. A partir de leituras iniciais, das discussões proporcionadas pelas aulas do Mestrado e pensando sobre os objetivos a serem alcançados com o trabalho, que primordialmente consistiam na pesquisa e elaboração de um produto para ser utilizado por professores na abordagem da história local, surgiu a ideia do uso da imagem fotográfica. Sabendo que Ponta Grossa dispõe de acervos fotográficos abertos para pesquisa e que muito desse material se refere a imagens urbanas, definiu-se também minha temática inicial: uma discussão sobre o espaço urbano ponta-grossense por meio das fotografias.

Porém uma inquietação permanecia latente: que aspectos eu abordaria nas fotografias? Qual a melhor proposta de trabalho para com essas imagens? Qual seria meu recorte temporal, temático? Diante das dúvidas, entretanto, havia uma certeza: a busca na imagem do elemento que não estava tão aparente, que não saltava aos olhos num primeiro olhar, mas sim, aquilo que não se quis mostrar. Essa certeza surgiu depois do contato com uma das obras de Carlos José Ferreira dos Santos: “Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915”, publicada em 2003. Em sua obra, o autor busca, por meio de vasta e variada documentação, que inclui as imagens fotográficas, mostrar aspectos da história da população pobre e nacional que vivia na cidade de São Paulo da virada do século XIX para o XX, desmistificando e desconstruindo a versão de que os imigrantes, sobretudo, italianos dominavam o cenário urbano naquele momento. Em sua análise, Ferreira procura demonstrar a presença significativa desses indivíduos, que, por algumas razões, ficaram por muito tempo relegados ao esquecimento pela historiografia.

A beleza e sensibilidade da obra desse historiador trouxe a certeza de que meu olhar deveria se dirigir para os indesejados da cidade, fossem eles pessoas ou situações. O caminho da pesquisa então me levou ao interesse pelo jornal, que entendi como uma forma de dialogar com as imagens, apresentando uma visão que corroborasse o discurso imagético ou que se diferenciasse dele. E que se esclareça que isso não se deu por pensar que a fotografia seria incapaz de proporcionar por si só uma boa pesquisa, mas sim para possibilitar uma outra

abordagem, uma outra forma de discurso - o textual, que entendi ser muito importante para o trabalho pois permitiria melhor compreensão do contexto de produção das fotos.

Durante longo período, a concepção que a historiografia teve sobre fontes históricas era um tanto limitada. Com o predomínio da tradição positivista no século XIX, o texto escrito, preferencialmente oficial, foi considerado como a fonte mais confiável para se atingir o objetivo do historiador, entendido naquele momento como aquele que tinha o dever de contar a verdade da história, mantendo-se neutro diante dos fatos. Muitos documentos eram julgados, por isso, incapazes de oferecerem a imparcialidade e objetividade necessárias para se conhecer “o que realmente aconteceu”.

Com o esgotamento desse modelo e a proposta oferecida pela Escola dos Annales, a partir dos anos de 1930, uma nova visão começou a surgir a respeito do uso de fontes até então negadas pelos historiadores. A partir dali o leque se abriu e a imaginação, aos poucos, ganhou asas. Maurílio Calonga, ao analisar o uso da imprensa como fonte e essa mudança de paradigmas, comenta que

[...] a noção do que se constituía como fonte histórica ampliou-se e o documento deixou de ser apenas o registro político e administrativo, identificado, pois, em um processo temporal de construção, portanto, histórico. Enquanto os historiadores metódicos viam nos documentos, e mais, apenas nos documentos oficiais a possibilidade de investigação histórica científica, à procura de uma certeza objetiva, os *Annales*, recusando esta ideia, afirmavam ser o discurso histórico fruto das interferências do historiador, de suas escolhas, de seu olhar. O historiador, nesse sentido, não estaria mais submisso ao documento. (CALONGA, 2012, p. 02, grifo do autor)

O pesquisador assumiria, a partir daí, um papel muito mais significativo na construção do conhecimento. Passava-se então a entendê-lo como alguém com a capacidade de escolher, de fazer opções, enfim, de se posicionar diante de seu objeto de pesquisa e de suas fontes. Quanto a estas, Maria Elisa Borges (2011, p. 77) explica que, a partir dessa nova concepção, em princípio, “fontes escritas, orais e visuais teriam a mesma importância para e no trabalho”, entretanto, essas mudanças aconteceriam aos poucos. Para Tania Regina De Luca (2005, p. 112), que faz uso dos jornais em suas pesquisas, naquele momento os periódicos ainda

pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.

Por muito tempo a imprensa ainda permaneceria refém de desconfianças. Maria Helena Capelato (1988, p. 21), afirma que até a metade do século XX, alguns historiadores brasileiros ainda hesitavam em adotá-la como fonte e costumavam se assumir “duas posturas diferentes em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o

enalticimento por encará-lo como repositório da verdade”. Ambas, segundo Capelato, são visões equivocadas, já que o jornal não é um transmissor neutro e imparcial da verdade, mas nem por isso desprezível, pois “A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais.” (CAPELATO, 1988, p. 21).

Uma nova concepção de fonte só ganhou mais força a partir da década de 1970, após a chamada terceira geração de Annales, quando os olhares dos historiadores se voltaram ainda mais para o campo da história social, cultural, das mentalidades, do imaginário, dos assuntos do cotidiano, abarcando antigos e recentes temas. Para isso, outros documentos passaram a ser contemplados pelo pesquisador. Essa visão sobre as fontes era, portanto, resultado de uma forma inovada de se conceber a história, com seus “novos objetos, novas abordagens e novos problemas”, anunciadas por Le Goff<sup>1</sup>, permitindo que, por variados métodos e enfoques, outros sujeitos fossem contemplados por ela.

Na pesquisa, defendo que o uso do jornal é fonte viável na medida em que permite que conheçamos aspectos cotidianos de Ponta Grossa. Os periódicos trazem elementos da realidade econômica, política, social, cultural de uma cidade, estado ou país, e que são representados em seu discurso, que em nenhum momento é ingênuo ou imparcial. Há que se concordar que:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, *apud* DE LUCA, 2005, p. 118)

Semelhante ao jornal, ou talvez ainda mais, a fotografia foi alvo de desconfiança dos historiadores. Durante muito tempo, desde sua invenção e posterior popularização, a fotografia foi interpretada como incapaz de servir à história e, diante do documento escrito, que era mais valorado pelo campo historiográfico, as imagens permaneceram por longo tempo consideradas documentos de segunda categoria.

Com os novos paradigmas que se colocaram para a história, sobretudo após os anos de 1960-1970, o interesse pelas imagens foi crescendo paulatinamente nas mais diferentes áreas, dentre elas a história. A partir daí, como bem coloca Maria Eliza Borges,

---

<sup>1</sup> Frase muito citada quando se fala da ideia defendida por Jacques Le Goff e Pierre Nora na obra publicada em 1974, em três volumes, intitulados História: novas abordagens, História: novos objetos, História: novos problemas, considerada um marco dentro do campo historiográfico.



A realidade deixa de ser, como queriam os historiadores da Escola Metódica, a encarnação de uma verdade única e absoluta. O documento se apresenta como fragmento do real que nos chegam por meio das intenções explícitas e ocultas, voluntárias ou involuntárias de seus produtores; e, o conhecimento histórico torna-se uma operação teórico-metodológica que visa compreender e interpretar os sentidos que os atores sociais atribuem a seus atos materiais e simbólicos. (BORGES, 2011, p. 80-81)

Desde então, novas pesquisas foram pensadas a partir do uso das imagens, não somente como ilustração ou confirmação de um texto escrito, mas a partir dos sentidos que ela, em si, oferece sobre uma determinada realidade passada. Nesse sentido, Ana Valeria de Figueiredo da Costa (2008, p. 15) afirma que

uma imagem nunca é inocente retrato desprovido de significação. É documento sócio-histórico de uma época, de um lugar, de um grupo social, atestado de usos e costumes. É formadora de identidades que se constroem no cotidiano. Partindo desse pressuposto, investigar imagens é construir um discurso visual de um determinado tempo-espaço, com uma história preta de significações explícitas, tanto quanto simbólicas.

Dessa maneira, as fotografias analisadas na pesquisa são investigadas a partir da concepção de que o objetivo da foto era cristalizar, deixar para a posteridade uma determinada imagem, guardar uma memória do objeto fotografado.

A partir daí, levando em consideração todas essas possibilidades e questionamentos sobre as fotografias, entendo que essa fonte de pesquisa permite ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a cidade captada nas lentes dos fotógrafos e cristalizada em imagens. A análise e os questionamentos feitos às fotografias permitem a construção do conhecimento histórico a partir das representações feitas dos espaços, dos sujeitos, dos objetos retratados ou da ocultação deles, revelando práticas socioculturais de um determinado momento histórico. Informações sobre o cotidiano da cidade, que eu pretendia tornar “vivo” na pesquisa, poderiam, em meu entender, ser obtidas com a análise do jornal e das fotografias.

Sobre o contexto em que essas fontes foram produzidas, podemos considerar que desde os primeiros anos do século XX a cidade de Ponta Grossa passou por um significativo processo de urbanização e modernização, a exemplo de tantas outras cidades do Brasil, grande parte, inspirados em modelos europeus. São várias narrativas que relatam e discutem esse processo que ocorreu na cidade, embalado, dentre outros fatores, pela chegada da ferrovia, em 1893, como ponto final da Estrada de Ferro do Paraná e em 1896 com a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Outro fator foi o crescimento populacional, influenciado, sobretudo pela vinda da própria ferrovia e pela chegada de imigrantes das mais diferentes origens que se instalaram na região desde fins do século XIX.

A partir daí a cidade passaria por mudanças em seus aspectos urbano, econômico, industrial, mantendo-se na posição de segunda maior cidade do Paraná, perdendo somente para a capital, Curitiba. Esse processo de desenvolvimento teria se estendido desde o início do século XX, pelas décadas seguintes. Na década de 1930 a cidade havia expandido significativamente suas áreas de ocupação para áreas mais afastadas do centro, várias indústrias e casas de comércio, refletindo em sensíveis mudanças em sua configuração urbana.

Com essas alterações em curso, surgiu a necessidade de aplicação de maiores recursos em infraestrutura para atender as demandas de uma cidade que ganhava cada vez mais habitantes. Paralelo a essas alterações de ordem física e estrutural, havia por parte dos grupos que ocupavam o poder, a intenção de promover um ordenamento do espaço urbano e dos comportamentos da população, pregando a prática de novos hábitos, compatíveis com os padrões que chamavam de moderno e civilizado.

Dentro da proposta de busca por elementos que destoassem do ideal de modernidade e civilidade almejados naquele momento, deparei-me com os *Problemas citadinos*, ou melhor, com um conjunto de 50 crônicas publicadas pelo Jornal *Diário dos Campos*, entre os meses de outubro de 1937 e março de 1938, que não tinham autoria identificada. Esses textos apontavam para alguns inconvenientes, que segundo o autor, eram percebidos no cotidiano da cidade de Ponta Grossa, contrariando, portanto, um discurso que a apontava como moderna e civilizada.

Pretendia, dessa maneira, abordar outros aspectos da cidade, que alguns discursos podem ter tentado ocultar - o lado da pobreza, da marginalidade, da mendicância, da criminalidade, da falta de saneamento básico e pavimentação, dos costumes e práticas que não condiziam com a proposta de cidade pretendida e anunciada inclusive nas páginas do próprio jornal.

Para compreender melhor qual o posicionamento manifestado pelo poder público com relação ao processo de urbanização da cidade, decidiu-se pelo uso de outros documentos que revelassem outro prisma, o olhar das autoridades, o olhar “oficial”, que comumente busca silenciar conflitos e transmitir a ideia da harmonia, do trabalho do poder público para o bem de todos, visando o progresso e a ordem.

A partir daí questionei-me sobre como os órgãos governamentais, por meio de documentação produzida pelo Município ou a pedido dele, teriam representado a cidade nesse período, buscando compreender os ideais de progresso e modernidade que o poder público quis divulgar com esses documentos.

Decidiu-se então pela adoção de uma publicação realizada durante a gestão do prefeito Albary Guimarães – o *Álbum de Ponta Grossa de 1936*<sup>2</sup>, que divulgava por meio de vários textos informativos e imagens, a situação em que se encontrava a cidade, em diferentes aspectos, como a economia, política, educação, saúde, dentre outros. Essa escolha pretendia assim, usar das fotografias impressas no *Álbum* para estabelecer o diálogo desejado com as crônicas do jornal. O documento é de 1936, organizado por Adar de Oliveira e Silva, com fotografias de Ewald Weiss, encomendado pelo prefeito Albary Guimarães.

Ao estudar os Álbuns da cidade de Porto Alegre das décadas de 1920 e 1930, Zita Possamai (2005, p. 111) destacou que “os álbuns fotográficos apresentam uma riqueza de informações a serem analisadas e, mais que isso, permitem a leitura de uma determinada narrativa, tecida a partir da lógica de ordenação das imagens fotográficas no seu interior.” Os álbuns, assim buscariam um tipo de síntese da cidade, construindo uma narrativa que repassasse o ideal de ordem, beleza, progresso, buscando a formação de uma memória de modernidade sobre a urbe.

No mesmo contexto que englobava a gestão do prefeito Albary Guimarães, que se estendeu de 1934 a 1944, em 1939 foi produzido um novo Código de Posturas Municipais, que tinha como principal objetivo estabelecer normas de conduta, comportamento, procedimentos a serem seguidos e cumpridos pelos diferentes cidadãos e estabelecimentos comerciais e industriais da cidade, como pelo próprio poder público.

Além disso, em 1944 foi publicado um Relatório de Governo, em que se fazia um balanço dos 10 anos de governo de Guimarães e um levantamento das chamadas realizações e conquistas, nas mais diferentes áreas como saúde, educação, indústria, agricultura, desenvolvimento urbano, trazidas para a cidade de Ponta Grossa durante a década, a título de “prestação de contas ao contribuinte e à população em geral”, como se lê na capa do relatório.

Essas publicações formam um conjunto documental que demonstra como a gestão pretendia unir os ideais de ordenamento e modernidade, aspirados para a cidade, ao mesmo tempo em que promovia grande publicidade sobre as obras que afirmavam ser promovidas durante seu governo.

Ao estudar o Código de Posturas de Ponta Grossa de 1915, Juliana Pegoraro Kus (2015, p. 18), salienta que

O Código de Posturas, instrumento do poder público para normatizar as mais diversas atividades desenvolvidas no espaço urbano, era baseado nos fundamentos científicos e higienistas aceitos como verdadeiros naquela época. Concordando com estes ideais, os posicionamentos dos grupos dominantes em relação ao que

---

<sup>2</sup> A partir daqui, optei, na maioria do texto, por utilizar a denominação somente de *Álbum*.

consideravam melhor para a cidade também estavam presentes, levando em conta a diferenciação entre a cidade e o campo.

É possível perceber, assim, que esse modelo era entendido como o melhor para a cidade, a partir do olhar das elites, que buscavam implantar o referencial de desenvolvimento urbano criado na Europa, sobretudo a partir de meados do século XIX e que já vinha sendo adotado em várias cidades brasileiras desde os últimos anos daquele século, e se pretendia adotar também em Ponta Grossa.

Uma das questões centrais que surgiram foi sobre como esses diferentes documentos procuraram representar a cidade e a sociedade ponta-grossense? Qual a cidade que o discurso governamental procurou “construir”? O que era necessário disciplinar, normatizar? Em que medida esse ideal contemplava as diferentes camadas sociais presentes nessa cidade? Como essas diferentes camadas eram vistas?

O historiador José Roberto do Amaral Lapa (2008a, p 27), ao discutir o processo de urbanização da cidade de Campinas, em fins do século XIX, destaca que: “o poder investe nesse processo de normatização da vida urbana, procurando introduzir padrões e comportamentos que implicam numa racionalidade individual e coletiva”. Se fosse possível aplicar esse preceito ao caso de Ponta Grossa, quem estava fora desses padrões? Quem devia adequar-se ao comportamento pretendido? Que conflitos se geraram a partir disso?

São inquietações que a pesquisa despertou e que, por meio da análise e do diálogo entre os diferentes documentos, busquei compreender, relacionando as narrativas que se produziram sobre a cidade, tentando encontrar em que medida se fez presente o discurso de modernidade, de progresso e como esses documentos representaram visões e versões consoantes e/ou destoantes a respeito desse processo, já que se entende que esse fenômeno atingiu de maneira variada os diferentes sujeitos na cidade.

No trabalho, procuro discutir alguns conceitos teóricos fundamentais para a compreensão das fontes e construção da narrativa histórica, como o conceito de representação, que é alvo de várias discussões em diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, a linguística, a psicologia e a história.

Quando se diz que um dos objetivos aqui é buscar saber como Ponta Grossa foi representada no discurso jornalístico, por meio das crônicas, e do poder público, nas fotografias publicadas no *Álbum* da cidade, pretende-se o estudo da maneira pela qual os sujeitos que “falam” nas fontes veiculam a ideia de uma cidade moderna e progressista. Sobretudo o poder público, queria demonstrar, através das obras públicas, com os números na economia, na produção agrícola, comercial e industrial, que havia alcançado esse status.

Mesmo nas crônicas do jornal, que supostamente apontam para os “problemas” vivenciados cotidianamente, percebe-se que há a intenção de transmitir ao leitor desse discurso uma determinada imagem de cidade moderna e civilizada, cujos problemas destoavam desse modelo e por isso deviam ser solucionados.

A cidade estava ali, para ser visualizada pelas pessoas com seus próprios olhos. Porém, quando se produz, quer seja um documento, uma crônica de jornal, uma fotografia, o que se faz é uma determinada representação da cidade. O fato, o objeto em si, portanto, é reapresentado.

Chartier (1991, p. 184) afirma que “a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou uma pessoa”. Apesar de parecerem contraditórias, essas noções se completam já que, dentro da concepção das representações, a cidade existe, está ali, mas no momento em que ela é transformada em um discurso, seja textual, imagético, ela torna-se ausente, ao passo que se faz presente, real, porque se põe no lugar do outro.

Os discursos veiculados por meio das crônicas e fotografias que chegam até seu público/ leitor, não são os fatos ou os objetos em si, mas sim uma representação desses fatos e objetos, que nos chegam e permite que sejam apreendidos por nós, tornando-se presentes. Nesse sentido, Sandra Pesavento (2006, p. 50) completa ainda:

os homens elaboram idéias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade. Ação humana de re-apresentar o mundo – pela linguagem e pela forma, e também pela encenação do gesto ou pelo som -, a representação dá a ver e remete a uma ausência. É, em síntese, ‘estar no lugar de’. Com isto, a representação é um conceito que se caracteriza pela sua ambigüidade, de ser e não ser a coisa representada.

As crônicas procuravam, a todo o tempo, representar em seu discurso uma cidade culta, ordenada, civilizada, buscando que seus leitores sentissem a existência dessa cidade. O *Álbum*, por meio de suas fotografias, representava Ponta Grossa por meio de suas ruas largas, arborizadas, por casas grandes e belas, como se essas imagens fossem a própria cidade, que estava ali, naquelas páginas, para ser observada pelos seus leitores visuais.

Assim, por meio dessas representações, partindo do princípio de que os documentos analisados foram produzidos com determinados objetivos e tinham uma função junto ao seu público leitor, incluindo aqui as imagens, que possuem uma forma específica de serem “lidas”, que seguramente, ultrapassavam as intenções de repassar informações, trabalha-se aqui com a ideia de formação de imaginários sociais.

Busca-se então entender em que medida os discursos produzidos por esses documentos contribuíram para a construção da imagem da cidade como moderna e progressista e de um povo culto, ordeiro e civilizado. Bronislaw Baczko (1985, p. 309) afirma que:

através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o ‘chefe’, o ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc.

Os discursos, as representações presentes nas fontes realizavam, intencionalmente ou não, a construção desses imaginários que buscavam criar o modelo de bom cidadão, laborioso, culto, civilizado, que seria o tipo de indivíduo que se adequava ao modelo, também, de cidade desenvolvida, moderna e civilizada.

Nesse sentido, os imaginários proporcionam um sentimento de identificação e pertencimento a determinados modelos sociais, políticos, culturais. Como afirma Pesavento,

E, nesta medida, o imaginário – este sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história para dar significado às coisas - é sempre um outro real e não o seu contrário. O mundo, tal como o vemos, apropriamo-nos e transformamos é sempre um mundo qualificado, construído socialmente pelo pensamento. Esse é o nosso ‘verdadeiro’ mundo, mundo pelo qual vivemos, lutamos e morremos. O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima, existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, sobre o não tangível nem visível, mas que passa a existir e ter força de real para aqueles que o vivenciam. (PESAVENTO, 2006, p. 50)

Os discursos das fontes eram assim recursos utilizados na idealização de uma sociedade moderna e civilizada, que segundo esses discursos, era compartilhada pela população, salvo algumas exceções, que eram justamente aqueles que não aceitavam ou não se enquadravam dentro desse ideal.

Ao pesquisar sobre reformas urbanas e os discursos veiculados sobre modernidade, civilização, progresso, utilizou-se como referencial as colocações de Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Masseder Pereira (1994), que discutem como medicina, educação e engenharia trabalharam de mãos dadas, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, na adoção de medidas que buscavam implantar no Brasil os princípios de higiene, ordem, sanitarismo, educação, dentro do que se entendia por um mundo da modernidade e do progresso. Segundo os autores

A reformulação do espaço urbano foi uma das estratégias adotadas por este Estado, no início do século XX. A cidade, com sua organização físico-espacial, seus rituais de ‘progresso’ – como no caso das exposições nacionais e internacionais – passa a ter um caráter pedagógico. Torna-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos. Assim, quando estes especialistas-cientistas se propunham a reformar, organizar, mesmo em nível superficial, a

esperança que tinham era de que essa projeção externa, pública, cidadina, pudesse atingir e orientar os indivíduos. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 27)

Nessa perspectiva, acredita-se que as fontes exprimiam discursos semelhantes aos mencionados por esses autores. As crônicas do jornal *Diário dos Campos* apresentavam essa cidade, moderna e progressista e defendiam que aqueles que não agiam de acordo com esses princípios precisavam ser educados, disciplinados ou mesmo afastados dessa cidade bela e culta que era Ponta Grossa.

As fotografias do *Álbum* divulgavam imagens de uma cidade bonita, limpa e que investia em obras que melhorariam ainda mais o espaço, como canalização de arroios, pavimentação das ruas e arborização das praças, representando uma cidade que não comportava o que não fosse compatível com ela, ou seja, o que era feio, sujo, o que cheirava mal.

As práticas de controle social aplicadas em muitas cidades do mundo vão de encontro ao que Michel Foucault (2009, p. 79-98) definiu dentro do contexto da implantação de uma medicina social, que visava, por meio do controle do corpo, estabelecer também um controle social. Para este autor, a preocupação com a higiene, o saneamento e com isso a prevenção das doenças do corpo, tem a intenção de exercer o controle sobre os corpos dos indivíduos, discipliná-los e controlá-los. Essa medicina social, definida por ele, teria ainda a função de padronizar comportamentos de forma a racionalizar o espaço.

Importante ressaltar que o lugar social de onde se posicionavam essas fontes definia, portanto, seu discurso e suas práticas de poder. O poder público, no caso do *Álbum* e privado, no caso do jornal (embora esse sujeito a regras de mercado, como seus anunciantes), não ocupavam o mesmo lugar do trabalhador da rua, do menor abandonado que circulava pela cidade, do morador da periferia que não tinha sua rua calçada e rede de água e esgoto em seu bairro.

A abordagem do discurso realizado pelas fontes se pautou em princípios apontados por Eni Orlandi (2009) sobre a análise do discurso. Segundo a autora todas as formas de discurso precisam ser interpretadas não somente no aspecto da língua em si, mas enquanto produtores de significados. Ao pesquisador cabe “extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? [...] como este texto significa?” (ORLANDI, 2009, p. 17). Assim, a análise, sobretudo das crônicas, foi permeada por essas perguntas.

Para a autora essa abordagem considera que a linguagem não é transparente, assim, “não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja

enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” (ORLANDI, 2009, p. 16).

Dentro dessa proposta, procurou-se analisar as crônicas a partir da estratégia discursiva do jornal *Diários dos Campos*, uma vez que não havia autoria identificada, supondo-se assim que o lugar do qual se falava era então, o jornal, seus redatores, e obviamente, seu proprietário, José Hofmann. Além disso, buscando entender quais seriam seus possíveis leitores, uma vez que *o que se fala e como se fala*, depende de para *quem se fala*. Buscando essa interpretação discursiva, procuramos ir juntando os retalhos para formar a colcha que seria o resultado da pesquisa.

Assim como Orlandi (2009), Zicman (2012) e Weber (2012), por exemplo, ampararam, com seus textos o processo de catalogação e análise dos textos da imprensa utilizados na pesquisa.

Para a abordagem das imagens, utilizou-se de referenciais como por Boris Kossoy (2012) que auxiliou significativamente na análise das fotografias. O autor alerta para a importância de fazer um levantamento do material de acordo com a temática escolhida, buscando o maior número de informações possíveis sobre o contexto de produção, as técnicas utilizadas, a autoria da fotografia e o máximo de informações a seu respeito, pois todo o conjunto de informações ajuda a entender como o documento se transformou naquilo que está agora ali, ao alcance do pesquisador.

Maria Eliza Linhares Borges (2011) também discute os cuidados e as muitas variáveis a serem observadas pelo historiador ao usar da fotografia, como o contexto, técnica e fotógrafo, destacando ainda que a necessidade do cruzamento das informações com outras fontes, para possibilitar a compreensão sobre a produção de uma determinada imagem. Por isso a proposta da pesquisa em estabelecer o diálogo com diferentes fontes, como os documentos textuais.

A análise do *Álbum* foi guiada, sobretudo, pela metodologia adotada por Zita Possamai (2005) que propõe a interpretação das fotografias das vistas dos álbuns fotográficos como “suportes produtores de memória e também de esquecimento. Nelas são selecionados aspectos urbanos dados a ver e que se transformam em certas memórias da cidade, ao passo que outros aspectos são retirados da visibilidade, selando o esquecimento” (POSSAMAI, 2005, p 17). Seu trabalho iluminou significativamente a abordagem das fotografias enquanto composições de uma série, de uma publicação como o álbum da cidade.



A pesquisa culmina com a produção de um material de caráter pedagógico, para ser utilizado por professores da área de História e mesmo de outras áreas na abordagem da história da cidade de Ponta Grossa.

A dissertação segue dividida em dois capítulos. No primeiro a discussão se dá a respeito da história local analisando o próprio conceito de local e regional e como pode ser pensada sua relação com o ensino de história. Ainda desenvolvo um diálogo entre os diferentes tipos de fonte propostos para a pesquisa e seu uso para o ensino de história.

O segundo capítulo trata do Jornal *Diário dos Campos*, discutindo sua história, desde sua fundação e analisando o papel que desempenhou na sociedade ponta-grossense e seu posicionamento enquanto órgão de notícias, formador de opinião e participante do processo que buscava a formação de um imaginário de cidade ordeira, moderna e civilizada.

No mesmo capítulo apresento as características do *Álbum de Ponta Grossa* e analiso as imagens selecionadas da publicação, buscando dialogar com as crônicas *Problemas citadinos*, relacionando o discurso expresso nas formas textual e imagética de conceber a Ponta Grossa dos anos de 1930 trabalhando, sobretudo a partir dos conceitos de imaginário e representação.

Há ainda uma produção didático-pedagógica que propõe uma abordagem sobre a história local e o uso de fontes, especificamente o jornal e fotografia, no ensino de história, contendo uma discussão teórico-metodológica sobre o tema e ofertando sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas por professores, em sala de aula, contemplando a história local, imagem fotográfica e artigos de jornais. Este material está no Apêndice A da dissertação.

## 1. HISTÓRIA LOCAL, FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA

*A História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constitui-se-á em espaço social.*

*José D'Assunção Barros*

*Como transformar receitas, fotografias, crônicas de jornal, histórias de reis e rainhas, poemas e objetos em fontes? Tudo isso existe, mas só vai falar se começarmos a perguntar. Perguntas não devem faltar a quem tem curiosidade para viver..., a quem está pronto para começar o trabalho do historiador: transformar a matéria inerte em vida!*

*Marcela Lopes Guimarães*

Entre os principais objetivos dessa pesquisa está a produção de uma análise que possa enriquecer o trabalho de professores em seu trabalho cotidiano, trazendo propostas para o uso de fontes históricas sobre a história local em sala de aula. Este capítulo tem a intenção de dialogar sobre alguns aspectos conceituais e metodológicos sobre a história local, as fontes imagéticas e jornalísticas e sua utilização no ensino de História.

### 1.1 HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Para iniciar, é pertinente trazer a discussão sobre os termos “história local” ou “história regional”, utilizados no texto por diversas vezes, já que suscitam algumas dúvidas dentro do campo historiográfico.

Em seu artigo “História e história local: desafios, limites e possibilidades” Erinaldo Cavalcante (2018) enumera uma série de problemas para a denominação “história local”, que segundo ele, implica muitas dificuldades em relação a que afinal se refere a história local, como por exemplo, a ideia de que o termo *local* pode sugerir uma história pequena, no sentido de um acontecimento pequeno. Ou ainda, ao dizer que a história local seria a história do entorno, pode levar a pensar numa proximidade, não só geográfica, mas temporal, de certo acontecimento.

Além disso, o autor fala do risco de se determinar o objeto de estudo como local em função de um recorte somente geográfico, ou de que possa ser entendida apenas como um desdobramento da história nacional ou global. Para evitar possíveis equívocos que Cavalcante diz existir em torno do termo história local, o autor sugere que se adote a expressão “dimensão local da história” (CAVALCANTE, 2018, p. 287), pois esse conceito geraria

menos interpretações dúbias, confusas e daria conta das especificidades que envolvem a pesquisa e o ensino da história.

Entretanto, resta saber se a troca de uma expressão - *história local/regional*, pela outra - *dimensão local da história*, resolveria esses problemas interpretativos apontados por ele. Nesse sentido, creio que, por mais que esses equívocos em torno do termo possam surgir, no desenrolar do trabalho, à luz dos conceitos teórico-metodológicos e da discussão entre as fontes e a bibliografia utilizada, a pesquisa que optei por enquadrar dentro da perspectiva da história local, possa dar conta de esclarecer essa escolha.

Dentro da historiografia, o estudo dessa chamada história local ou regional vem sendo bastante discutido, porém, durante muito tempo não foi contemplado e nem aceito com bons olhos. A partir da metade do século passado, com a influência da Escola de Annales, incorporaram-se novos paradigmas para a pesquisa e a escrita da história, com novos “modos de olhar” dos historiadores para os mais variados objetos, nos mais diversos campos, dentro da história política, econômica, social e cultural, com a utilização de novos conceitos como representações, imaginários, mentalidades, dentre outros.

A partir desse contexto, também a história *do regional, do local*, ganhou o interesse de alguns historiadores que se voltaram para a análise de especificidades e particularidades de bairros, cidades, regiões e mesmo pessoas ou instituições.

Segundo Janaina Amado (1990, p.11), principalmente depois da década de 1970, graças a alguns fatores influenciadores, houve mudança nas concepções acerca da temática do local. Entre esses motivos estão o esgotamento do modelo das “macro abordagens” em forma de sínteses que, embora necessárias, segundo ela, não davam mais conta das particularidades. Ainda o surgimento de uma nova concepção de região, que leva em conta em sua definição fatores sociais, culturais, mais do que físicos e a expansão de cursos de pós graduação pelo país, fazendo surgir profissionais interessados em pesquisar temas regionais. Além disso, transformações na história do país, a partir daquele momento, que levaram ao interesse por regiões do Brasil até então pouco conhecidas, como o Norte o Centro-oeste.

Entretanto, aqui concordando com Cavalcante (2018), algumas indagações se impõem e devem ser observadas com cuidado no que tange a definições do que exatamente seria o local ou regional e sobre critérios dos quais o historiador se utiliza para definir essa abordagem escolhida.

É necessário admitir que cada vez que esses termos são empregados, automaticamente, tendem a remeter a uma noção de lugar, numa dimensão espacial, aliás, local e lugar podem

ser entendidos como sinônimos. Por isso, essas palavras relacionam-se não só a história, mas também à geografia. Sobre isso, Janaína Amado (1990, p. 08) afirma que:

A partir da chamada ‘geografia crítica’ (que incorpora as premissas do materialismo dialético e histórico), alguns geógrafos têm proposto um novo conceito de região, capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens, ao longo da História, em um determinado espaço. Para estes geógrafos, a organização espacial sempre se constitui em uma categoria social, fruto do trabalho humano e da forma dos homens se relacionarem entre si e com a natureza. Partindo desse quadro teórico, definem ‘região’ como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula.

Essa é uma definição importante e compartilhada aqui. Assim, o conceito de região concebido aqui é mais abrangente do que somente o espaço físico, pois entende que o espaço é resultado da ação de homens e mulheres que se relacionam entre si e com o meio em que se encontram, transformando-o através de suas ações e, portanto, as fronteiras de um lugar, pelo menos no campo da história, não são somente definidas por aspectos físicos. Sobre isso, Neves (2008, p. 26) também lembra que

A localidade se constitui no espaço onde uma comunidade se estabelece e se desenvolve. Configura, portanto, uma construção humana, empreendida em organizações comunitárias, com identidades internas e vinculações externas, de modo que extrapola as circunscrições projetadas por governantes, técnicos, estudiosos e incorpora fatores históricos de natureza social, econômica, política e cultural.

Assim, a história local é mais abrangente do que as delimitações físicas do espaço, pois ela se constitui em razão de outras variáveis, que não só geográficas. Barros (2005, p. 118) lembra ainda que “A delimitação de uma região a ser estudada pelo historiador não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas, ou outras”. Ainda segundo o autor, o espaço da pesquisa deve ser definido de acordo com a problemática do historiador, e não o contrário (BARROS, 2005, p. 117).

Quanto à relação entre o historiador e sua pesquisa sobre a história local, Raphael Samuel (1989/90, p.220), chama atenção para outro aspecto relevante. Para ele essa forma de produzir história

requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.

Portanto, se pode dizer que esse tipo de trabalho exerce no historiador certo fascínio, um sentimento de identificação maior, uma proximidade que faz com que o pesquisador da história local se encontre, talvez, muito mais envolto na sua pesquisa, na medida em que sabe

que a nova produção que surja a partir dela será importante na constituição de conhecimento sobre e para a comunidade estudada, auxiliando no processo de constituição de sentimento de identidade e memória dessa sociedade.

Entende-se que para o aluno, a história local é aquela com a qual ele se identifica, que trata do lugar em que ele vive - as ruas e praças nas quais brinca com amigos, os lugares pelos quais passa no caminho de ida e retorno da escola, quando se desloca para a igreja do seu bairro para a prática sua fé religiosa, quando vai às compras no supermercado e lojas do seu bairro ou do centro da cidade, ou nos momentos de lazer com a família nos fins de semana, por exemplo. A história está aí, nesses lugares, nessas ruas e é importante que ele consiga perceber isso. Como lembra Circe Bittencourt, a história local é “[...] necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer–, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.” (BITTENCOURT, 2004, p. 168)

Por isso, a pesquisa busca fornecer subsídios para o trabalho de professores que buscam formas de trabalhar com seus alunos a história de Ponta Grossa, ressignificando assim os sentidos que a cidade tem para eles, permitindo que tomem contato com uma nova perspectiva sobre a cidade em que vivem, diferente daquela que conhecem no presente.

## 1.2 FOTOGRAFIAS E JORNAIS: AS FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA

### 1.2.1 As Fotografias

Hoje, o potencial da fotografia como objeto de análise é praticamente consenso entre os historiadores, depois do momento em que aos poucos, passaram a considerar a possibilidade de novos olhares sobre outras fontes que não escritas e/ou oficiais. Atualmente cresce a quantidade de trabalhos realizados sobre as mais diversas temáticas, que se desenrolaram em diferentes momentos da história, utilizando a fotografia como fonte, que vão desde temas ligados à arquitetura, patrimônio, relações sociais e de gênero, política, cotidiano, dentre muitos outros.

Dessa forma, é possível encontrar significativa produção capaz de auxiliar a pesquisa proposta, que trata tanto do aspecto das técnicas fotográficas desenvolvidas ao longo da história, quanto de análises da fotografia como representação de um determinado

acontecimento, num dado momento histórico. Sobre a utilização dessa fonte, Sônego (2010, p. 114, grifo do autor) afirma que:

Um estudo crítico e reflexivo sobre as fotografias deve se preocupar em situar os interesses que direcionaram a produção, circulação e recepção destas imagens e em desvendar o significado que emerge da narrativa visual. A fotografia deixou de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o *status* de documento, matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais.

Há uma série de variantes que podem e devem ser observadas na análise fotográfica, pois formam um conjunto indissociável. Uma fotografia, para que possa ser compreendida de maneira ampla, deve ser pensada como resultado de vários elementos que a constituem e sem os quais ela não seria tal como é.

Dentre essas variáveis estão os materiais e técnicas de elaboração. A tecnologia da máquina fotográfica, o suporte e a técnica de produção da imagem, o tipo e tamanho de papel utilizados são determinantes para a configuração do material produzido. Esses elementos podem auxiliar, inclusive na compreensão de outro fator fundamental que é entender seu contexto de produção, tarefa essa indispensável ao historiador.

Ao discutir os elementos que compõem o processo de produção fotográfica, Boris Kossoy (2012, p. 88-89) dá um exemplo de como o formato/tamanho de determinada fotografia pode indicar o seu período de produção. É o caso do formato-padrão que se disseminou a partir da década de 1860, dos *carte-de-visite* e o *cabinet-portrait*<sup>3</sup> que se tratava de cartões usados para oferecer a amigos ou familiares como recordação, contendo ou não a assinatura e dedicatória feitas pelo retratado. A questão a levar em conta, nesse caso, é que esse documento não pode ser anterior a 1850, pois essa técnica só surgiu, segundo o autor, por volta de 1854, possibilitando ao historiador concluir, em caso de uma fotografia desse formato, mesmo que sem data, que sua produção não é anterior a esse período, o que permite afirmar que ter certo conhecimento sobre a história da fotografia e a evolução de suas técnicas é fator importante na pesquisa.

Ainda sobre a importância do contexto de produção, Ana Maria Mauad lembra que é necessário refletir sobre o momento da produção dessa fotografia e questionar-se sobre qual

---

<sup>3</sup> Segundo Kossoy (2012, p. 88) a *carte-de-visite* era uma fotografia copiada em papel e colada sobre cartão rígido no formato de um cartão de visitas convencional. Foi introduzida na França na década de 1850 e teve grande receptividade. Seu verso poderia conter a publicidade dos estabelecimentos, com nomes de proprietários, endereço ou alguma outra referência. Já o retrato no formato *cabinet*, chamado também de *cabinet-portrait*, tinha dimensões 17x11 e começou a ser utilizado em estúdios na década de 1860, mas teve seu auge em 1880. O cartão suporte era um pouco maior que do *carte-de-visite*, permitindo que em sua parte inferior fosse colocada a logomarca do estabelecimento, além de uma imagem com melhor resultado. Também foram comercializados com retratos de celebridades em locais como estúdios fotográficos, livrarias.

imagem se buscava registrar para a posteridade, que memória pretendia-se gravar e o que queria ser escondido, silenciado na produção fotográfica. Para ela

a fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem. (MAUAD, 1996, p. 79)

Ainda pensando o elemento contextual, é preciso lembrar do fotógrafo-autor da imagem produzida. Se não foi um fotógrafo amador, é relevante conhecer sua trajetória profissional, avaliar o conjunto de materiais que produziu, levantar o máximo de informações possíveis sobre o seu trabalho e para quem trabalhou. Como nos lembra Ribeiro (2006, p. 20), “Esses fotógrafos também são autores e isso implica algumas particularidades: a primeira é a responsabilidade de se comprometer com um determinado discurso e a segunda, está relacionada às instituições e ao modo como administra o conhecimento”. Uma fotografia feita sob encomenda não tem as mesmas características de outra produzida por diletantismo, por exemplo, mas ainda que se trate de amadores também é pertinente pensar sobre as práticas e experiências, por mais que pequenas, que possuía sobre fotografia.

Não se pode negligenciar o questionamento sobre quem ou o que foi fotografado, cuja imagem está explícita na fotografia, aquela realidade que está estampada na imagem quando lhe dirigimos o olhar, ao que Roland Barthes (1984, p.14) denomina *referente*, que seria intrínseco à foto e que, segundo ele, se trata de algo de que a fotografia jamais se distingue.

Para o pesquisador é fundamental ir além desse olhar, fazer perguntas para o que está representado na imagem e buscar respostas sobre quem, o que e porquê foi fotografado; por que motivos se priorizou determinado ângulo ou personagem de uma determinada paisagem; quais técnicas foram utilizadas que permitiram que essa imagem se tornasse o que é. Kossoy (2008, p. 41, grifo do autor) sintetiza as colocações acima, afirmando que:

Três elementos são essenciais para a realização de uma fotografia: o *assunto*, o *fotógrafo* e a *tecnologia*. São estes *elementos constitutivos* que lhe deram origem através de um *processo*, de um ciclo que se completou no momento em que o objeto teve sua imagem cristalizada num preciso e definido *espaço e tempo*, suas coordenadas de situação.

Não bastasse, faz-se necessário também discutir sobre os leitores dessas imagens, indagando-se sobre como eles as interpretaram no momento em que foram produzidas e como nós a interpretamos na atualidade, que formam um conjunto de produção de sentidos o qual o pesquisador não pode ignorar. Sobre isso, Gejão (2009, p. 259) coloca que:

além da preocupação com o processo de produção, circulação e recepção de imagens, mais significativo é entendê-las como elementos que participam das

relações sociais. Neste sentido, o foco recai também sobre a ‘ação das imagens’, os efeitos provocados, a produção e a sustentação de formas de sociabilidade, a legitimação de propostas de organização e atuação de poder. Assim se completaria o circuito social da imagem (produção, circulação, apropriação e ação).

É fundamental reconhecer, entretanto, que contemplar os elementos que compõem todo esse processo citado pela autora não é tarefa fácil e em muitos casos não se torna possível. Muitos deles “se perdem no caminho” do documento ou da pesquisa, seja por falhas na produção e preservação das fotos, como, por exemplo, a falta de legenda e datação, ou a má conservação do material a ser analisado. Mais ainda, por que não é possível atingir, por exemplo, uma conclusão sobre a receptividade de uma determinada imagem.

Toda fotografia carrega em si variados elementos, entre eles o artístico, o que a torna muito subjetiva, evoca diferentes memórias, lembranças, sentidos, que não são atingíveis pelo historiador. É preciso lembrar que não se pode voltar ao passado e nem tomar de empréstimo os olhos daqueles que contemplaram as imagens ao longo do tempo, desde que foram impressas no suporte fotográfico até o momento atual, em que o historiador deita seu próprio olhar sobre ele. Cada sujeito que olhou a imagem, uma única vez ou por diversas vezes, eventualmente, a viu de forma diferente, pois que seu olhar era só seu, movido por interesses diversos, que podem ter sofrido alterações ao longo do tempo.

Esses “problemas”, entretanto, não diminuem a riqueza da fonte. Ao contrário, possibilita que o pesquisador “jogue” com essa subjetividade, aproveitando essa especificidade que a fonte lhe oferece para problematizar aspectos que talvez não fossem acessíveis com outro tipo de documento. Sobre essa possibilidade que a fotografia oferece e a desconfiança de alguns historiadores a respeito do trabalho com imagens, Zita Possamai argumenta que:

A sociedade das imagens, que na atualidade impõem sobremaneira o imagético sobre o escrito, faz pensar, porém, se é possível para a história abdicar desses documentos. Mais que isso, a investigação das imagens, sejam estas obras de arte ou fotografias, pode abrir para o historiador um universo a ser explorado, principalmente no campo da memória e do imaginário. As imagens visuais são portadoras daqueles elementos que se aproximam mais do sonho, da imaginação e das sensibilidades. Moldadas pelas configurações históricas e sociais de sua produção, suas intenções ultrapassam o desejado no momento de sua elaboração pelas múltiplas possibilidades que são oferecidas pelo ato de olhar. Como representações do real, as imagens visuais constroem hierarquias, visões de mundo, crenças e utopias e, neste sentido, podem constituir-se janelas abertas para a compreensão do passado. (POSSAMAI, 2005, p.31-32)

Alguns apontamentos importantes são feitos por Ana Maria Mauad quando fala do trato a ser dado às fotografias, chamando a atenção para a necessidade da abordagem interdisciplinar, com a busca de outras áreas do conhecimento a fim de compreender melhor o



objeto selecionado, e para o rigor na análise das imagens, a fim de não cair nas armadilhas que a fonte visual apresenta. Deve-se atentar a todos os elementos constitutivos do processo de criação, já que:

as fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença, num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática ser estudada. Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas. (MAUAD, 1996, p.82)

E essas perguntas podem ser infinitas, os problemas precisam ser levantados e o objeto ser construído, dentro de inúmeras temáticas e perspectivas. Questionar a fonte incansavelmente, até encontrar possíveis respostas que deem conta da problemática da pesquisa proposta.

No tratamento da fotografia é necessário lembrar que ela se trata de um instrumento que faz uma representação do real. Não é a realidade que se expressa no papel fotográfico, mas uma fração do que foi real, em um tempo passado que não pode mais ser alcançado, mas que está cristalizado na fotografia. Porém, essa fração de realidade, embora pareça ao leitor que é real, já que está ali, diante dos seus olhos, é fruto de uma construção que envolve o momento, o fotógrafo e a técnica responsável pela elaboração da imagem.

Assim, importa não só *o que* foi fotografado, mas também *como* ficou representado, pois isso reflete os objetivos que tinha quando a fotografia foi produzida, as técnicas utilizadas e a função que se deu a essa imagem ao longo do tempo. Toda fotografia representa um determinado objeto, pessoa ou paisagem, que está ausente, mas que se faz presente por meio dela. Nesse sentido, Figueiredo (2008, p.37) lembra que

a fotografia é sumamente um objeto de representação, que traz em si outras representações. Fotografias como imagem são representação: são historicamente produzidas, historicamente fruídas e compreendidas, historicamente articuladas com sentidos construídos ao longo dos embates sociais. Dessa forma, entendê-las em suas mensagens é testemunhar a favor ou contra um tempo que, muitas vezes, não é cronológico, mas atualizado pelas representações que perpassam os discursos e as práticas na busca de novas leituras e sentidos.

A construção desses sentidos faz parte dos anseios dessa pesquisa, uma vez que as fotografias presentes no *Álbum de Ponta Grossa* podem fornecer informações sobre como se construíram representações do espaço urbano da cidade na década de 1930.

### 1.2.2 Outra possibilidade de pesquisa: o jornal como fonte

Tal qual a fotografia, atualmente o jornal é reconhecidamente uma fonte perfeitamente aceita pela historiografia como um instrumento capaz de aproximar o historiador de um determinado contexto e abordar diferentes temáticas para a produção do conhecimento histórico. Ele permite ao pesquisador buscar, por meio de diferentes temas possíveis de se abordar a partir de um jornal, as diversas representações que seu discurso emitiu sobre e para uma determinada sociedade.

Maria Helena Capelato (1988, p. 2), ao tratar da fonte impressa, afirma que “É fascinante ler a história do Brasil através dos jornais. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses”. Assim, a cada página de um jornal encontramos muitos elementos que auxiliam a reconstituição de um determinado momento passado, seja através da análise do discurso sobre a política ou a economia, a publicidade ou as colunas sociais, notícias policiais ou culturais, enfim, uma gama de assuntos que estão inseridos num único dia de um jornal e que permitem entender a dinâmica de uma determinada sociedade e como os papéis sociais se encontram ali representados.

Assim como os estudiosos da fotografia chamam a atenção para os cuidados teórico-metodológicos a serem tomados, os historiadores que se utilizam da fonte jornalística também alertam para a mesma questão. Os periódicos analisados necessitam ser historicizados, desde suas condições de edição, passando pela questão técnica de impressão, até chegar ao seu potencial leitor. Todos esses elementos foram fundamentais para que o jornal tenha se tornado o que foi um dia, para agora estar aqui, diante do pesquisador para ser analisado.

Muitos trabalhos, além de destacarem o grande potencial do jornal como fonte para o estudo da História, discutem a importância do rigor em sua análise. Há autores consagrados como Renée Barata Zicman (2012, p. 89-90), que salienta que assim como “a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas”, também é necessário entender que:

na Imprensa a apresentação de notícias não é mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação, todo jornal organiza os acontecimentos e informações seguindo seu próprio ‘filtro’. (ZICMAN, 2012, p. 89-90)

A utilização das crônicas do jornal para o estudo da Ponta Grossa dos anos de 1930 pretende melhor compreender assim, de que “filtros”, dos quais a autora se refere, o jornal se utilizou ao publicar uma série de crônicas apontando situações que destoavam do modelo de cidade moderna. Quais interesses o jornal tinha quando fez as publicações?

O autor Rafael Lapuente (2015, p.06) destaca ainda que não se pode esquecer que o jornal é um veículo de comunicação que se dirige a apenas algumas classes, o que já reflete uma situação de poder, e isso implica também pensar sobre quem é seu público, que dimensões essas publicações alcançam no sentido de saber quem são os leitores a quem pretendem alcançar.

O jornal, como qualquer outra fonte que o historiador venha a escolher, está longe de apresentar um discurso neutro, isento de interesses. Tania Regina De Luca (2008, p. 139) lembra que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de se chegar até o público”. Além do mais “o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso **dar conta das motivações que levaram a dar publicidade a alguma coisa**” (DE LUCA, 2008, p.140, grifo do autor). Logo, deve estar entre as muitas questões que permeiam a análise do jornal, a preocupação com essas variantes, tentando entender o contexto em que se inseria e a que interesses atendia.

Outro aspecto importante a ser levado em conta é a dimensão comercial do jornal. Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins (DE LUCA; MARTINS, 2006, p. 11, *apud* CALONGA, 2012, p. 5) lembram que

Jornais, revistas, rádios e televisões são empresas e, portanto, também buscam lucros. De outra parte, negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des) estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público.

Nessa pesquisa, o recorte cronológico é a década de 1930, fase em que a imprensa escrita ocupava lugar de destaque, em parte pela ausência do jornalismo televisivo naquele momento. Assim, acredita-se que por todas essas particularidades que envolvem a produção jornalística é que, naquele momento, o *Diário dos Campos* atuou em Ponta Grossa como um instrumento capaz de influenciar nessa formação de opiniões, ditando padrões de comportamentos, senão para todas as classes, ao menos para seus muitos leitores.

Não se pode ignorar também o fato de que, como todo jornal reproduz, implícita ou explicitamente, em seu discurso um determinado posicionamento político, que varia de acordo

com os interesses que ele pretende atender, o *Diário* também tinha um determinado posicionamento. Como lembra Bezerril,

Assim, é necessário saber a história dos próprios jornais, as posições políticas de seus donos, a linha editorial adotada, o perfil dos patrocinadores e a que grupos políticos e econômicos estão vinculados antes de elegê-los como objetos de pesquisa. Devemos lembrar que os jornais antes de se constituir em objeto de pesquisa, refletem, no desenvolvimento de sua própria história, toda uma transformação tecnológica e sócio-cultural. Além disso, os impressos são instrumentos dotados de ideologias, e por estarem em constante dinamismo com as esferas políticas e sociais fazem do jornalismo um agente ativo na configuração dos rumos tomados pela sociedade. (BEZERRIL, 2011, p. 06)

O jornalismo assim faz parte de um mercado. Além de informar o leitor ele é um negócio, algo que “precisa dar lucro” e, portanto, tem um caráter empresarial.

Todas essas especificidades permitem avaliar a fonte jornalística, não como testemunha dos fatos verdadeiros ou contendo uma verdade, mas sim, como um instrumento que, por meio de um discurso específico, estabeleceu representações de um determinado momento. Ou seja, há muitas variáveis a serem consideradas durante a pesquisa e que não podem ser negligenciadas. Todavia, para o historiador mora aí o sentido do trabalho, o rigor da pesquisa e o prazer do resultado.

### 1.3 AS FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA

Todos compartilham da tese de que não existe historiador sem as fontes e mais que isso, seu trabalho depende da maneira com que dialoga com elas. Em uma palestra a respeito da utilização das fontes no ensino de História, Verena Alberti (2015, p. 1) lembra que o passado

não está disponível em estado latente, dependendo apenas de o historiador ou a historiadora desvendá-lo. Ele é resultado do trabalho intelectual do historiador, que, à semelhança do cientista no laboratório, se faz perguntas, as quais consegue ou não responder a partir dos dados empíricos que encontra.

Cada vez mais se discute a importância da utilização das fontes na área do ensino de história, pensando sobre quais e como o trabalho com elas possibilita uma melhor compreensão do passado histórico a que ela remete.

Em seu texto sobre a utilização de documentos de arquivos escolares para desenvolver o exercício da pesquisa em sala de aula, Nádia Gonçalves (2012, p. 13-14) destaca que o uso de fontes históricas no ensino de história não é uma proposta totalmente nova, pois mesmo dentro da abordagem tradicional da história já se faziam presentes trechos de registros históricos em livros didáticos. O que sofreu mudança ao longo do tempo foi a concepção

sobre o que pode ser considerada fonte histórica, sua utilização e formas de abordagem no trabalho desenvolvido entre professores e alunos no processo de construção do conhecimento histórico, já que há algumas décadas a função das fontes propostas nos livros era de fazer a ilustração e a confirmação do fato.

Nessa mesma linha, ao analisar a produção didática desde a Primeira República no Brasil, Caimi (2008, p. 136-138) comenta que desde aquele momento já havia livros com grande número de imagens utilizadas para abordar a história do Brasil, como foi o caso do livro *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo, escrito em 1917 e reeditado 88 vezes até a década de 1970. Nele, um total de 149 gravuras entre “personagens ilustres”, obras artísticas, monumentos e imagens variadas, distribuídas em 169 páginas, tinham a função, segundo a autora, de ilustração, já que não eram referenciadas com autoria, contexto de produção nem mesmo contextualizadas com o texto escrito do livro. Não se tratava, portanto, de tomar essas imagens como objeto de estudo, mas sim “a modesta intenção de ensinar pelos olhos, não só pelos ouvidos [...] o amor à pátria e o culto aos seus personagens e feitos.” (CAIMI, 2008, p. 136-138)

Atualmente, a discussão sobre o uso das fontes no ensino de história ultrapassa os limites da ilustração ou da confirmação da narrativa escrita e passa pela discussão em torno da exploração do documento de forma a possibilitar ao aluno a oportunidade de ocupar papel de agente na construção do conhecimento e ser um aliado desse aluno no seu processo de aprendizagem. Como bem coloca Flávia Caimi (2008, p. 141), o uso das fontes nas aulas

preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma.

Para que isso tudo aconteça é necessário que o uso dos documentos em sala seja acompanhado de planejamento e metodologia adequados, com domínio do conteúdo a ser abordado e conhecimento do tipo das fontes a serem utilizadas. Esse papel extremamente importante cabe ao professor, pois

O desafio é, tomando os documentos como fontes, entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor. (CAIMI, 2008, p. 147)

Assim, se nas pesquisas efetuadas pelo historiador o resultado depende das perguntas que se fazem às fontes, o trabalho em sala de aula realizado a partir delas também depende

dessas indagações. Embora a abordagem dos documentos em sala não siga os mesmos princípios da análise construída pelo historiador, pois o objetivo não é que os estudantes se transformem em historiadores, pretende-se sim permitir que, por meio do contato e da análise das fontes o aluno desenvolva a curiosidade, a interpretação, a argumentação, a capacidade de relacionar diferentes tipos de discursos, como o imagético e textual ou oral, por exemplo. Sobretudo, que consigam compreender “de onde esses documentos falam”, ou seja, perceber em qual lugar social esses documentos foram produzidos e assim, refletir sobre o lugar social que ele próprio ocupa hoje, dentro de um processo contínuo de construção da história do qual participa.

Muitas vezes os conceitos históricos são mais abstratos aos alunos e as fontes tornam, de certa forma, o conhecimento histórico mais palpável, mais fácil de compreender o conteúdo a ser trabalhado. Além disso, conhecem e experimentam o ofício do historiador e isso traz a realidade da pesquisa mais próxima deles, percebendo que as narrativas históricas não surgem de abstrações, mas são resultados de um ato de investigação.

No caso específico da presente dissertação, o uso das fotografias do espaço urbano de Ponta Grossa com os alunos pode configurar-se uma forma eficiente de despertar o interesse desses alunos sobre o tema, já que, por si só, as fotografias, sobretudo as antigas, em preto e branco, tendem a exercer um grande fascínio e curiosidade por parte deles.

A sociedade contemporânea vive mergulhada num mundo de forte apelo imagético. As mensagens decifradas pelas pessoas são muito mais visuais, imagéticas, do que escritas. A tecnologia de produção da fotografia deu um grande salto tecnológico. Cotidianamente se posa para *selfies*, tiradas a todo instante por meio de smartphones que contam, muitas vezes, com excelente qualidade de imagens. Grande parte das pessoas com acesso a essa tecnologia gera inúmeras fotos e vídeos diariamente em seus celulares que, podem ser compartilhadas em redes sociais, arquivadas ou descartadas a qualquer momento.

Vive-se na era do fotoshop, em que sofisticados programas de computadores ou aplicativos permitem que as imagens sejam melhoradas, alteradas, distorcidas a fim de agradar seu receptor. Toda essa tecnologia fez com que caísse em desuso, nas gerações atuais, o ato de “revelar” ou imprimir as fotos. É muito mais comum que elas permaneçam arquivadas em meios digitais.

Por esse motivo, só o fato de uma criança ou um adolescente visualizar uma foto antiga e se possível, manusear uma foto sobre um suporte de papel, já se configura atualmente, uma novidade. Perceber, através dessas fotografias como foi representada a Ponta

Grossa de um século atrás, a ocupação do espaço urbano, a vida social, econômica, cultural dessa cidade, constitui-se uma maneira privilegiada de aprendizado.

É importante frisar sempre que a fotografia não deve ser usada somente como ilustração, complemento a um discurso narrativo, escrito. Nem tampouco como acessório da aula, como forma de fugir do convencional, simplesmente para uma aula “diferente”. É necessário ir além e pensar como essa fonte é capaz de atuar no processo de construção de um conhecimento histórico significativo para esse aluno, processo esse mediado pelo professor. Assim, retomamos Gejão, que reforça:

se realizado um trabalho pedagógico planejado com fotografias, assim como outros suportes imagéticos, em sala de aula, que se assemelhe com o trabalho do historiador, que a tome como vetor para a investigação sobre a organização, funcionamento e transformações de uma sociedade e que leve em consideração os elementos constitutivos da imagem, seus dados técnicos, estéticos, seu contexto histórico de produção e consumo, sua participação nas relações sociais, que provocam efeitos, sustentam formas de sociabilidades e documentam as transformações na dimensão visual de uma sociedade, a fotografia pode confirmar seu status de fonte histórica e ferramenta pedagógica para a composição do conhecimento histórico escolar [...] (GEJÃO, 2009, p. 265-6)

Nesse sentido, o uso de fotografias em sala de aula ainda permite pensar a respeito do processo de recepção das imagens, a partir do olhar dos alunos e sua atribuição de sentidos. Complementando essa visão, Eunice Ribeiro dos Santos (2008, p.9) afirma que

a análise de imagens fotográficas em sala de aula torna visíveis realidades desconhecidas, haja vista que estas foram construídas num tempo histórico diferenciado dos alunos, dessa forma eles conhecem o seu tempo histórico e o do Outro.

Alguns autores reforçam também que, sempre que for possível, é aconselhável que haja o cruzamento de informações com outras fontes, ou seja, que além das fotografias outros documentos sejam também pesquisados sobre o tema proposto para que as informações possam ser analisadas sob outros prismas e se estabeleça uma relação entre os diferentes discursos.

Nesse sentido, o uso do jornal seria uma mais uma ferramenta de aprendizagem histórica a ser utilizada no intuito de fazer com que o aluno reflita sobre esses diferentes documentos e processos que envolveram sua composição.

Assim como no caso da fotografia, os alunos hoje não compartilham do hábito da leitura de jornais impressos. Eles quase caíram em desuso com as novas formas de acesso e leitura das notícias como a internet, em computadores ou celulares e os jornais televisivos, que são as formas mais usadas de acessar as notícias sem a leitura de um texto escrito em

papel. Por isso a possibilidade do uso do texto jornalístico escrito, em formato de jornal<sup>4</sup> leva o aluno a se interessar por ele, pois se trata de uma linguagem diferenciada daquela a que ele está habituado.

Circe Bitencourt (2004, p. 335) coloca que

As possibilidades de se utilizar jornais como fontes históricas são múltiplas: a análise do conteúdo das notícias (políticas, econômicas, culturais, etc.), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias, etc., e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outros.

Ou seja, há um leque de possibilidades a contemplar a partir da fonte jornalística, uma série de temas que o professor pode instigar seus alunos a pesquisarem, sobre diferentes momentos da história.

Além do conteúdo impresso no jornal em si - uma notícia, um anúncio publicitário, uma crônica, por exemplo, é possível discutir outros elementos que envolvem sua produção e o contexto em que foi produzido, como questionar-se sobre as funções do jornal, a que público ele atendia, com quais interesses, levando esse aluno a perceber que enquanto fonte histórica, esse jornal é fruto de uma construção da sociedade em que esteve presente, e isso permite que ele desenvolva uma noção de temporalidade histórica.

O jornal leva à aproximação do cotidiano da sociedade em que circulou. De forma mais palpável, permite entender um momento histórico diferente daquele que o aluno/pesquisador se encontra. Como salienta Chaves (2011, p. 193),

As informações contidas num jornal desgastado pelo tempo são capazes de revelar uma série de características de determinados contextos históricos, sobre os quais esse mesmo jornal certamente atuou. Para tanto, é necessário entender a imprensa e o jornalismo como práticas sociais e instrumentos capazes de transmitir valores e ideias, interferindo na composição de modos de viver e de pensar.

Não se pode deixar de intermediar o processo de pesquisa, de forma a levar o aluno a refletir sobre o posicionamento que o jornal assume diante das notícias, percebendo assim que aquele discurso não é neutro, imparcial, mas carregado de intencionalidade, de uma certa visão a respeito de um determinado acontecimento ou sobre uma série de questões que perpassam diariamente a cidade em que esse jornal circula. Mais que um transmissor de notícias, ele atua como um formador de opinião construindo imaginários e determinadas memórias a respeito de um fato, de uma personalidade, de uma instituição ou de uma cidade, construindo assim determinadas representações sociais.

---

<sup>4</sup> Aqui, destaca-se que esse trabalho pode ser feito através de imagens projetadas ou impressas, já que, por questões de guarda e conservação, muitos jornais não podem ser disponibilizados em seu formato original.



Nesse sentido, o trabalho com as crônicas do jornal *Diário dos Campos* possibilita aos alunos conhecerem uma série de elementos do dia a dia de Ponta Grossa da década de 1930 como, por exemplo, aspectos do poder político presente na cidade; os problemas inerentes à urbanização e que são vivenciados pela população, como a falta de saneamento e pavimentação de ruas; o discurso de modernidade expresso nos textos e que buscava construir um determinado modelo de cidadão que atendesse às necessidades dessa nova cidade que se buscava construir.

## 2. DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE UMA CIDADE MODERNA: O JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS* E O *ÁLBUM DE PONTA GROSSA*

*Na metáfora das idades da vida, o “antigo” participa, assim, da ambiguidade de um conceito que oscila entre a sabedoria e a senilidade. Mas o par (antigo/moderno) e o seu jogo dialético é gerado por “moderno” e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado.*

*Jacques Le Goff*

*Mesmo assim eles jogam. Precisam e querem jogar. E são derrotados na insana luta pela sobrevivência ou pela opção de vida que desafia perigos. Mas, também, às vezes conseguem ser vitoriosos.*

*José Roberto Amaral Lapa*

As fontes analisadas na pesquisa demonstravam a intenção de divulgar determinadas representações sobre a cidade de Ponta Grossa na década de 1930. Neste capítulo se propõe, à luz de conceitos teóricos-metodológicos, a análise das crônicas do jornal e das fotografias do *Álbum* buscando perceber como as mesmas almejavam construir discursos e um imaginário de modernidade e civilidade propostos para a cidade naquele momento.

### 2.1 SENTINELAS DO PROGRESSO: O *DIÁRIO DOS CAMPOS* E AS CRÔNICAS *PROBLEMAS CIDADINOS*

O conjunto de crônicas encontradas no jornal e que se tornaram aqui objeto de análise, foram publicadas pelo *Diário dos Campos* durante cinco meses. A publicação teve início numa quarta-feira, 27 de outubro de 1937, e durante determinado período, foi veiculada diariamente, por vezes trazendo temáticas novas, e outras repetindo alguns temas que acabavam sendo reforçados. A última crônica da série esteve no jornal no dia 27 de março de 1938, sem numeração, mas completou um conjunto de 50 publicadas.

Na primeira delas, os objetivos pretendidos foram anunciados como uma forma que o jornal encontrou para auxiliar o poder público e a população ponta-grossense na resolução de alguns problemas que vinham sendo observados e que acharam por bem noticiar. A partir daquela data, diariamente seriam publicadas novas crônicas, com temas que julgassem pertinentes. O texto destacava que:

A população pontagrossense que deseja ser das mais cultas não pode ficar indiferente ao apelo que lhe vamos fazer, por estas colunas, como sentinelas que nos julgamos [do pro] gresso de Ponta Grossa.

Assim, pedimos a benévola atenção dos nossos leitores para os comentários que iremos fazer diariamente, com esse mesmo título, abordando todos os problemas da

cidade e indicando a maneira pela q[...] o nosso laborioso povo poderá, de forma eficiente, colaborar com a Municipalidade. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 out. 1937, p. 1. Problemas citadinos 1).

Durante o decorrer das publicações esse discurso se repetiu, afirmando que a população devia colaborar com o poder público para que os problemas fossem solucionados e a cidade pudesse crescer e civilizar-se. Nos textos, nota-se que o jornal chamava para si a responsabilidade de zelar pelas coisas que diziam respeito à região, se autointitulando sentinela do progresso da cidade. É interessante observar que há tempos aquele veículo de comunicação se propôs a fazer esse trabalho. Em seu livro, Holzmann (2004, p. 263-264) lembra depoimentos de seus colaboradores, dizendo que

a publicação tinha a pretensão de não ser apenas uma ferramenta de comunicação, mas também um veículo que contribuísse para o engrandecimento da cidade, buscando promover o progresso e lutando pela modernização da cidade, tanto na questão intelectual quanto social

O jornal considerava, segundo ele, que não devia ficar alheio às variadas questões que diziam respeito ao cotidiano de Ponta Grossa.

Para refletirmos sobre o “lugar social” de onde falava o jornal, é importante fazer uma retrospectiva sobre o caminho percorrido por este órgão de imprensa, desde sua fundação até a década de 1930, quando as crônicas foram publicadas.

É possível afirmar que a tarefa de falar sobre o jornal *Diário dos Campos* confunde-se com a tarefa de falar da imprensa em Ponta Grossa. O periódico teve um longo tempo de circulação, funcionando de 1907 até 1990, quando sofreu uma interrupção, retornando a partir de 1999, até os dias atuais.

O *Diário dos Campos* não foi o primeiro jornal criado em Ponta Grossa. Desde o fim do século XIX e nos primeiros anos do século XX, de acordo com Chaves (2001, p. 34), a cidade teve outros jornais, porém, circularam por períodos breves, pertenciam a diferentes orientações, representando grupos variados. O periódico foi fundado sob o título de *O Progresso*, por Jacob Holzmann, maestro da Banda Lyra dos Campos, que comprou todo o maquinário tipográfico de Aldo Silva, proprietário do semanário *O Comércio*, em circulação na cidade e em vias de fechar as portas. Segundo consta, nas palavras do próprio Holzmann, Aldo Silva queria vender o maquinário, sob a alegação de não dispor de condições financeiras para manter o órgão, além do fato de desejar mudar de cidade. Ou vendia os equipamentos, ou mudaria levando todo o material junto com o gráfico João Antunes de Oliveira, para nova cidade, onde instalaria o jornal. Como João Antunes era membro da Banda e sem querer perder seu trombonista, Holzmann decide fazer ele mesmo a compra e fundar um novo jornal.

Embora se acredite que essa seja uma explicação insuficiente para se desejar abrir um órgão de imprensa, é a informação que consta na publicação citada.

Nascia assim *O Progresso*, que teve sua primeira edição em 27 de abril de 1907, com uma tiragem inaugural de 500 exemplares (HOLZMANN, 2004, 263-267), e que se destacaria como o mais importante meio de comunicação impressa na cidade, mesmo com as grandes dificuldades financeiras com as quais conviveu durante muitos anos.

A partir de 01 de janeiro de 1913, depois de ser vendido para a Companhia Tipográfica Pontagrossense, *O Progresso* cedeu lugar ao novo nome escolhido para o mesmo jornal - *Diário dos Campos*. A Companhia Tipográfica tinha entre os sócios, além do próprio Jacob Holzmann, Eliseu de Campos Melo, Hugo Reis, Antonio Pedro Hoffman, Evaldo Kossatz, Eugenio Gambassi, Francisco Búrzio, dentre outros.

Além de Jacob Holzmann, uma das figuras centrais do jornal foi Hugo Mendes Borja Reis, jornalista carioca que chegou a Ponta Grossa em 1908 e em seguida assumiu o cargo de redator-chefe do periódico, função que ocupou até 1915, quando então se tornou proprietário do jornal. Segundo Epaminondas Holzmann (2004, p.312) Hugo Reis teve importante papel no desenvolvimento e consolidação do jornalismo ponta-grossense, sofrendo oposição por sua postura socialista, anticlerical e espírita.

Em 1921 o *Diário dos Campos* foi negociado para outro grupo, formado por Eliseu de Campos Melo, Vitor Antônio Batista e José Cadilhe, passando a contar com a direção de Toscano Brito.

José “Juca” Hoffmann adquiriu o *Diário dos Campos* em 1931 e além de proprietário, se tornou o principal cronista do periódico. Segundo Chaves (2001, p. 38), Hoffmann, ao comandar o jornal nos anos de 1930, “sempre utilizou um discurso segundo o qual o jornal se apresentava invariavelmente como o porta-voz da verdade e de [que] não se submetia a pressões políticas ou econômicas.” Sobre isso, é necessário lembrar que, apesar dessa afirmação ser corrente dentro dos meios jornalísticos tanto no passado quanto atualmente, sabe-se que a imprensa é influenciada por questões de ordem econômica, política, ideológica, por exemplo. Como lembra Marcondes Filho,

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivistas e particularistas o foro de objetividade. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11 *apud* BEZERRIL, 2011, p. 4)

Essa subjetividade acontece em vários momentos, desde a eleição do que será notícia, ou seja, quais acontecimentos são escolhidos para serem noticiados, passando pelo destaque,

ou não, que se dará àquele fato, até à forma de escrevê-lo. E em nenhum desses momentos, certamente, se age de maneira imparcial e isenta de influências, como afirmava Hoffmann.

Ao longo de todos os anos que esteve à frente do jornal, Hoffmann procurou manter um posicionamento amistoso em relação ao conjunto social, pois, apesar de significativo crescimento populacional e urbano, a cidade ainda era relativamente pequena e era interessante manter boas relações com diferentes moradores, sem criar atritos e inimizades (CHAVES, 2001, p. 53-54).

Essa situação faz lembrar as considerações de Samuel (1989/90) ao falar das regras de conveniência, termo usado pelo autor para se referir às formas que o indivíduo que vive num bairro, ou talvez numa cidade pequena, desenvolve para preservar a boa convivência. Para ele

A conveniência é *grosso modo* comparável ao sistema de ‘caixinha’ ou (‘vaquinha’), ou seja, representa no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de tirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse ‘preço a pagar’, (saber ‘comportar-se’, ser ‘conveniente’), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana. (SAMUEL, 1989/90, p. 37)

Hoffmann, na condição de proprietário e principal redator do periódico, precisava zelar pelas boas relações com a população e, sobretudo, com a classe política ponta-grossense. Essa posição é muito clara quando se percorre as páginas do jornal, mesmo que numa leitura menos atenta, por uma pessoa sem comprometimento com uma análise jornalística ou historiográfica, por exemplo. É fácil perceber como as matérias citam o prefeito da cidade ou autoridades políticas estaduais e federais, fazendo nítidos elogios e exaltando as obras realizadas por eles, demonstrando clara afinidade com a classe política que esteve no poder na época.

Durante a década de 1930, o *Diário dos Campos* atuou de maneira a divulgar as transformações pelas quais a cidade passava no aspecto urbano, comercial, industrial, cultural, não raro enfatizando como ímpar e sem precedentes esse momento de crescimento e modernização da cidade.

Não se pode negar o desenvolvimento pelo qual a cidade passou nesse período, embora desde o início do século já se veiculasse o discurso de que a cidade crescia, prosperava e se modernizava, sobretudo a partir da chegada da ferrovia e dos imigrantes europeus que para cá vieram.

Em seu artigo *A victoriosa Rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana* Rosangela Woziak Zulian (1998, p. 42-43) comenta sobre alguns intelectuais como Rocha Pombo, Romário Martins, Raul Gomes e Nestor Vítor, que no início do século

XX escreveram sobre as mudanças na configuração urbana de cidades paranaenses<sup>5</sup>. A autora cita uma crônica do curitibano Raul Gomes, publicada no jornal *O Progresso*, em 1912 em que o mesmo se refere à Ponta Grossa como uma cidade com vida urbana agitada:

*o movimento urbano* ultrapassa o tamanho da cidade. Ve-se gente por toda a parte. À noite o povo flana nas ruas, penetra as lojas, enche os tres cinemas, frequenta os clubs.

[...]

Um dos segredos do progresso local, que transformou o burgo apagado de ha dez annos atraz na 'urbs' agitada e triumphal de hoje foi, indubitavelmente, a vontade energica e indomável do povo pontagrossense. Essa vontade poderosa é que vai fazendo surgirem os melhoramentos que outhorgarão à princeza dos campos o titulo incostestavel de cidade ideal. (O PROGRESSO, 16 jul. 1912)

Logo, é possível avaliar que esse discurso não se constituía exatamente uma novidade na década de 1930, mas ao contrário, já se fazia presente em outros momentos da história da cidade, no mesmo jornal. Zulian salienta que as comparações realizadas por esses autores sobre a cidade da qual escreviam e a anterior, de anos antes, fazia parte de uma ideologia de progresso que possuía caráter nacional, num momento de afirmação do regime republicano. Assim, as menções aos novos hábitos e maneiras de viver urbanos buscavam “revelar uma cidade adequada, normatizada e progressista” (ZULIAN, 1998, p. 44). Durante a leitura das crônicas publicadas no *Diário dos Campos* entre 1937 e 1938, que se tornaram fontes na pesquisa, é possível perceber ainda falas semelhantes a essas, que pregavam a ordem, a civilidade e o progresso na qual, segundo o cronista, Ponta Grossa estava inserida.

No *Relatório de 10 anos de governo* de Albary Guimarães, prefeito de Ponta Grossa entre 1934 e 1944, elencou muitas mudanças pelas quais a cidade teria passado durante os dez anos de sua gestão. O prefeito deu destaque às mais diversas áreas, desde a instrução pública, por exemplo, até o crescente número de indústrias e casas de comércio, ou a quantidade de praças construídas e novas ruas abertas ou pavimentadas. Tudo sob o claro objetivo de exaltar as obras que, segundo o relatório, só foram possíveis graças à competência e boa vontade daquele prefeito.

Informações do Censo de 1940 dão conta de que o número de habitantes do meio urbano cresceu significativamente nesse período, afirmando que a população urbana pontagrossense economicamente ativa era de 74,5%, enquanto o censo de 1920 indicava que 40,3%

---

<sup>5</sup> Esses intelectuais faziam parte do Movimento Paranista, criado a partir de meados do século XIX, após a emancipação do Paraná, mas que atinge maior visibilidade entre os anos de 1920 e 1930. O paranismo buscava a criação de uma identidade regional paranaense por meio da exaltação de características populacionais, históricas, geográficas do Paraná, em oposição a outros estados. O movimento abrangia ideias positivistas e se baseava em conceitos de ordem, progresso, civilização, emergentes no período de consolidação da República, como características necessárias para a criação de um nacionalismo, que deveria começar a partir do regional, no caso, a formação de uma identidade paranaense (IACHTECHEN, 2018), (BATISTELLA, 2012).

dessa população vivia na cidade. Essas pessoas estavam ligadas a diferentes atividades desenvolvidas na cidade, na área do comércio, indústria e serviços. (CHAVES, 2011, p. 18)

Esses números refletiam o crescimento urbano e populacional de Ponta Grossa, que teria sido influenciado ainda pela ferrovia, que fez da cidade o maior entroncamento ferroviário do sul do país, transportando mercadorias e passageiros, e junto com eles, informações sobre o que acontecia no resto do país e do mundo, fortalecendo também a economia. Esses fatores combinados permitem dizer que a cidade viveu momentos de crescimento também nessa década.

Por outro lado, a busca por esse ideal de cidade/nação moderna, progressista, ordeira estava há muito presente no vocabulário de diversos grupos no Brasil, incluindo médicos, intelectuais, poder público e uma parcela da população, sobretudo burguesa. Essa visão refletia em práticas promovidas a fim de higienizar e embelezar as cidades brasileiras, sobretudo os grandes centros, com a convicção de que esse era o caminho para o progresso que tanto almejavam. No entendimento desses grupos, fazer o Brasil progredir significava torná-lo semelhante às grandes cidades europeias, sobretudo Paris, considerada, naquele momento, o melhor modelo de civilização.

Enquanto em vários lugares do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, um grande processo de remodelamento e reformas do centro da cidade ocorreu já nos fins do século XIX e início do século XX, em Ponta Grossa e em outras tantas cidades do interior, esse fenômeno ocorreu mais tardiamente. Durante as décadas de 1930 e 1940 coincidindo, portanto, com a gestão do prefeito Albary Guimarães, o *Diário dos Campos* noticiou em vários momentos essas obras, colocando a cidade como um lugar bom, bonito e moderno. No artigo intitulado *Sejam bemvindos! Ponta Grossa, cidade ideal para nela se morar*, isso se evidencia:

Ponta Grossa é cidade que, pela sua situação, pela sua altitude, goza de raros privilégios sobre outras tantas localidades não só do Estado como do país. Clima ameno, fáceis meios de comunicação com os grandes centros e com o “interland”, excelentes estabelecimentos de ensino, um dos quais de vasto renome – o Ginásio Regente Feijó; vida relativamente barata; bons centros de diversões; magníficas sociedades recreativas; admirável ordem pública; povo lhano e hospitaleiro, corpo médico razoável; centro ferroviário e comercial de grande importância; estabelecimentos hospitalares que rivalizam com os das grandes capitais; higiene e limpeza pública impecável; calçamento em quase todas as ruas; estas e outras qualidades de grande importância e admirada por todos quantos a conhecem (DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de fev. de 1937 apud CHAVES, 2001, p. 21)

Eram tantos elogios dedicados à cidade que o texto gera desconfianças até mesmo ao leitor mais desavisado. Já ao olhar mais apurado, desperta alguns questionamentos sobre possíveis contradições e conflitos que poderiam existir nessa “cidade maravilhosa” e que não foram expostos aqui. Em outro trecho a mesma matéria completava:

[...]E como esses muitos outros homens laboriosos têm escolhido Ponta Grossa, sobre outras tantas cidades e até mesmo sobre a capital, para fixar suas novas residências. Esse fato, que registramos com inteiro agrado, é, sem dúvida, índice eloquente de nosso progresso – progresso que toma vulto dia a dia com o trabalho do ordeiro povo de nossa terra e com a cooperação de cidadãos prestantes que se vêm integrar na sociedade pontagrossense. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de fev. de 1937 *apud* CHAVES, 2001, p. 21)

O texto, claramente, enumerava várias pretensas qualidades da cidade que, por esse motivo, recebia novos moradores, dispostos a aqui viver com suas famílias, atraídos, certamente, por todos esses aspectos levantados que unem tanto características físicas da cidade, como o clima, desenvolvimento urbano, comercial e cultural, com boas escolas, serviços de saúde, clubes para diversão, enfim, a cidade ideal para se morar.

No trecho citado, ficava evidente que a posição escolhida pelo jornal não era de crítica aos poderes públicos, uma vez que não apontava possíveis dificuldades vividas pela população, tampouco apontava falhas nos serviços públicos ofertados. O contrário disso exaltava a qualidade das instituições educacionais e de saúde, assim como reforça a presença da ordem pública, que, segundo demonstrava o discurso, fazia dela moderna, progressista e mesmo idílica.

Figura 01: Primeira página do Jornal *Diário dos Campos* de 27 de out. de 1937



Acervo: Museu Campos Gerais.



É fundamental destacar também que nesse período o *Diário dos Campos* era o maior órgão de imprensa na cidade e os documentos oficiais eram publicados em suas páginas. Assim, o poder Municipal era um dos seus principais clientes, o que não pode ser desconsiderado ao analisarmos a posição política assumida pelo jornal. Simone Bezerril (2011, p. 4), lembra que:

devemos levar em conta que o jornalismo trata-se de uma atividade de cunho político – ideológico influenciado pelo seu meio social. Isso significa dizer que não existe neutralidade no jornalismo, já que esse setor é condicionado por fatores externos (culturais, sociais, políticos, econômicos) e internos (questão de organização e de adequação à equipe que compõem a redação).

Dessa maneira, é possível afirmar que a maneira como Hoffman e seu jornal tendiam a se posicionar diante dos acontecimentos vivenciados pela cidade naquele momento, dependiam de algumas variáveis como as citadas acima. Seria ingenuidade pensar que o jornal usava esse discurso apenas por concordar que a cidade era tão formidável assim. Aliás, Pontes e Gadini (2005, p. 7), ao fazer um apanhado sobre a imprensa na cidade, destacam que “Os jornais de Ponta Grossa, até a década de 1940, não separam o posicionamento político de seus diretores do conteúdo da notícia”, lembrando-nos assim da profunda ligação entre as notícias do jornal e os políticos que exerciam o poder naquele momento.

### 2.1.1 José Hoffman e o discurso do *Diário dos Campos*

Constitui tarefa complexa rastrear os efeitos do discurso jornalístico sobre seus leitores, uma vez que, isso implica considerar uma série de variantes contidas no ato de ler, dentre elas as individualidades de cada um desses leitores. Dentro da concepção dos estudos da história cultural, Chartier (2002, p. 25) afirma que:

Os textos não são depositados nos objectos, manuscritos ou impressos, que o suportam como em receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole. Considerar a leitura como algo concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais – chamemos-lhes ‘tipográficos’ no caso dos textos impressos – que são os seus.

Aqui, não é a intenção aprofundar-se no aspecto da circulação social do discurso, entretanto, convém refletir sobre a uma questão premente: a quem o texto das crônicas se dirigia? Quais eram os possíveis leitores do *Diário dos Campos*? Esse questionamento interessa para refletir sobre o teor e a forma de divulgação, por exemplo, dos ideais de modernidade e progresso por parte do jornal.

Considerando que esse periódico era o único órgão de imprensa escrita durante esse período na cidade, se pode avaliar que tinha um grande alcance entre a sociedade. Entretanto, sobre isso é preciso salientar: uma parcela da sociedade que fosse letrada e que dispusesse de condições financeiras para fazer a assinatura do periódico. Levando isso em conta, podemos pensar sobre para quem o discurso se dirigia e relativizar seu alcance.

Assim, quando as crônicas eram escritas, seu autor tinha em mente um público específico a quem ele se dirigia, ou ao menos fazia ideia de quem se tratava. Portanto, era pensando nesse leitor específico que seu discurso se constituía. Segundo Orlandi,

o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm autoridade determinada junto a seus fieis, etc. Como nossa sociedade é constituída por relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se faz valer na ‘comunicação’. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. (ORLANDI, 2009, p. 39-40)

Nesse sentido, para compreender melhor o posicionamento jornalístico presente no *Diário dos Campos* faz-se necessário entender de onde esse discurso partia, ou melhor, qual o lugar social que o jornal ocupava. Para tanto, é da maior relevância pensar sobre quem foi José Hoffman.

Filho de imigrantes russo alemães que chegaram ao Brasil no final do século XIX, “Juca”, como era também chamado, nasceu em Ponta Grossa em 1904 e estudou em colégios da cidade e de São Paulo. Os pais foram prósperos comerciantes e tinham dois estabelecimentos no centro da cidade, a *Casa Hoffman* em que vendiam artigos como tecidos e vestuário, e outra loja atacadista, anexa àquela.

Segundo Chaves (2001, p. 47), Hoffman começou a se destacar na vida social de Ponta Grossa na década de 1930, depois que comprou o *Diário dos Campos*, em 1931, instalando-o no prédio em que funcionara a casa atacadista de seu pai, na esquina entre a Rua Sant’Ana e a Dr. Colares.

Juca Hoffman, além de proprietário e diretor, também escrevia grande parte dos artigos do periódico, nos quais tratava de variados assuntos como religião, política, economia, filosofia, em nível nacional e estadual, mas, sobretudo dando destaque para a realidade local, se posicionando sobre assuntos do cotidiano da cidade.

Apesar de não ter feito um curso superior, foi um autodidata e grande estudioso de assuntos dos mais variados. Pode-se dizer que ele soube aproveitar as condições de um meio de comunicação para se projetar como uma figura conhecida, respeitada e influente nos meios

sociais e políticos locais, se permitindo emitir opiniões sobre assuntos que envolviam os diversos segmentos da vida ponta-grossense.

Alguns anos depois, Juca ocupou cargos políticos na cidade. Tornou-se vereador em 1947, deputado em 1950 e prefeito de 1955 a 1958 e entre 1962 e 1965, tendo sido membro do PTB durante quase toda a carreira política.

Como todos os tipos de relação costumam ter momentos de conflito, por seu posicionamento ativo nos assuntos da cidade, também sofreu oposição de uma parcela da elite social e econômica local, insatisfeita com sua atuação. Chaves (2001, p. 54) destaca que em seus discursos Hoffman deixou transparecer a existência de tensões e contradições na sociedade local. Tensões que se originavam exatamente na diversidade dos grupos sociais, cada qual buscando ampliar seus espaços no imaginário coletivo ponta-grossense.

Assim, é possível afirmar que o personagem Juca Hoffman e seu jornal procuraram construir determinadas visões, ou representações sobre Ponta Grossa, que não se enquadram numa suposta neutralidade defendida por eles, mas, ao contrário, assumiram determinadas posições e influências sobre seus leitores e a sociedade em que estavam inseridos.

Em vários momentos o discurso do jornal apontava para o que chamava de valoroso trabalho realizado pelo poder público municipal na tentativa de implantar diversas melhorias, sobretudo, na área urbana da cidade. Entretanto, em determinados momentos o jornal usava de sua voz para apontar alguns dos problemas enfrentados pela população ponta-grossense, sugerindo inclusive possíveis soluções e melhorias a fazer para tornar a cidade um lugar ainda melhor para se viver.

Essas colocações tendiam a ser feitas em tom suave, de forma a não se indispor com as autoridades e com a população de forma geral, dirigindo-se sempre a alguns indivíduos, sem citação de nomes, ao mesmo tempo em que clamava a população a exercer seu papel no projeto de modernidade encampado pelo poder público, que precisava do engajamento dos “bons cidadãos ponta-grossenses”. Os *Problemas citadinos* eram apresentados, portanto, com certo tom de denúncia, mas ao mesmo tempo, com a proposta de ajudar a cidade nesse processo de “se civilizar”, para torná-la cada vez mais progressista e moderna.

As crônicas foram publicadas por vários dias sem intervalos, com exceção das segundas feiras em que o jornal não circulava. Depois de certo tempo, as publicações tiveram algumas interrupções, sendo que a última só saiu meses depois das que a antecederam.

Costumavam sair em primeira página, salvo algumas exceções. Uma destas, a primeira, foi em 11 de novembro de 1937, dia seguinte à data em que o presidente Getúlio Vargas decretou o Estado Novo e a discussão em torno desta notícia ocupou toda a primeira

página do jornal. Essa escolha por enfatizar um acontecimento como este, colocando-o na primeira página do jornal, certamente, não é aleatória. A disposição das matérias no jornal, o lugar que ocupam na ou entre as páginas podem dizer muito sobre ele.

Apesar de figurarem na primeira página, não recebiam grande destaque, com letras maiores, por exemplo, variando sua posição na página. O título vinha seguido de uma numeração, que teve algumas falhas ao longo da série, gerando números repetidos ou subtraídos, que distinguia as crônicas. Até a crônica de número 39 a numeração foi feita em numerais romanos e após, em numerais arábicos.

É possível assim, perceber algumas das limitações que o jornal possuía naquele período, como a falha na numeração das edições, que era repetida por vários dias, certa desorganização na distribuição das matérias e anúncios pela página, chegando a dar impressão de que o importante era “fazê-las caber dentro da página”, mesmo que se misturassem entre as colunas anúncios publicitários dos mais variados com situações da política nacional ou internacional, ou notícias locais.

Sobre a cidade, havia temas da política, economia, esportes, notas sociais, comunicados sobre visitas que pessoas “ilustres” fizessem à cidade ou à redação do jornal, aliás, essa é uma característica presente no *Diário dos Campos* ao longo do tempo, pois o impresso costumava anunciar, dias antes, a visita de alguma “personalidade” como políticos, intelectuais ou artistas e/ou fazia comentários posteriores, comentando a visita realizada.

Do ponto de vista estrutural do periódico, Pontes e Gadini comentam que:

Graficamente o jornal se manteve inalterado durante toda a década de 1930. A primeira página trazia matérias corridas, sempre com uma manchete que destacava um assunto da realidade local, nacional ou mesmo internacional. Na parte superior da primeira página constava, com destaque, o cabeçalho com o subtítulo ‘Jornal Independente’.

[...]

As notícias sobre Ponta Grossa abordavam questões relativas à sociedade, aos esportes, às formas de lazer, às manifestações culturais, aos casos de polícia e, em especial, ao dia-a-dia da política local. As notícias nacionais e internacionais relatam fatos de guerra, economia, política, acidentes, guerras, catástrofes, etc. Quando a matéria na capa tratava da política nacional, a manchete vinha precedida do chapéu ‘Momento Político Nacional’. Já as matérias de esportes traziam o chapéu ‘Diário Esportivo’. (PONTES; GADINI, 2005, p. 12)

Assim o *Diário dos Campos* apresentava-se como porta voz dos acontecimentos, um instrumento eficaz na transmissão da notícia aos ponta-grossenses leitores das suas páginas, e mais que isso, procurava estabelecer uma relação de proximidade com eles, mostrando-se tradutor de suas inquietações e, portanto, legitimando o discurso do jornal.

Quando o historiador toma como fonte histórica um periódico, é importante observar toda a estrutura do jornal, desde a formatação das letras, redação, linguagem, divisão das

sessões e colunas entre as páginas, imagens utilizadas, pois isso diz muito sobre a importância que se deu a uma ou outra notícia. Quais filtros foram usados pelos redatores para a divulgação de uma notícia ou um anúncio publicitário, por exemplo?

A autora Tania Regina de Luca (2008) lembra que faz toda a diferença uma coluna ser publicada na primeira ou na última página de um jornal e que isso denota o grau de destaque que se quis oferecer àquela notícia ou àquele tema. Um assunto é retomado nos dias seguintes ou fica relegado a uma única edição? O pesquisador deve estar atento a muitas questões que envolvem a produção e circulação do jornal pesquisado, já que:

**os discursos adquirem significados de muitas formas**, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal e revista pretendem atingir. (DE LUCA, 2008, p.140, grifo do autor)

Ou seja, há um conjunto de variáveis a serem consideradas quando o jornal se torna nossa fonte de pesquisa, pois todas elas são influenciadoras no processo de produção e circulação da notícia.

Sobre o jornal aqui em questão, Pontes e Gadini reforçam que:

O *Diário dos Campos* procura alimentar um discurso de auto-afirmação, defendendo o posicionamento dos redatores do jornal e dos ideais defendidos por eles. O jornal representava os interesses de um grupo, o que anunciava em suas páginas e no qual os jornalistas pertenciam. As idéias e o modo de interpretar os fatos partiam desse grupo (PONTES; GADINI, 2005, p. 12, grifo do autor)

Mais que isso, Chaves lembra que havia “o esforço do *Diário dos Campos* no que diz respeito à aproximação de seu público leitor a determinadas ideias, instituições ou acontecimentos, como por exemplo, a Igreja Católica, a ordem republicana, a obediência civil, a civilidade e o progresso, etc.” (CHAVES, 2001, p.44)

E em nome desse progresso defendido veementemente nas páginas do jornal, é que os *Problemas citadinos* eram publicados. Aliás, os motivos que levaram à publicação das crônicas, apesar de ser difícil precisar, provavelmente, tenha sido para dar voz a algumas reclamações ouvidas de leitores a respeito dos inconvenientes que eram apontados nas crônicas, e/ou, talvez, pela observação do próprio autor (que também não podemos afirmar com certeza quem era já que não levavam assinatura) <sup>6</sup> ao circular pela cidade.

A princípio pode parecer estranho que o jornal se propusesse a apontar, enumerar e discorrer sobre problemas vivenciados na cidade, já que essa situação parece destoar do discurso assumido pelo órgão diante das autoridades políticas da cidade, pois falar dos

---

<sup>6</sup>A partir daqui, optou-se por utilizar o termo autor ou cronista para se referir à autoria das crônicas, já que não foi possível identificar de quem se tratava, uma vez que não eram assinadas.

problemas contrariava o ideal de cidade moderna e civilizada defendida nas páginas do periódico cotidianamente.

Entretanto, uma leitura cautelosa permite afirmar que mais que criticar situações experimentadas na cidade daquele momento, as crônicas buscavam, com a denúncia dos problemas, explícita ou implicitamente, indicar uma possível solução, um caminho a ser seguido para que esses “inconvenientes” fossem solucionados. Essa situação se repetia em praticamente todas as crônicas publicadas, que recorriam, eventualmente, à Municipalidade ou outros serviços, como ao Delegado de Polícia ou ao Órgão de Inspeção de Veículos, por exemplo, mas, sobretudo à população, para que auxiliasse no zelo das benfeitorias realizadas na cidade e fiscalizasse àqueles indivíduos que não cumpriam o seu papel nesse processo.

Na redação das crônicas, uma determinada expressão era repetida em diversos números, sempre como última frase, para encerrar o texto: “*O povo, com a sua boa vontade, é o melhor colaborador da Municipalidade*”. Essa mensagem exprimia uma determinada visão acerca das responsabilidades pela solução dos problemas, afirmando que era dever da população colaborar com o poder público, defendendo que este estaria cumprindo seu papel. Essa posição assumida pelo autor dos textos demonstra a proximidade entre a linha discursiva do jornal e o poder público.

É possível afirmar, portanto, que o *Diário dos Campos*, na medida em que se constituía um importante meio de comunicação, veiculava notícias carregadas de determinados valores e participava da construção de certos modelos a serem incorporados por seus leitores e por toda a sociedade ponta-grossense, como se observará nas discussões feitas ao longo do texto.

## 2.2 VISTAS DA CIDADE NO ÁLBUM DE PONTA GROSSA DE 1936

### 2.2.1 Colecionando paisagens: os álbuns fotográficos e a memória das cidades

A partir do advento da fotografia, entre os anos de 1830 e 1850, e posteriormente, com o surgimento do modelo de *carte de visite*, que tinha como suporte o papel em vez do daguerreótipo, seguido pelo estilo *carte cabinet*, a fotografia contou com um processo de popularização, pois tiveram redução de preços e, inclusive as classes menos favorecidas passaram a ter maior possibilidade de adquirir retratos. (NASSAU, 2014, p. 21)

As fotos que inicialmente eram colocadas soltas, geralmente em cestas, sem qualquer organização, passaram então a compor páginas de álbuns, pois adquiridas em maior

quantidade, exigiam maior organização e melhor conservação. Os primeiros teriam sido organizados pelos próprios fotógrafos, pela necessidade de controle da própria produção e também para serem comercializados, oferecidos aos clientes.

Os modelos pioneiros seriam inspirados nas caixas que até então acondicionavam os daguerreótipos, produzidos com muito requinte, interna e externamente, já que guardavam verdadeiras jóias-fotografias. Nassau (2014, p. 27) comenta ainda que os álbuns fotográficos costumavam ficar expostos na casa como um objeto de adorno, e serviam como forma de demonstrar status e a condição social de seus proprietários.

O fascínio despertado pela fotografia teria gerado o desejo de colecioná-las e os álbuns foram se popularizando, caindo no gosto dos consumidores, que iam preenchendo-os de acordo com seu gosto, na medida em que adquiriam as imagens. Os álbuns teriam virado um modismo entre diferentes camadas sociais, que além dos retratos de família passaram a preenchê-los com vistas urbanas. Assim, “seja pela ânsia de ver o álbum com todos os espaços disponíveis preenchidos por uma fotografia ou pela necessidade de guardar as fotografias adequadamente, os álbuns se tornaram importantes instrumentos de arquivos de memória”. (NASSAU, 2014, p. 26-27)

A produção das imagens das vistas urbanas que foram ocupando os álbuns permitiu que muitas das transformações verificadas em diferentes cidades pudessem ser registradas. Incontáveis imagens foram captadas com o objetivo de documentar as reformas e o crescimento urbano de várias cidades brasileiras. Viviane Araujo afirma que desde a segunda metade do século XIX era prática frequente a contratação de fotógrafos para documentar as reformas urbanas, já que

ao acompanhar o curso das obras, reproduzindo projetos e retratando arquitetos e engenheiros responsáveis por estes, registrando o trabalho dos operários, os equipamentos utilizados, as cerimônias de inauguração e os aspectos gerais dos locais antes, durante e após a conclusão desses trabalhos de construção e reforma, os fotógrafos atenderam a demanda de que tais intervenções fossem documentadas, a partir de um meio capaz de promover seu registro e divulgação da maneira considerada, então, a mais irrefutável que se dispunha. (ARAUJO, 2014, p. 48)

Há registro de muitos álbuns de cidades produzidos ao longo de décadas, já tomados como objeto de estudo de vários historiadores que os analisaram por diferentes prismas, sobretudo destacando como esses documentos foram utilizados como registros de memórias e atuando na construção de um imaginário de modernidade dessas cidades.

Nas capitais como São Paulo, há famosos registros de Militão de Azevedo; no Rio de Janeiro, de Marc Ferrez e Augusto Malta. Cidades menores como Curitiba contaram com os trabalhos dos irmãos José e Augusto Weiss, Adolpho Volk, por exemplo, e ainda Ponta

Grossa, que foi cenário de imagens produzidas, dentre outros, por Luis Bianchi, Frederico Lange e Ewald Weiss<sup>7</sup>.

Assim, muitas cidades espalhadas pelo país foram imprimindo seu ideal de modernidade por meio das fotografias, naquele momento entendida como cópia fiel, uma transferência da realidade, capaz de apreender de maneira exata e indiscutível o objeto fotografado.

De forma itinerante ou montando estúdios, fotógrafos percorreram o país, levando à população a possibilidade de contato com a maravilhosa arte da fotografia nos mais distantes lugares. Entre esses fotógrafos havia um significativo número de estrangeiros que, junto com o sonho de uma vida melhor no Brasil, trouxeram os conhecimentos e a experiência no ofício de fotografar aprendido na Europa, onde as técnicas de produção das fotografias já eram mais conhecidas.

Ao analisar a produção do Foto Bianchi, entre os primeiros fotógrafos a se instalar em Ponta Grossa, e a forte atuação dos italianos no ofício da fotografia, Francieli Lunelli Santos afirma que

Através de sua imagem gravada no papel, o imigrante estabelecia uma relação com o novo espaço, um vínculo era estabelecido. Todavia, também era uma forma de preservar seus laços com a terra natal, já que muitos retratos eram enviados aos parentes que ficaram na Itália. (SANTOS, 2012, p. 63)

Dessa forma, a prática de fotografar, que comumente era compartilhada com o exercício de outra profissão, permitia a esses estrangeiros se aproximarem da nova realidade vivida por eles no novo país, estabelecendo relações sociais ou com a paisagem, e ao mesmo tempo, manterem laços com um passado que havia deixado na terra natal.

O trabalho desses profissionais permitiu que paulatinamente, os brasileiros pudessem conhecer a “objetiva” e contar com a possibilidade de registrar para a posteridade os mais diferentes momentos, fossem eles individuais, em família, em comemorações especiais ou então da construção de estradas e ferrovias ou ainda diferentes espaços urbanos.

No caso específico do universo urbano, a intenção ao registrar os momentos da derrubada de antigas construções e a elevação de novos prédios no mesmo lugar, ou mesmo levantar uma nova construção num espaço antes ocioso, era de “retratar este momento transitório, eternizá-lo através da fotografia, funcionava como uma maneira de inscrevê-lo na

---

<sup>7</sup> Os nomes citados referem-se a alguns exemplos de fotógrafos que atuaram nessas cidades e que se tornaram famosos. Porém, eles são alguns dos muitos que, espalhados pelo país, exerceram essa profissão. Para o caso de Curitiba, consultar STANCIK (2020). Sobre Ponta Grossa, mais especificamente sobre a atuação do Foto Bianchi, consultar SANTOS (2012).



história da cidade, como um período que, embora curto de tempo, de grande relevância simbólica” (ARAUJO, 2014, p. 52).

A possibilidade de comparação entre “o antes e o depois”, com o registro imagético desse intervalo criava a ideia de transformação, de renascimento, reforçando no imaginário coletivo o ideal de progresso e modernidade, e por isso, talvez, esse momento devesse ser documentado.

Essa seria uma forma de fazer com que aquela sociedade sentisse que estava presenciando a chegada de um novo tempo e que deveria, portanto, abandonar antigos hábitos e se vestir de um novo tempo, passando a viver de forma mais civilizada, de acordo com aquilo que o novo momento exigia.

Por esse motivo, ao se contratar fotógrafos a fim de registrar as reformas urbanas, as imagens produzidas deveriam apresentar visualmente as etapas de um processo captado para que fosse entendido como uma demonstração de progresso. Tais fotografias deveriam contribuir para inscrever as transformações urbanas em um conjunto visual harmônico, representativo daquela sociedade por seu conteúdo simbólico, social e estético. (ARAUJO, 2012, p.52)

Um dos motivos pelos quais se confeccionavam os Álbuns de Cidades era justamente a intenção de divulgar as imagens de uma cidade, e indiretamente de uma sociedade, que abandonava um passado colonial, tradicional, dando lugar a um novo modelo.

Na concepção dos governos e das elites, esta nova realidade deveria ser registrada e apresentada aos seus interlocutores através dos Álbuns Fotográficos, que condensavam as imagens sugerindo uma maneira específica de se olhar para cidade.

Assim, à medida que as páginas eram folheadas pelo leitor, a cidade descortinava-se sobre os seus olhos, mostrando-se em seus melhores ângulos, intencionalmente escolhidos pelo fotógrafo, através de belas vistas de ruas largas e arborizadas, construções enfileiradas, praças remodeladas, com gente, automóveis e bondes percorrendo ruas que contavam com pavimentação, calçadas e iluminação elétrica. A cidade moderna então era dada a ver. Como coloca Possamai,

não bastava apenas estar na rua vivenciando os espaços transformados, era mister *ser visto e deixar se fotografar*. A visualidade moderna, dessa forma, de acordo com esse imaginário, era criada não apenas por meio das reformas urbanas e dos novos hábitos, mas também através de uma forma especial de representar visualmente esse instante condensado num espaço e num tempo precisos. (POSSAMAI, 2005, p. 54, grifo do autor)

Os Álbuns Fotográficos elaborados pelas diferentes cidades desempenharam assim, um papel importante no processo de formação de memória dessas cidades, sugerindo o que deveria ser lembrado e o que precisava ser esquecido, colaborando assim para o imaginário moderno que se buscava construir.

### 2.2.2 O *Álbum de Ponta Grossa*

Ao tomar como fonte o *Álbum Fotográfico* da cidade e propor um diálogo com as crônicas do *Diário dos Campos*, acredita-se que ambos se constituem fontes privilegiadas para o trabalho do historiador, uma vez que trabalham com determinadas representações - textuais e imagéticas, atuando na constituição de memórias coletivas e imaginários sociais sobre a cidade de Ponta Grossa na década de 1930.

Sobre o *Álbum Fotográfico*, embora a proposta seja deter-se às imagens ligadas às temáticas do espaço urbano, e não ser todo o seu conteúdo analisado detalhadamente, a fim de melhor compreender a abordagem efetuada aqui, é importante, em princípio, fazer uma breve discussão sobre o documento. Entende-se que ele deve ser pensado de maneira ampla, composto de uma determinada narrativa escrita e imagética, uma vez que contém textos escritos e imagéticos, com um propósito definido, que era o de apresentar ao seu leitor visual uma projetada representação da cidade, e por isso deve ser entendido como um conjunto.

Com organização de Adar de Oliveira e Silva, o *Álbum*, foi publicado em 1936. A impressão foi realizada pela Imprensa Paranaense, Max Scharappe, em Curitiba. Entre textos e imagens, há também arranjos e desenho artístico de Octavio Guimarães, professor de desenho da Escola Normal de Ponta Grossa. E as fotos são de Ewald Weiss.

Não foram muitas as informações levantadas a respeito desses criadores do *Álbum*, por isso muitas questões que poderiam ser discutidas aqui a respeito da autoria, permanecem, por hora, aguardando respostas.

Sobre o organizador, Adar de Oliveira, conseguiu-se levantar apenas que se tratava de um intelectual da cidade e que foi membro do Centro Cultural Euclides da Cunha<sup>8</sup>. Seu falecimento data de 1964.

Embora as informações que se tem sobre ele sejam praticamente inexistentes, é importante salientar seu papel enquanto organizador desse documento. O ato de organizar o *Álbum*, reunindo textos e fotografias, implica na construção de uma determinada narrativa, que por sua vez, não é neutra e imparcial. Pelo contrário, trata-se de um processo de escolha, que resulta de variáveis como pensar sobre quais os objetivos daquele produto, quem o idealizou, o que se procura contar através das imagens, quem será o possível leitor do *Álbum*.

---

<sup>8</sup> Círculo intelectual criado em Ponta Grossa em 1948, encerrando suas atividades em 1985, reunindo intelectuais que se dedicavam ao estudo e divulgação da história e das tradições nacionais. O principal canal de divulgação dos ideais do grupo foi o Jornal *O Tapejara*, criado por eles e que circulou de 1950 a 1976. (GUEBERT; KARVAT, 2015).

Em cada escolha realizada, há uma intencionalidade por parte de quem a faz, ou, como coloca Possamai (2005, p. 138), “esse viés não é ingênuo ou aleatório, pois segue critérios, ideias ou intenções pautadas, por sua vez, pelo imaginário social da época em que foi produzido”

Sobre o desenhista, Octavio Guimarães, apenas se sabe que trabalhava na Escola Normal, à época da produção da publicação.

Com relação à outra peça chave para a análise desse documento, o fotógrafo Ewald Weiss, infelizmente, seu trabalho enquanto profissional da fotografia e sua atuação na cidade ainda carece de informações mais aprofundadas.

A história da família de fotógrafos Weiss no Paraná teria iniciado quando José Weiss chegou em Curitiba e foi trabalhar no estúdio fotográfico de Adolpho Volk. Por volta de 1894, Weiss teria deixado os trabalhos com Volk e aberto um estúdio em sociedade com seu irmão Augusto, a qual se chamou J. Weiss & Irmão. Os dois teriam desenvolvido um trabalho fotográfico significativo em Curitiba e no restante do Paraná, já que por volta de 1903 desfizeram a sociedade e Augusto seguiu como fotógrafo itinerante por outras cidades do estado. José teria permanecido com seu estúdio aberto até a década de 1920. (KOSSOY, 2002)

Sabe-se que o filho de José, Ewald Weiss teria vindo para Ponta Grossa e fundado o Foto Weiss, negócio que funcionaria até a década de 1940. Possivelmente tenha aprendido o ofício com o pai e talvez o tio, em Curitiba, e trocado a capital pela nova cidade para seguir com seu próprio negócio.

Porém, datas e informações mais precisas sobre a atuação de Weiss em Ponta Grossa ainda esperam por um bom trabalho de pesquisa, a fim de documentar o trabalho do fotógrafo. Aqui, entretanto, infelizmente fica essa lacuna, sem maiores informações sobre o autor das imagens que ocupam as páginas do *Álbum*, mesmo conscientes da importância das mesmas no trato da imagem fotográfica pelo pesquisador.

Ao retomar a observação do *Álbum* pode-se dizer que foi confeccionado num papel de boa qualidade, menos espesso que os papéis cartão e couché, com impressão em formato paisagem. Determinadas páginas, geralmente as que introduziam novas temáticas, possuíam ilustrações junto às fotos com traços ou letras em dourado, de acordo com o tema trazido pelas fotografias impressas naquelas folhas, que garantiram um ar de requinte à produção.

Eram 115 páginas não numeradas, preenchidas com textos, ilustrações e 336 imagens fotográficas. Variadas temáticas relacionadas ao espaço urbano incluindo vistas externas e/ ou externas de diversas ruas e avenidas, prédios públicos, clubes sociais e esportivos, cinemas,

casas de comércio, indústrias, hospitais, instituições religiosas, educacionais, culturais e que faziam parte da narrativa proposta.

A publicação é de 1936, utilizando fotografias produzidas por Weiss, encomendadas pelo prefeito Albary Guimarães, entretanto, não há como ter precisão sobre as datas em que todas as fotos foram produzidas, pois a maioria delas não era datada.

Algumas delas tinham a data gravada na própria imagem ou na legenda, ou ainda pelo conteúdo é possível perceber que se tratava de datas próximas. Um exemplo é uma foto de carnaval, em que havia a informação que era uma comemoração do carnaval de 1936. Em outro caso, entretanto, uma foto de um grupo de pessoas numa das fazendas retratadas, a própria imagem tem a data de 1931.

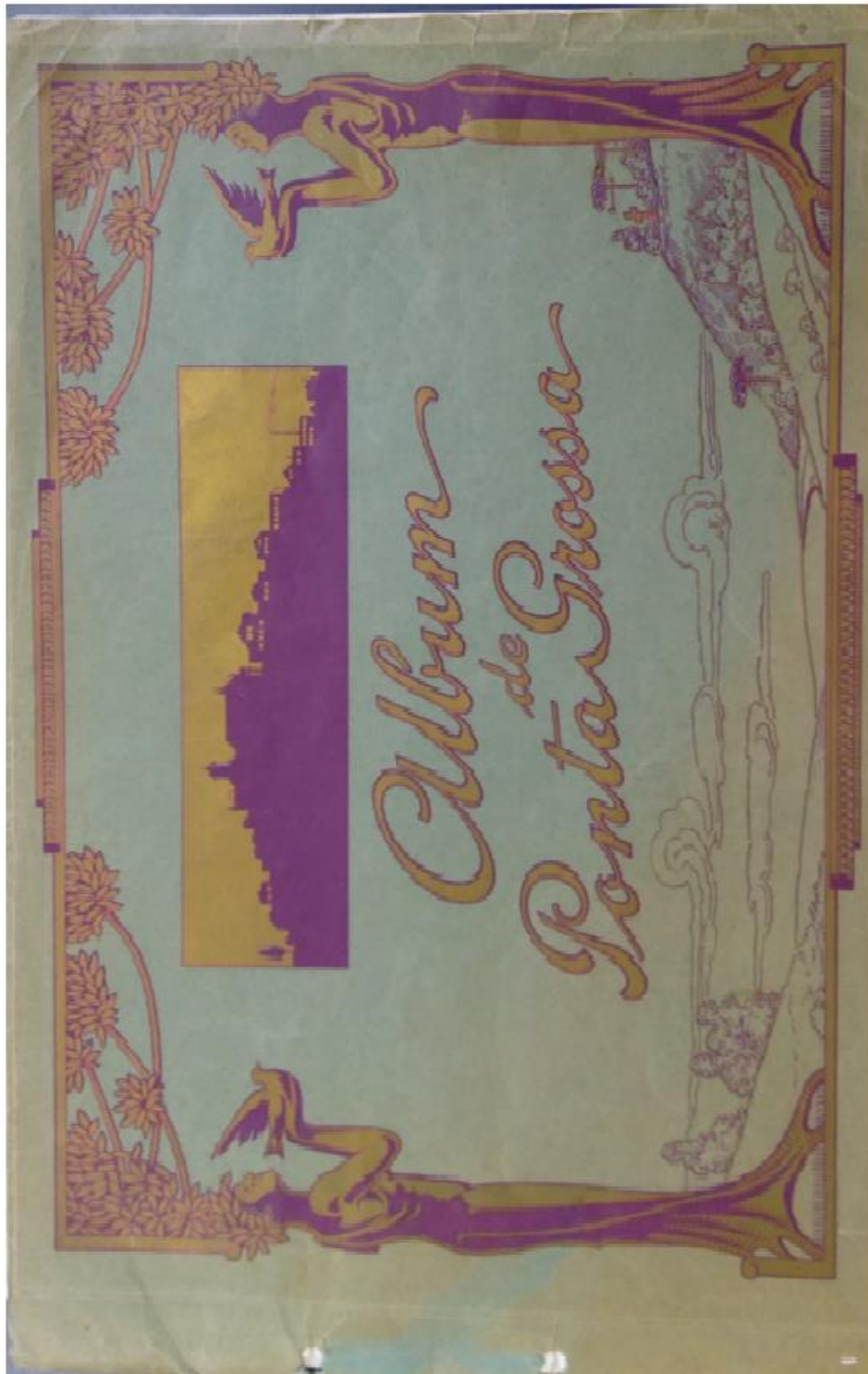
Pelo fato de tratar-se de um conjunto muito grande de imagens, é possível que parte delas tenha sido utilizada do acervo que o fotógrafo já possuía, de datas anteriores, ou mesmo, é preciso considerar a possibilidade de nem todas as fotos serem de sua autoria. Há várias fotos de fazendas, por exemplo, localizadas em diferentes regiões do Município, muitas fotos tendo como indústrias, interna e externamente, que talvez tenham sido cedidas para compor o *Álbum*.

Aqui, entretanto, estão sendo levantadas hipóteses, possibilidades em torno da produção e das datas prováveis, mas o único fotógrafo referido no *Álbum* é Ewald Weiss. Inclusive numa das fotos produzidas do espaço interno de uma Casa de fundição, há a inscrição “Trabalho para a Prefeitura Municipal”, levando a crer que o fotógrafo tomava o cuidado de fazer anotações sobre as fotos tiradas e selecionadas para a encomenda feita pelo poder Municipal.

Em todo o conjunto de fotografias é possível perceber que se tratava de um trabalho profissional, feito com qualidade técnica. As imagens contemplando o espaço urbano, que são objeto de análise nessa pesquisa, certamente foram produzidas pelo próprio Weiss. Inclusive, por meio de cruzamento com outras informações, é perceptível que foram produzidas próximas à data da publicação, sobretudo porque retratavam obras recentes ou em construção, fazendo crer que foram elaboradas com o propósito de documentá-las para serem expostas no *Álbum*.

Dentre as variações de temáticas incluídas na publicação, fotógrafo e organizador não deixaram de considerar o universo rural do Município, incluindo paisagens de fazendas, atividades econômicas envolvendo a agricultura e pecuária do município. Indústrias e comércio também foram contemplados.

Figura 02: Capa do Álbum de Ponta Grossa de 1936



Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936

Ainda sobre a composição da publicação, na capa (Figura 02), além do título em destaque *Álbum de Ponta Grossa*, havia ilustrações formando uma imagem que evocava alguns elementos tradicionalmente ligados à cidade: trata-se de duas esculturas cujos pés são raízes e do pescoço e cabeça, brotam galhos de araucárias, árvore considerada símbolo do

Paraná. Cada uma das esculturas segura nas mãos um pombo, fazendo clara referência ao episódio épico da formação da cidade, a famosa “lenda das pombinhas”<sup>9</sup>

Ao fundo da imagem, outras araucárias foram representadas, em meio a uma paisagem composta por arbustos e montes, possivelmente fazendo alusão à denominação da região que inclui, além de Ponta Grossa, outras cidades vizinhas, conhecida por Campos Gerais. Essa paisagem de fundo aparecia dando a ideia de profundidade, fazendo com que as esculturas aparecessem em primeiro plano, e a paisagem em segundo plano.

Em um dos montes ao fundo, era possível perceber a presença de uma cruz, rodeada por árvores, dentre elas uma araucária. Essa composição remete à explicação sobre a escolha do local onde foi construída a catedral da cidade, na época de sua fundação. Da mesma maneira, a presença do crucifixo trazia um referencial cristão da cidade, presente desde o início do povoamento, com a construção da primeira capela, e da presença do catolicismo, que fazia parte do universo religioso da cidade.

Ainda na capa há, em tamanho reduzido uma ilustração sugerindo uma vista panorâmica da cidade, como se o observador a visualizasse de uma longa distância, num plano elevado. Mais uma vez, nessa imagem foram representadas as torres de uma igreja, novamente estabelecendo uma relação com os elementos cristãos, várias construções e uma alta chaminé de fábrica, de onde se elevava uma fumaça, numa sugestão do grande crescimento do setor industrial na cidade.

Percebe-se que o conjunto de imagens que formam a capa do *Álbum* - aquele monte, com as árvores e a cruz, que marcaram o início da cidade se contrapõe essa última imagem descrita, sugerindo uma cidade elevada, que cresceu, tinha muitas construções, indústrias e que mantinha seu referencial de cristandade, pois a figura da Igreja continuava presente, mesmo com a passagem do tempo.

Sabemos que ao historiador, não há como voltar ao passado e colocar-se na posição do autor das ilustrações para se ter certeza de seus objetivos quando o mesmo imprimiu seus desenhos naquelas folhas. O que se faz aqui é levantar algumas hipóteses, que se baseiam nas

---

<sup>9</sup> A região onde atualmente se localiza Ponta Grossa surgiu às margens do Caminho de Viamão, que a partir do século XVIII era usado como principal ligação entre o sul e o restante do país, sobretudo por conta da atividade do tropeirismo. O bairro de Ponta Grossa, então pertencente ao município de Castro, se desenvolveu em torno, prioritariamente, a partir da atividade criatória. Em 15 de setembro de 1823 o bairro foi elevado à paróquia e freguesia. Sobre o processo de criação da cidade, há um mito em torno da escolha do local onde seria então erguida uma capela. Na dissidência entre as opiniões dos fazendeiros da região a respeito da localização, os interessados concordaram em soltar duas pombas e assim, onde elas pousassem, seria o local em que se realizaria a obra. No local do pouso, foi construída a matriz, no alto de uma colina, às margens do Caminho de Viamão. (CHAVES, 2001 a)

observações das imagens, contrapondo-as à historiografia produzida sobre a cidade e ao conteúdo do próprio *Resumo histórico* que foi feito no *Álbum*, e que sugere uma ligação entre as ilustrações e o que se diz sobre a história da cidade, desde o início do povoamento, até àquele momento, mostrando em que ela se tornou. Sobre o processo de voltar ao passado para referir-se a esse presente e talvez projetar um futuro, Sandra Pesavento afirma que:

Ao inventar o passado, contando a história de suas origens e de seu percurso no tempo para explicar seu presente, a cidade constrói seu futuro, através de projetos e visões de mundo que apontam para um *depois*, seja como ficção científica, seja como planejamento urbano [...] na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma *cara* e um *espírito*, um *corpo* e uma *alma*, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a *sua* cidade. (PESAVENTO, 2007, p. 17, grifo do autor)

Dessa forma, tem-se consciência de que as ilustrações não teriam sido aleatórias e a presença de todos esses elementos que compõem as imagens não foram utilizadas ao acaso. Fazem parte de um conjunto documental, que é o *Álbum* como um todo, dentro de um objetivo proposto de representar uma determinada visão sobre a cidade e, portanto, carregadas de intencionalidade.

Uma ilustração que evocava um passado idílico de Ponta Grossa pode levar-nos a pensar que havia a intenção de criar no leitor visual uma relação entre a cidade que ele conhecia e da qual era contemporâneo, e uma cidade que não conhecia, mas da qual podia se orgulhar, porque traçou um caminho ascendente, desde a escolha de sua localização, do início do povoamento até aquele momento.

De certa maneira, essa representação levava o leitor a acreditar em quanto a cidade crescera, e como aquela pequena vila do século XVIII havia se transformado em uma próspera urbe, com muitas construções, ruas pavimentadas e com ares de modernidade e civilidade, cujas imagens no interior do *Álbum* poderiam demonstrar.

Continuando a correr os olhos pelo *Álbum*, na contracapa da publicação havia referência ao então Prefeito Municipal Albary Guimarães, explicando que o documento foi organizado por ordem do mesmo. Ao passar para folha seguinte, tínhamos três sonetos em homenagem a Ponta Grossa, de autoria de Generoso Borges, Quintiliano Pedroso e J. Cadilhe, e possuíam uma característica comum: a exaltação da cidade. Virando a página novamente, encontrava-se a primeira fotografia do *Álbum*, ocupando de forma isolada a página: em formato de busto, figura a imagem do prefeito Albary Guimarães. Essa posição concedida à pessoa do prefeito municipal certamente não foi escolhida de maneira aleatória.

Pode ser interpretada como indicativo da importância atribuída ao poder político da cidade, e mais que isso, confere a ele, de certa maneira, a condição de responsável não só pela

confeção do *Álbum*, como havia sido explicitado na capa, mas como responsável por aquilo que as imagens se propunham a mostrar ali: visões de uma cidade moderna, progressista, culta, higienizada e civilizada que estava sendo construída sob seu comando, em sua gestão como prefeito.

Um texto introdutório ocupava as dezenove páginas seguintes, com o objetivo de apresentar a cidade, ressaltando sua beleza e desenvolvimento. No início eram trazidas informações formais contendo os feriados municipais, estaduais e nacionais e muitas páginas, intituladas como *Resumo Histórico*, com informações sobre o caminho próspero que a cidade trilhou, desde o momento da ocupação do território, formação da vila, freguesia e cidade.

Havia ainda informações sobre aspectos físico-geográficos de relevo, limites do município, características dos distritos e da área urbana, como o número de ruas, construções, veículos e população. Eram apresentados também números relativos à economia, como o desenvolvimento da indústria, comércio, agricultura, pecuária, além da organização política, judiciária, policial, educacional e cultural da cidade. Enfim, um relato de informações julgadas as mais importantes para constar no *Álbum*, destacando as realizações dos últimos anos que antecederam a publicação, ou seja, durante a gestão de Albary Guimarães <sup>10</sup>.

A narrativa era claramente construída de forma a exaltar as características do município. Aspectos como sua localização geográfica proposta como privilegiada, próxima da capital e ponto de passagem para outras cidades, tanto pela ferrovia quanto pelas vias terrestres, favorecendo o seu desenvolvimento, são destacadas. Da mesma forma se exaltavam os avanços econômicos, industriais, urbanísticos, que, segundo o texto fazem da cidade

‘a primeira do Estado, depois da Capital – possui seis mil prédios, sendo muitos de tipo moderno; tem intenso movimento comercial podendo mesmo afirmar que por ser, como dissemos, o centro ferroviário do Estado, é o empório de todo interior paranaense. Pode-se também assegurar que é a cidade do Estado que tem evoluído e progredido com maior rapidez.’ (ÁLBUM DE PONTA GROSSA, 1936)

As palavras claramente faziam do texto uma propaganda sobre os muitos adjetivos que se pretendia fazer crer que a cidade era merecedora, destacando-se dos demais municípios do estado, sendo entre todas, a que mais crescia.

Não se pode ignorar o contexto em que a produção do *Álbum* estava inserida. Falamos da década de 1930, período em que a propaganda de massas foi usada com muito empenho pelos regimes políticos instaurados. Em nível de Brasil, Getúlio Vargas ocupava a presidência

---

<sup>10</sup> Apesar de poucas informações sobre a figura de Albary Guimarães, encontramos informações de que o mesmo era ferroviário e foi nomeado prefeito de Ponta Grossa em 1934 pelo Interventor Manoel Ribas. No ano seguinte foi eleito. Ocupou o cargo de prefeito até 1945.



e fez uso da propaganda inspirada nos moldes fascistas dos regimes instaurados em vários países europeus.

Essa década é marcada, no Brasil e no mundo pelo incremento da propaganda política que, de maneira autoritária, ocupou espaços nos meios de comunicação de massa, no âmbito educacional e na produção artística e cultural.

Ao analisar a propaganda política no período Vargas, Maria Helena Capelato afirma que a mesma se “constitui, pois, um elemento preponderante da política de massas que se desenvolveu no período entreguerras a partir das críticas ao sistema liberal considerado incapaz de solucionar os problemas sociais” (CAPELATO, 1998, p. 39). A autora destaca ainda a capacidade dos meios de comunicação de massa, em que a propaganda política se insere, como capaz de interferir na construção dos imaginários coletivos que estão entre as forças reguladoras da vida social e peças importantes nas engrenagens que sustentam o poder. (CAPELATO, 1998, p. 36).

Apesar de nosso objeto de pesquisa referir-se ao que se acredita ser uma forma de propaganda utilizada numa cidade do interior, como Ponta Grossa, não se pode minimizar os efeitos da influência exercida pelos regimes vigentes em nível nacional e mesmo internacionais. Também não se trata de categorizar o *Álbum* como um instrumento de propaganda nos moldes nazistas, entretanto, é importante que não se perca a dimensão da contextualização do objeto, espacial e temporalmente, tão necessário nos estudos da História.

Ao encomendar a elaboração de um *Álbum* da cidade, certamente o prefeito Municipal tinha consciência do poder que as imagens constantes ali exerceriam sobre seus leitores, sobretudo se considerarmos que havia uma forte tendência pra se pensar as imagens como espelhos da realidade.

A fotografia opera de forma fragmentária e descontínua, seria impossível então resumir ou condensar os diferentes espaços numa só foto. Assim, ao colocar várias fotos num único lugar, como o álbum, cria-se a possibilidade de um continuísmo, criando a ilusão de que a grandiosidade da cidade se encontra ali de forma total, completa. (POSSAMAI, 2005, p. 139)

Além disso, na própria concepção, o álbum traz elementos que atuam como transmissores de determinadas concepções a respeito de seu conteúdo, como a noção de ordem, de verdade (que está contida nas fotografias), de beleza, expressa também nas imagens, enfim, de construção de uma cidade idealizada. Esse conjunto de elementos explica, em grande parte, as intenções que permearam sua elaboração.

Retornando à configuração do *Álbum*, após o *Resumo Histórico*, foram organizados os grupos de imagens, divididas em algumas temáticas, sobre as quais há alguns apontamentos a fazer.

Três imagens foram escolhidas para compor a primeira folha do *Álbum* dedicada às fotografias. A primeira delas é uma planta da cidade do ano de 1936 e outras duas fotos. Uma, no canto superior direito mostra uma vista parcial da cidade (nordeste) (Figura 03). Abaixo, uma foto da Avenida Carlos Cavalcanti, com um trecho do calçamento em construção.

Esse conjunto visual que abre a publicação chama a atenção pelo modo como apresenta seu discurso imagético de crescimento da cidade. Cada uma dessas imagens sugere uma ideia sobre esse desenvolvimento.

A planta baixa mostra uma cidade que se expandiu horizontalmente, mostrando o centro e seus arredores, o arruamento e as construções que ocupam os bairros, em diferentes regiões da cidade, mostrando assim a expansão geográfica da área urbana.

Figura 03: Planta da cidade de Ponta Grossa (título original)



Fonte: *Álbum de Ponta Grossa*, 1936.

A outra imagem (Figura 04), com uma vista aérea, horizontal, também aponta o crescimento da cidade, dessa vez tomada do alto, que se acredita, foi realizada da torre da Igreja N. Sra. da Conceição, hoje também conhecida como Igrejinha de Uvaranas. O fotógrafo conseguiu captar um grande número de moradias, o pátio de manobras da ferrovia, próximo à Estação Roxo de Rodrigues, conhecida popularmente como Estação Saudade, com muitos vagões concentrados no local, e a vista se estende compreendendo boa parte da área central da cidade, captando a imagem ao fundo, na linha do horizonte, no alto, a catedral, localizada na Praça Marechal Floriano Peixoto.<sup>11</sup>

Figura 04: Vista parcial de Ponta Grossa (nordeste) (título original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936

Mais uma vez, a representação é de uma cidade que cresce, com a presença de grande número de moradias. À exceção da área pertencente ao pátio da ferrovia, toda a paisagem à direita da imagem é repleta de construções, destacando uma rua larga, embora ainda não pavimentada, no canto inferior da foto.

A grande quantidade de vagões presentes ali demonstra a preocupação do fotógrafo em escolher o foco para produção da sua imagem. Ao visualizar aquele grande movimento de trens, o leitor visual associa essa imagem à capacidade e potência comercial que Ponta Grossa

<sup>11</sup>A paisagem fotografada, atualmente, comporta um dos pontos de grande circulação, em que se encontram o Terminal de Transporte Coletivo, o Parque Ambiental e o maior shopping da cidade.

tem e reforça a importância da ferrovia para o desenvolvimento econômico-industrial do Município.

Esse discurso imagético se faz presente também no texto escrito, tanto do *Álbum* quanto das crônicas, nas quais várias vezes é citada a ferrovia e elementos relacionados a ela, como símbolo de desenvolvimento, evocando os benefícios que sua presença representa para Ponta Grossa.

A imagem seguinte (Figura 05) que ocupa a primeira folha das fotografias é, assim como a anterior, uma vista aérea que captou a Avenida Carlos Cavalcanti, sentido centro-bairro.

Figura 05: Trecho do calçamento em execução na Avenida Carlos Cavalcanti (título original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936

Mais uma vez utilizando o recurso da tomada da câmera alta, do alto da mesma igreja citada na fotografia anterior, Weiss consegue capturar um outro panorama da cidade, inverso à foto anterior. Nessa imagem, a câmera é posicionada de forma a registrar as obras de pavimentação da Avenida Carlos Cavalcanti, onde se inicia o bairro de Uvaranas, ou seja, onde estava a linha entre o centro e o bairro. Aqui a posição escolhida foi onde termina o centro e começa Uvaranas.

Acredita-se que a foto foi tirada da torre da Igreja, pois se percebe que a câmera se encontrava a uma altura significativamente mais elevada que as casas representadas na

imagem, o que permite concluir que foi posicionada num local bem mais alto que os telhados, e uma das únicas possíveis construções com essa altura devia ser a torre da igreja.

A vista, em formato horizontal, apresenta uma cidade que se expande rumo aos bairros, levando o progresso, representado pela obra de pavimentação que se executa na Avenida. Também pela presença de postes ao longo da via, mostrando a rede de energia que se segue pela via. Ao fundo, uma paisagem em grande parte ainda por ser ocupada, mostrando o potencial de crescimento da cidade, o quanto Ponta Grossa pode se desenvolver além do que já o fez.

Essas imagens permitem relacionar ao que Zita Possamai comenta ao analisar as vistas de Porto Alegre em *Álbuns Fotográficos*, dizendo que a escolha dos fotógrafos pela vista parcial aérea, em que tomam distância do objeto fotografado, “propiciam tomadas mais abrangentes, contextualizando o motivo principal e propiciando a visualização de uma variedade maior de elementos” (POSSAMAI, 2005, p. 211). Ao fotografar a cidade de cima, Weiss pretendia mostrar o quanto Ponta Grossa estava crescida, desenvolvida e o quanto ainda tinha possibilidade de progredir.

Nesse sentido, é possível afirmar que as fotos que inauguram a série de paisagens urbanas de Ponta Grossa apresentam um discurso de crescimento, de expansão, procurando criar imaginários relacionados a esses princípios, reforçando ideais de progresso e modernidade.

Depois dessa representativa abertura feita com as três primeiras imagens, as folhas seguintes passam a mostrar fotografias de diferentes personalidades/ autoridades da cidade: Juiz, Promotor, Delegado e Comandante do Exército, Bispo Diocesano, o chefe do Integralismo em Ponta Grossa e o Diretor da Secretaria da Câmara Municipal. Seguem-se então os Vereadores Municipais e ainda médicos, deputados e alguns fazendeiros e empresários que eram também membros do diretório do PSD - Partido Social Democrata<sup>12</sup>. Ainda há uma fotografia dos funcionários Municipais e outra de guardas municipais.

Este conjunto de imagens que ocupa seis páginas, com grupos de mais de uma foto por folha, totalizando 29 fotografias, faz pensar sobre o papel atribuído a esses indivíduos. Trata-se da opção por colocar figuras que desempenhavam alguma função dentro da política da cidade, ou que representariam, de alguma maneira, os poderes vigentes, como é o caso do bispo diocesano (poder religioso), o juiz (poder judiciário), delegado e militar do exército

---

<sup>12</sup>Sobre esse partido, Carmencita Ditzel alerta que não se deve “confundir com a agremiação homônima fundada sob influência de Getúlio Vargas no final do Estado Novo. O PSD (Partido Social Democrata) em questão era um partido regional com grande penetração nos meios políticos ponta-grossenses na República Velha e no início da década de 1930.” (DITZEL, 2004, p. 79)

(segurança pública), além de prefeito, deputados, vereadores e membros do PSD. A legenda relacionando essas diversas personalidades ao partido em que estavam filiadas nos permite, senão afirmar, ao menos questionar os arranjos políticos existentes dentro dos círculos do poder vigentes na cidade naquele momento. Fica explícito que o *Álbum* buscou veicular seu ideal de desenvolvimento, ordem, segurança e civilidade às figuras presentes ali e ao partido a que pertenciam, atribuindo-lhes o papel de protagonistas no processo de formação da memória da cidade.

Essa situação verificada no caso de Ponta Grossa se assemelha a outras cidades brasileiras quando elaboraram seus álbuns fotográficos. Ao analisar a presença de figuras políticas entre as primeiras páginas do *Porto Alegre Álbum*, Possamai afirma que, mesmo se tratando de uma publicação de cunho particular, o documento faz “reverências às autoridades políticas municipais e estaduais” (POSSAMAI, 2005, p. 155) e as suas primeiras imagens referem-se a poder político e partidário, autoridade.

Ao serem dispostas em primeiro lugar no álbum não deixam dúvidas quanto à convicção de seu produtor visual/colecionador de vistas de que o poder político vem em primeiro lugar, sendo seus representantes na cidade, no Estado e no Partido as autoridades máximas. (POSSAMAI, 2005, p. 155)

De certa maneira, a presença dessas personalidades no *Álbum*, reafirma a posição de poder que exerciam na Ponta Grossa dos anos de 1930, seja ocupando cargos públicos ou políticos, e reforça no imaginário coletivo a imagem sobre quem era destaque na cidade. Nessa perspectiva, aponta quem supostamente era responsável por seu desenvolvimento, através da produção agropecuária, das indústrias, do comércio ou da atuação política desses indivíduos, que se pretendia, representassem a população como um todo.

Além do destaque à figura de algumas autoridades e personalidades da cidade, alguns elementos são perceptíveis e indicativos do contexto que permeia a produção do documento.

Se pensarmos na questão de gênero, é notável a priorização das figuras masculinas, demonstrando um universo político e público dominado pelos homens. Aliás, ao longo de todo o *Álbum* a mulher tem sua figura retratada poucas vezes. Ela praticamente aparece somente em fotografias relacionadas ao campo educacional (escolas fotografadas), instituições religiosas e em comemorações do carnaval na cidade. Salvo esses casos, em uma ou outra foto é possível perceber sua presença, e nos casos em que isso acontece, está acompanhada por homens ou crianças, fazendo alusão ao papel de mãe e esposa, dentro do ambiente privado que cabia a essas mulheres.

Outra característica presente no *Álbum* é a forte presença do universo rural retratado em muitas de suas páginas. Eram muitas fotos publicadas mostrando fazendas, criação de

gado, porcos, referenciando o trabalho e prosperidade dessas propriedades, referindo sempre a figura de seus proprietários, supostamente as pessoas ilustres da cidade.

Sobre isso, Juçara Nassau (2014, p. 30-36) observou, ao estudar o álbum fotográfico da cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, produzido em 1927, que ao contrário da maioria dos álbuns de cidades produzidos naquela época que privilegiavam a representação do espaço urbano, o Álbum de Montes Claros possuía muitas figuras de personalidades de destaque no município. Industriais, fazendeiros, grandes comerciantes eram representados como modelo do cidadão bem sucedido, exemplo a ser seguido por todos. De certa forma essa situação também se verifica no caso de Ponta Grossa.

Muitas fotos de fazendas, indústrias, casas comerciais e também retratos das pessoas bem sucedidas, proprietárias desses estabelecimentos figuravam no *Álbum*, referenciados por legendas que exaltavam tanto essas pessoas quanto suas propriedades, que seriam responsáveis pelo sucesso econômico da cidade. Isso pode ser um indicativo da influência que essas categorias exerciam na organização do poder, não só econômico, mas político e social ponta-grossense.

A presença de imagens retratando casas comerciais e indústrias do Município também se faz em grande parte das páginas do *Álbum*. São diferentes gêneros de comércio e indústrias fotografadas (interna ou externamente), além dos produtos que comercializavam, demonstrando que a publicação ofereceu destaque para essas atividades.

Entende-se que isso se deu justamente para reforçar no imaginário coletivo a imagem de cidade moderna e desenvolvida que, contando com a competência de comerciantes e industriais competentes e o trabalho de seu povo ordeiro e civilizado, leva a cidade em direção ao progresso.

Percorrendo as páginas de nossa fonte, encontraremos o espaço dedicado à categoria *Urbanismo*, em que iremos deter nosso olhar. São várias imagens retratando o espaço urbano da cidade. São ruas, praças, grandes construções públicas e particulares, obras sendo realizadas, que indicam ao leitor visual a cidade de Ponta Grossa idealizada, moderna, higiênica.

Optou-se pela análise a partir de temáticas, selecionadas a partir do cruzamento dos elementos discursivos presentes nas imagens do *Álbum* e nas crônicas *Problemas Citadinos*, do jornal *Diário dos Campos*.

### 2.3 O DISCURSO DE MODERNIDADE, PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO NAS CRÔNICAS E IMAGENS

Na primeira página do *Diário dos Campos* de 27 de outubro de 1937 figurava no canto superior direito, chamando a atenção do leitor, uma matéria intitulada *Problemas Cívicos I*. O leitor, por sua vez, curioso corria os olhos pelas linhas daquele texto cujo título até então não tinha notado durante as leituras de seu jornal diário.

Tratava-se de uma crônica, sem autoria identificada, que se dispunha a discutir, ali e nos textos que se seguiriam no jornal nos próximos dias, alguns problemas verificados na cidade e possíveis soluções para os mesmos. Seriam textos curtos, escritos a partir da observação do cotidiano cívico, característico das crônicas jornalísticas.

Esse primeiro texto já apontava características que seriam percebidas nas crônicas seguintes, de maneira reiterada, no que diz respeito ao seu teor político. Segundo o autor, os poderes públicos vinham fazendo “verdadeiros milagres” para anular o problema da topografia acidentada que desfavorecia as ruas da cidade, se esforçando no sentido de “tornar mais moderna ainda a nossa terra e dotá-la de todas as inovações que o urbanismo impõe” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 out. 1937, p. 1, Problemas cívicos 1), todavia, se percebia alguns problemas que precisavam da atenção da população e o auxílio da mesma para serem solucionados. Entre esses inconvenientes estavam os menores que brincavam nas ruas e riscavam paredes ou quebravam vidraças, o lixo que muitos insistiam em jogar nas calçadas, os moradores que não construía calçadas e muros em frente de suas casas, dentre outras situações.

A crônica não deixava dúvidas sobre a grande competência da municipalidade para solucionar problemas de ordem natural (no caso do relevo acidentado), afirmando que a mesma não media esforços para melhorar a cidade, implantando as inovações exigidas pelo processo de urbanismo<sup>13</sup>. O autor destacava o bom trabalho e esclarecia que o principal objetivo do poder público era modernizar a cidade.

O texto faz uso de expressões como “moderno” e “inovações”. Esses e outros termos relacionados a eles, como modernidade, civilidade e progresso se fariam presentes também

---

<sup>13</sup>O termo urbanismo, segundo Rosa Maria Ferreira da Silva, era utilizado como sinônimo para as intervenções no espaço urbano, inicialmente desenvolvidas por Georges-Eugène Haussmann, o engenheiro que transformou Paris na cidade mais imponente da Europa, que passou a ser seguida como modelo. (SILVA, R, 2013, p 415)



nas crônicas seguintes, o que levanta alguns questionamentos sobre os motivos que levaram o autor a utilizá-los com tanta frequência.

Assim, o que seria modernizar a cidade? Ou, o que viria a ser moderno?

Jacques Le Goff, falando da trajetória do termo “moderno” e de seus significados, afirma que

O par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar-lhe equivalentes noutras civilizações e noutras historiografias. Durante o período pré-industrial do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que, no fim da Idade Média e durante as Luzes, irrompeu na ribalta intelectual. A meio do século XIX transforma-se, com o aparecimento do conceito de ‘modernidade’, que constituiu uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Na segunda metade do século XX generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo que é introduzido noutros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a ideia de ‘modernização’, nascida do contato com o Ocidente. (LE GOFF, 1990, p. 370)

A história dessa expressão, portanto, vem de longa data e assim como Le Goff, diversos autores já se debruçaram sobre a análise desse conceito, que pode ser pensado em diferentes contextos e definições. Herschmann e Pereira (1994, p. 14) afirmam ainda que

Especialmente a partir das últimas décadas do século XIX, ideias como novo, progresso, ruptura, revolução e outras nessa mesma linha passam a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas, principalmente, a caracterizar o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade. É exatamente associadas a estas ideias que as noções de ‘moderno’ e ‘modernidade’ vão se afirmando neste momento de aceleração da industrialização e consolidação internacional do capitalismo.

Pode-se dizer então que a concepção de modernidade e posteriormente de pós-modernidade que utilizamos para se referir ao contexto do século XX e recentemente, do século XXI, foram gestados em todo o ocidente no final do século XIX, durante o processo de industrialização e consolidação do capitalismo. Esse ideal de modernidade tendeu a incorporado pelas pessoas na medida em que os elementos desse processo foram se fazendo presentes em diferentes países, constituindo-se então um determinado imaginário sobre o moderno.

Aqui, a ênfase terá como foco o processo de incorporação do ideal de modernidade que se pensou para o Brasil, seguindo o modelo europeu, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, para que se possa compreender o sentido atribuído a esses conceitos nas crônicas narradas no final dos anos de 1930, no *Diário dos Campos*, e ainda em que medida esse ideal se fez presente nas representações imagéticas do *Álbum* de Ponta Grossa.

Ao analisar o caso brasileiro, Herschmann e Pereira explicam que

O período que vai do último quartel do século XIX ao começo dos anos 20, no Brasil, é de profundas e rápidas transformações sociais e políticas. [...] Saía-se do escravismo e ingressava-se no processo de construção de uma sociedade de tipo capitalista urbano-industrial. Entre 1889 e 1930 vive-se o que ficou conhecido como a República Velha, marcada pela presença das oligarquias regionais e pela fraqueza de um poder central. É a crise dessa estrutura política, econômica, social e cultural que marcará a vida brasileira durante a década de 1920, culminando com a Revolução de 30. A partir de então, começava-se a implementar não apenas uma nova ordem republicana, mas, sobretudo, um novo modelo de Brasil, o modelo de um Brasil moderno. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 11)

Percebe-se então, que durante algumas décadas o país vivenciou, em maior ou menor grau, a introdução de novos valores que se diferenciavam da sua tradição rural e agrária e eram mais ligados à realidade urbano industrial que passou a fazer parte muitas cidades brasileiras.

Ao contrário do universo rural, em que as mudanças são mais lentas, em que o ritmo de vida é mais calmo e a sensação de que o tempo demora a passar, a cidade traz consigo a agitação, um ritmo acelerado e a percepção do tempo passa a ser vivenciada de maneira diferente, mais veloz. Essa situação, apesar de não ser sentida por todos de maneira homogênea, provoca mudanças na maneira de ser dos indivíduos. Ao falar das alterações sentidas nas cidades que conviveram com as várias transformações urbanas, Elizabete Berberi afirma que

A modernidade implica na percepção do movimento. Tudo caminha, tudo circula, tudo avança. A ideia de que o mundo está se movendo em um ritmo muito mais acelerado do que aquele que se conhecia até então, alimenta a sensação de fugacidade das coisas, a momentaneidade e a descartabilidade. (BERBERI, 1996, p. 29)

As mudanças na configuração urbana, as novas ruas, as reformas, a derrubada de antigas construções e o erguer de novos prédios em seu lugar causam a sensação de que tudo se renova. O novo surge no lugar do velho, do antigo, não só na arquitetura, mas em vários aspectos que fazem parte do cotidiano daqueles indivíduos, inclusive sua maneira de ver, pensar e sentir a vida à sua volta.

Esse processo, antes de ser vivenciado pelas pessoas comuns, que circulavam pelas ruas e percebiam as mudanças na configuração urbana, foi proposto para o Brasil por um grupo de intelectuais, cientistas e membros de uma elite, os quais defendiam que o país deveria seguir o modelo europeu de desenvolvimento para romper com as amarras de seu passado oligárquico, rural, para dar lugar a um país moderno e progressista. Trata-se de um fenômeno que aconteceu em outros lugares também. Le Goff (1990, p. 198) lembra que:

a afirmação de modernidade, mesmo que ultrapasse o domínio da cultura, refere-se antes de mais nada a um meio restrito, de intelectuais e tecnocratas. Fenômeno da tomada de consciência de um progresso, por vezes contemporânea da

democratização da vida social e política, a modernidade mantém-se no plano da elaboração, de uma elite, de grupos, de capelas.

Há assim, uma deliberada intenção na divulgação desses ideais de modernidade por grupos que pretendiam, conscientemente, transformar esses ideais hegemônicos, por motivos que envolviam o desejo de permanência no poder e a convicção de que a adesão a esse modelo moderno de viver levariam ao desenvolvimento e progresso ilimitados.

No caso do Brasil houve, segundo Herschmann e Pereira, um discurso apregoado por cientistas que difundia um saber considerado obrigatório naquele momento: “a necessidade de ‘reformular’, ‘regenerar’, ‘civilizar’ a sociedade e o país” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 20-21). Entretanto, esse discurso legitimou, em muitos casos, as ações autoritárias do Estado junto à sociedade, na defesa dos interesses de membros de uma elite.

O conceito de civilização, que costumeiramente é associado a princípios de desenvolvimento, de evolução e de cultura, em oposição ao que é incivilizado ou primitivo, está também, segundo Maria Rosa Ferreira da Silva (2013, p. 414-415), profundamente ligado à concepção de cidade. Desde o século XVIII, no Brasil, foi vinculada a ideia de que o civilizado, o cortês, era o habitante da urbe, aquele que vivia na cidade, em oposição à vilania, à vida no campo. Assim, “no século XVIII, civilizar-se significava urbanizar-se, adquirir urbanidade” (AZEVEDO, 2003, p. 40 *apud* SILVA, M, 2013, p. 415). Seria, portanto, por esse motivo que a intenção de civilizar o país, de promover o progresso, estaria diretamente ligada ao processo de crescimento e remodelação dos espaços urbanos.

No Brasil, ainda sobre esses conceitos, Rosa Maria Ferreira da Silva (2013) e Azevedo (2003), desde a segunda metade do século XIX, havia uma tensão entre duas principais concepções, ligadas a modelos políticos diferentes, às quais o ideal de civilização e progresso estava associado.

De um lado a elite republicana, que entendia o progresso como um fator decorrente dos avanços econômicos, da prosperidade material. Dentro desse preceito, o Brasil só atingiria o progresso e a civilização a partir do momento que sua economia fluísse melhor, inclusive fugindo do modelo agroexportador predominante até então.

De outro lado, a elite monárquica, que buscava uma maneira de se reafirmar e legitimar no poder, sobretudo após a derrubada de seus suportes como o sistema escravista e o Poder Moderador, e propunha que o país se inserisse na civilização através do desenvolvimento científico, se aproximando do paradigma dos principais países europeus, sobretudo francês, de progresso científico que conseqüentemente permitiriam ao país civilizar-se.

Para esses autores, portanto, o processo de inserção do país nos rumos do progresso e da civilização foi forjado em meio à tensão entre esses dois projetos, que representavam grupos distintos que pretendiam se legitimar no poder. Em diferentes cidades, de acordo com o contexto específico, teria prevalecido um desses caminhos, ou mesmo, ocorrido uma mescla entre eles.

No caso de Ponta Grossa, ao que indica, o discurso de modernidade defendido pelas crônicas no jornal *Diário dos Campos* ia de encontro aos ideais difundidos por esses grupos que atuaram no país desde o último quartel do século XIX até as primeiras décadas do século XX, e que defendiam a formação de uma sociedade moderna, civilizada, progressista.

A defesa do progresso, da civilidade, da cultura e da modernidade estiveram presentes em todo o conjunto das 50 crônicas do jornal *Diário dos Campos* analisadas. A publicação dos textos, justificada pela necessidade de colaborar com uma cidade melhor, reflete a preocupação com aquilo que destoava do que era considerado moderno, segundo os padrões do cronista e, portanto, do jornal, e mais ainda, de uma parcela da população, incluindo-se aí boa parte dos leitores do periódico.

Falar sobre esses ideais na década de 1930 era tratar de um tema já bastante discutido na sociedade brasileira, desde o fim do século anterior, mas seus efeitos ainda se faziam sentir, inclusive nas cidades do interior. O ideal de modernidade e progresso, idealizado através das reformas urbanas, inspiradas no modelo haussmaniano de Paris, foi adotado aos poucos nas diferentes cidades, ao longo das primeiras décadas do século XX, e incorporado ao imaginário social da época.

Tratar dos supostos problemas que a cidade enfrentava no cotidiano, denunciando-os por meio das crônicas, era uma forma de expressar aquilo que incomodava, certamente não só ao cronista, que servia como porta voz de um grupo, de uma parcela da população que, incorporando esses ideais, já não tolerava tudo aquilo que não fosse condizente com essa nova forma de perceber a cidade.

Traços desses ideais também podem ser verificados nas imagens que contemplavam o espaço urbano apresentadas no *Álbum de Ponta Grossa*, seguindo a mesma perspectiva das crônicas. As fotografias enfatizavam as características de uma cidade que se queria registrar, documentar, com destaque para a monumentalidade dos prédios, ruas largas e arborizadas, frequentemente ocupadas por grande número de pessoas e com a presença de automóveis, elementos esses que procuravam transmitir uma imagem de dinamismo, movimento, caracterizando a cidade grande e moderna a que Ponta Grossa aspirava ser/parecer.

O *Álbum* atuava de forma a transmitir uma memória visual sobre a cidade, registrando as melhorias urbanas realizadas, sobretudo, durante a gestão de Albary Guimarães, idealizador da publicação. Essas imagens, entretanto, precisam passar por um processo de questionamento, talvez desconstrução, na tentativa de aproximação das intenções que permearam o processo de autoria, organização e divulgação desse material fotográfico.

Esse ato não desmerece a fonte. Pelo contrário, constitui tarefa do historiador, que se vê diante de uma miscelânea de possibilidades que as imagens lhe oferecem. Sobre essas possibilidades, Ribeiro (2006, p. 15) destaca que a fotografia “desde sua invenção, carrega a marca da ambiguidade, o que lhe permite conciliar em uma única imagem, atributos de sedução, desmistificação e de manipulação”. Assim, a análise dessas fontes e de sua dicotomia, segundo a autora, permite “a compreensão do papel da fotografia na representação e na constituição da ideia de cidade moderna”. (RIBEIRO, 2006, p. 16)

Prosseguindo em busca das dicotomias, percebe-se que no conjunto de 24 fotografias organizadas na temática do *Urbanismo* praticamente todas se referem a áreas centrais da cidade<sup>14</sup>, colocando assim o centro, com suas ruas pavimentadas, casas residenciais ou comerciais em alvenaria, construídas de maneira alinhada, com muros e gradis, com calçadas e meio fio, iluminação elétrica e rede de saneamento, como representação de uma cidade toda.

Nos estudos sobre as vistas urbanas de Porto Alegre nos anos de 1920 e 1930, Possamai lembra que

A concentração de imagens do centro da cidade nos álbuns fotográficos promove, assim, a difusão das modificações em curso, enaltecendo a conformação de um novo desenho urbano que tem na área central seu ponto de maior atratividade. Fotografar o centro, privilegiando-o nos álbuns fotográficos, por outro lado, significava transpor para a totalidade da cidade, uma imagem visual de acordo com os padrões de um imaginário que buscava como referentes as ruas, as edificações, as praças, os veículos, e, principalmente, o homem no espaço público. (POSSAMAI, 2005, p. 209)

Por isso, ao fotografar as ruas do centro de Ponta Grossa, os autores do *Álbum* demonstram a intenção de fazer dessas imagens modelos de toda a cidade, criando uma memória de cidade urbanizada, com elementos indicativos do que era moderno e civilizado naquele momento.

Em uma das imagens captadas pelo fotógrafo na Rua XV de Novembro (Figura 06), é possível perceber vários elementos que demonstram o que Possamai (2005) afirmou sobre o

---

<sup>14</sup>Dentro desse conjunto, há somente uma fotografia da Avenida Ernesto Vilela, que liga o centro da cidade ao bairro da Nova Rússia, um dos maiores da cidade naquele momento, e via de acesso a outros municípios ao norte e oeste do estado. A foto desta rua mostra um trecho que já estava pavimentado, com o corte ordenado das quadras, meio fio e calçadas, além de postes de energia elétrica.

caso de Porto Alegre, mostrando que essa concepção de cidade não era exclusiva de Ponta Grossa, mas fazia parte de um imaginário compartilhado por outras cidades do país na época.

Nas primeiras décadas do século XX, a Rua XV era um dos pontos mais movimentados de Ponta Grossa. Nela ficavam cinemas, cafés, teatros, casas de comércio e era a principal rua destinada ao “footing”<sup>15</sup> noturno e nos fins de semana. Escolher esta rua como uma das representantes do urbano em Ponta Grossa seria para o fotógrafo, digamos que indispensável, conforme pode ser observado na figura 06.

Figura 06: Rua 15 de Novembro (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Com uma tomada de mesmo plano, a foto foi realizada de maneira horizontal, de forma a valorizar o espaço, com a câmera posicionada à direita da imagem, dando ênfase ao conjunto arquitetônico da esquerda da rua. Com essa posição, o fotógrafo conseguiu maior luminosidade nos prédios, que ficavam mais bem posicionados à sua frente, valorizando-os.

A posição na qual o autor fixou a câmera, em mesmo plano, mas captando uma longa distância, conferia à imagem o aspecto de linearidade, gerando a impressão de grandiosidade e ao mesmo tempo de ordem. As construções estavam alinhadas uma à outra de maneira harmônica e remetiam à ideia de ascensão, já que o primeiro prédio representado, no canto esquerdo da imagem possuía um andar, as construções seguintes possuíam dois andares e na

<sup>15</sup>Palavra adotada do vocabulário inglês para se referir-se à caminhada para se distrair ou exercitar-se fisicamente. Nas cidades, especialmente as pequenas, lugar por onde se passeia a procura de alguém para se flertar ou namorar. Dicionário Aulete Digital. <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em 24/02/2020

rua à frente, na esquina, um prédio de três andares, que parece se tratar do Cine Teatro Ópera. Essa posição foi captada possivelmente buscando transmitir ao leitor o ideal de crescimento que a cidade testemunhava. Os prédios com mais andares representavam o crescimento arquitetônico, urbanístico e funcionavam como símbolos de modernidade.

Ao que parece, o momento escolhido para o trabalho fotográfico foi por ocasião em que a rua era tomada por significativo número de pessoas. Algumas rodas de conversa se formavam ao longo da rua, ocupando parte da calçada e parte do espaço do calçamento, sugerindo que se tratava do momento do *fotting*, um momento de lazer em que a população fazia uso daquele espaço como forma de sociabilidades.

Alguns indivíduos caminhavam, outros se mostravam observadores do movimento que acontecia ali, três meninas brincavam de mãos dadas, outros dois meninos conversavam, enquanto alguém observava tudo que se passava a partir da vista de uma sacada.

Todo esse movimento era acompanhado por um guarda municipal presente no canto direito do quadro, que cuidava da segurança de todos, embora parecesse distraído lendo algo, talvez acompanhando as notícias do seu jornal diário, indicativo de que prevalecia a situação de ordem e civilidade entre a população que ali se encontrava.

Junto à rua ocupada por adultos e crianças, caminhando mesmo fora do espaço da calçada, conferindo um ar de tranquilidade à via, a presença do automóvel, símbolo do progresso, indicador da modernidade em que a cidade se inseria, também era contemplada na vista.

Assim, a cena da Rua XV mostra a intenção de representar, ao mesmo tempo, uma cidade que progride e possui elementos indicativos de modernidade e uma cidade que mantém sua ordem e seus momentos de lazer e sociabilidade com segurança.

Ora, tanto a publicação do *Álbum*, em 1936, quanto as crônicas *Problemas Citadinos* faziam parte de um mesmo contexto. Entretanto, nos pequenos textos, escritos a partir do cotidiano do espaço urbano ponta-grossense, mostrava-se latente uma preocupação com certos elementos indesejados que se faziam presentes na paisagem.

Mas, como falar desses indivíduos ou dessas situações que perturbavam a percepção do cronista sem denegrir a imagem da cidade que as fotografias do *Álbum* mostraram no ano anterior? Sem manchar a reputação de cidade próspera que Ponta Grossa havia galgado perante todo o Estado?

Pois bem! O autor dos *Problemas Citadinos* poderia dar aulas sobre como fazer isso sem se indispor com o poder público municipal, nem com empresários e comerciantes locais, ou com as autoridades policiais. Foi mestre em fazer críticas que eram seguidas pelo pedido

de desculpas, elogios seguidos por defeitos apontados, mas sempre, insistentemente, exaltando o “laborioso e culto povo ponta-grossense” e a “querida e civilizada Princesa dos Campos”.

A crônica 34, por exemplo, aponta uma reclamação sobre a forma de propaganda utilizada na Rua XV e que andava a incomodar os frequentadores daquele lugar privilegiado de sociabilidades. Tratava-se da divulgação, por parte de meninos que carregavam cartazes anunciando os filmes em exibição nos cinemas da cidade.

O cronista esclarecia que tinha conhecimento da importância da propaganda para que um negócio tivesse sucesso, porém, era preciso “que a propaganda seja razoável, dentro dos princípios e limites que norteiam o bom comércio” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 dez. 1937, p. 1, Problemas citadinos 34).

O trabalho dos meninos durante o footing noturno estava incomodando, segundo o texto, aqueles que frequentavam a Rua XV, tendo “encontrões” com os propagandistas durante o vai e vem pela rua. Por isso, apesar das empresas merecerem o respeito daquele autor, era necessário entenderem que aquele modelo de propaganda “destôa abertamente de nossos fôros de cidade civilizada” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 dez. 1937, p. 1, Problemas citadinos 34).

No dia seguinte, a crônica 35 chama novamente a atenção para a mesma rua e para um problema similar ao já denunciado. Com o “interesse exclusivo de emprestar os nossos desprezíveis conhecimentos urbanos, em prol do melhor nome de nossa querida Princesa dos Campos”, o cronista reclama das empresas responsáveis pelos cinemas da cidade, pedindo providências ao poder público

A fim de ser evitado que as mesmas empresas se utilizem do antiquado e irritante sistema de anunciar os filmes com a arcaica carrocinha cercada de cartazes berrantes e o gongo, no seu interior, manejado por entusiasta mão de garoto, a ferir o ouvido dos pobres pontagrossenses que têm a infelicidade de se aproximar ...

Já que os interessados fazem o serviço de propaganda sem qualquer medida coibitiva, espalhando cartazes por toda cidade, pregando papeis nos muros, escrevendo nas calçadas, etc., ao menos que façam esse obséquio á nossa culta cidade: que deixem em paz os carrinhos, que façam emudecer os gongos estridentes e fiquem com a já bastante propaganda que realizam, não só com os “cartazes silenciosos”, como também por meio de programas distribuídos nas ruas e publicados na imprensa.

Nem por isso, acreditamos, a frequência diminuirá, pois quem quer ir ao cinematógrafo, vai mesmo sem programa e quem não quer, não irá de jeito nenhum.

O anúncio deve ser razoável, comedido, para não se tornar inconveniente. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 dez. p. 1, Problemas citadinos 35).

O autor procurava justificar sua reivindicação tendo em vista que para uma cidade com “foros de civilizada”, uma carrocinha em plena Rua XV, o principal ponto de circulação



de pessoas nos anos de 1920, anunciando a programação dos filmes no cinema, era inconcebível aos olhos do cronista.

O texto demonstra como o jornal atuava, ao falar dos problemas que a cidade enfrentava, como formador de opinião. Ao se referir aos episódios denunciados, o texto é escrito colocando o nós como sujeito, ou seja, ele fala incluindo outro sujeito no discurso, que poderia ser entendido como o jornal que falava, ou quaisquer outras pessoas que se representassem através do cronista.

A crônica era escrita, assim, de forma a dar a crer que a opinião expressa por ela seria compartilhada por muitos sujeitos, que se sentiam incomodados com o barulho dos anúncios. Mas o argumento que mais chamava a atenção era a suposta incompatibilidade daqueles modelos de publicidade com a civilidade da cidade.

De acordo com o texto, uma cidade civilizada como Ponta Grossa não comportava mais aquele estilo publicitário, sugerindo então que ele seria antiquado, que destoava dos princípios do bom comércio e a sugestão, portanto, seria que os responsáveis, fizessem adaptações na sua maneira de divulgação.

Além do barulho das carrocinhas e dos cartazes carregadas pelos meninos, que esbarravam nos transeuntes, ainda se reclamava da falta de medidas para coibir o abuso desses empresários, que pregavam cartazes em muros e escreviam nas calçadas, dando a entender que esse comportamento também seria reprovado.

Mais do que chamar a atenção para um comportamento relativo às práticas de publicidade dos cinemas, as crônicas tem o objetivo de falar sobre novos comportamentos a serem incorporados. Não só pelos responsáveis pelos cinemas, mas por toda população. Práticas sociais como aquelas não caberiam mais a uma cidade que se modernizava. Era preciso abandonar práticas antiquadas, retrógradas para incorporar um novo ideal de civilização.

Para que as cidades brasileiras ganhassem esse status de modernas e civilizadas, uma série de atitudes e medidas, por vezes autoritárias, foram tomadas pelos poderes públicos a fim de adequar a população e seus costumes a novas práticas e comportamentos.

Assim, como coloca Chartier (2002, p. 17), sabemos que

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

De forma perspicaz, as crônicas *Problemas Citadinos* demonstram, embora numa escala local, como essas medidas foram imaginadas e aplicadas pelas elites brasileiras que

projetaram novos comportamentos que deveriam fazer parte do imaginário coletivo, buscando criar novas formas de se conceber das cidades.

Com o *Álbum*, essa situação também é percebida. Em outra fotografia, dessa vez da Rua Vicente Machado (Figura 07), é possível notar alguns elementos que reafirmam esse ideal. Aqui Weiss conseguiu captar a imagem desejada com o recurso da câmera alta, provavelmente posicionada em uma sacada, permitindo o registro de um ângulo do alto, horizontal, em diagonal. Essa posição permite captar uma distância longa na linha de construções, eliminando a fragmentação das quadras, conferindo a impressão de continuidade, e dessa vez, enfatizando os prédios do lado direito da rua. Oferece ainda uma visão em perspectiva, valorizando o objeto arquitetônico e dando menos distorção à imagem.

Figura 07: Avenida Dr. Vicente Machado (legenda original).



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Ao contrário da fotografia anterior, da Rua XV de Novembro, esta última captou a imagem de uma via quase deserta, não fosse a presença de dois pedestres na calçada no canto direito, ao que parece um adulto pronto a atravessar a rua, segurando um determinado objeto e outro caminhando, talvez fosse uma criança. Um cavalo, ao longe, atravessa a rua puxando uma carroça ou uma charrete.

Se aqui o fotógrafo buscou um momento de rua quase deserta, supõe-se que o objetivo principal era retratar a via em si, chamando a atenção do leitor visual para a arquitetura, que se mostrava bastante eclética, com seus prédios alinhados, com suas ruas largas. As árvores no centro da via, além de oferecer a sombra e ar puro, sugeriam a preocupação estética,

embelezando a cidade, de maneira cuidadosamente alinhada, conferindo continuidade visual à imagem.

Nesse caso, portanto, prevaleceu a preocupação em levar o leitor visual a contemplar a cidade em sua monumentalidade, que se estende longinquamente até sumir da vista do observador, em nada comparável com ruas sem calçamento, lamacentas, com construções em madeira e desalinhadas que ficaram esquecidas num passado arcaico.

Sobre o ponto de vista da construção desse cenário pelo fotógrafo, Kossoy lembra que

Toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implementação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros – *que foram produzidos com uma finalidade documental* – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico. Isso não implica, no entanto, que essas imagens sejam despidas de valores estéticos.

[...]

A fotografia não está enclausurada à condição de registro iconográfico, isento dos cenários, personagens e fatos das mais diversas naturezas que configuram os infinitos assuntos a circundar os fotógrafos, onde quer que se movimentem. Há um olhar e uma elaboração estética na construção da imagem fotográfica. A imaginação criadora é a alma dessa expressão; a imagem não pode ser entendida apenas como registro mecânico da realidade dita factual. (KOSSOY, 2014, p. 51-53, grifo do autor)

O que Boris Kossoy claramente nos alerta é que não se pode esquecer das intenções que incidiram sobre uma determinada imagem, nem tampouco a capacidade criativa do fotógrafo. Estamos falando de um Álbum fotográfico da cidade, e naturalmente, a preocupação com a estética permeou todo o trabalho de Weiss.

Além do desejo por deixar as paisagens bonitas, havia preocupação com a qualidade técnica da fotografia, para alcançar o máximo de perfeição, já que se tornaria um documento de certa forma, oficial, uma vez que encomendado pelo prefeito e, sobretudo, um documento que registraria a imagem de uma cidade, em toda sua beleza e desenvolvimento.

A preferência por fotografar as ruas centrais, que desfrutavam dos serviços de saneamento, pavimentação, iluminação pública, não era aleatória. De alguma forma, através da reprodução das ruas do centro, buscava-se construir e representar, a partir dessas ruas, a imagem de uma cidade inteira, permeada pela ordem e segurança, pela beleza arquitetônica, pela rua pavimentada, pelas pessoas que convivem alegremente, mostrando a “cidade ideal para nela se viver”<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup>Frase da matéria do jornal *Diário dos Campos*, intitulada “Sejam bem-vindos! Ponta Grossa, cidade ideal para nela se morar”, de 17 fev. 1937.

No conjunto *Urbanismo*, registrado por Weiss, encontram-se imagens da Rua Augusto Ribas (Figura 08). Aqui o fotógrafo utilizou o recurso da câmera em mesmo plano, em diagonal, focalizando o espaço da esquerda da rua, onde estava a Praça Barão do Rio Branco, e um grande prédio na esquina com a Rua Saldanha Marinho, que se mantém erguido até os dias de hoje e comporta uma unidade de uma grande rede de lojas de móveis da cidade. A rua acima, na esquina seguinte, era a Av. Vicente Machado.

Na imagem foi clara a intenção do fotógrafo em enfatizar o monumental prédio construído ali, posicionando a câmera defronte ele, mas a certa distância de maneira a capturar toda sua extensão, que se agigantava ainda mais se comparada com o espaço ao redor. Esse, certamente era um dos maiores prédios da cidade naquele período. No espaço da Praça, não havia construções visíveis, nem árvores, somente algumas carroças posicionadas. Se olharmos com atenção, se percebe a presença de uma pessoa apoiada numa delas, quase imperceptível, diminuta diante da grandeza do prédio ao fundo.

Figura 08: Augusto Ribas (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Ao longo da rua, nota-se a presença de alguns automóveis, outras carroças próximas ao meio fio e algumas pessoas na frente da porta de entrada do estabelecimento. Outro destaque fica por conta dos postes de iluminação, que se impõe na imagem, e se estendem a perder de vista, demonstrando que, em mais este espaço da cidade, as noites não tinham mais a mesma escuridão e já não causavam medo.

Esse conjunto de elementos, cuidadosamente registrado pela sensibilidade do autor, constrói uma espécie de enredo, uma narrativa de crescimento que se materializa naquele retrato, mas que sintetiza as projeções de uma cidade inteira, deixando para trás um tempo superado, arcaico, como que esquecido em uma página de um livro velho abandonado em algum canto da memória.

Nesse jogo de lembranças e esquecimentos, entre passado e presente, entre aquilo que combina ou não com o modelo de cidade civilizada, há duas fotografias no *Álbum* que representam muito bem essa relação, em que claramente se levanta a bandeira do progresso. Trata-se de duas fotografias que representam a catedral, localizada na Praça Floriano Peixoto. As duas imagens foram dispostas na mesma página. A igreja (Figura 09), que era a Catedral, naquele momento, foi colocada na parte superior da página e a igreja mais antiga (Figura 10) na parte inferior da folha.

Ao primeiro olhar, pareceu estranho que o *Álbum* seja do ano de 1936 e ali estivesse uma fotografia da catedral antiga, estabelecendo uma comparação entre o antes e o depois. A intenção, entretanto, logo se mostra clara ao compararmos a composição das duas imagens.

Figura 09: A Cathedral do Bispado, na praça Floriano Peixoto (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Na primeira imagem, representando a catedral existente naquele momento (Figura 09), vários aspectos chamam a atenção do leitor visual, a começar pela ideia de grandiosidade que desperta. Trata-se de uma construção de paredes altas, de estilo arquitetônico eclético, com

uma torre ainda mais alta, localizada no ponto mais alto da cidade, que permitia que ela pudesse ser vista de diferentes regiões da cidade<sup>17</sup>.

Em torno do prédio, uma praça arborizada, com belo jardim, inclusive se vê um carrinho de mão utilizado provavelmente pelo jardineiro, no momento do flagrante da foto. Calçadas contornando a praça e caminhos com calçada cuidadosamente desenhados em meio à praça supõem que o espaço foi projetado para ser usado como passeio pelos seus frequentadores. Postes de iluminação e luminárias faziam parte da composição do espaço.

A imagem da Catedral condiz, portanto, com o imaginário de cidade moderna, bonita e progressista que se buscava construir sobre a cidade.

Já a imagem abaixo, da antiga matriz, categorizada pela legenda como “primitiva”, em nada se assemelha à imagem anterior, com exceção de sua localização.

Figura 10: A primitiva matriz, onde hoje está a Cathedral (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Construída em 1823 e ampliada em 1863 (GONÇALVES; DROPA; SOUZA, 2015) a igreja mostra-se menor, rodeada por um grande espaço de terra batida, sem nenhum tipo de pavimentação ou ajardinamento. Na foto, há grande quantidade de pessoas, sugerindo alguma comemoração festiva.

<sup>17</sup>A figura 03 da dissertação mostra uma vista parcial da cidade, da qual é possível visualizar o prédio da então catedral. Essa construção teria sido inaugurada em 1907 e se tornou Catedral após a criação da Diocese de Ponta Grossa, em 1926. A escolha por vistas que contemplassem a torre da catedral se mostrava persistente nas fotografias da região central de Ponta Grossa. Outro elemento comumente representado era a chaminé da Cervejaria Adriática.

Até mesmo a qualidade técnica da foto é significativamente inferior à outra. Mas visualmente a nitidez de uma em oposição ao ofuscamento da outra, causa a impressão imediata sobre beleza e cuidado de uma em relação à outra, fazendo com que a foto da primeira construção fosse classificada, já de imediato, como velha, antiga ou primitiva, como constava na legenda, soando, inclusive como uma denominação pejorativa.

Esse foi um dos dois casos em todo o *Álbum* em que esse trabalho de comparação entre antigo e novo foi realizado, e atende muito bem ao propósito que o organizador do *Álbum* teve ao utilizar a técnica, que certamente era de convencer o leitor visual sobre o quanto a cidade havia evoluído, como tinha sofrido mudanças.

Um dos elementos tidos como símbolos da modernização das cidades era o crescimento da quantidade de carros que desfilavam pelas ruas. O automóvel tendia a ser apresentado como a representação fiel do movimento, da aceleração, marca da modernidade, indício do crescimento urbano nos diferentes cantos do país.

Uma das crônicas do *Diário dos Campos* refletia a preocupação com o crescimento da quantidade de automóveis circulando pelas ruas da cidade e pedia providências junto à Inspetoria de Veículos da cidade quanto a um problema que vinha se verificando e o cronista chama a atenção, denunciando que

- Até agora, nas ocasiões de grandes reuniões ou movimentação de veículos, como nas entradas de cinemas, clubes de futebol, prado de corridas, clubes, funerais, etc. o tráfego é realizado segundo a vontade e o critério de cada condutor, visto que não se regulamenta ainda o sistema de trânsito em tais casos (DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de dez. p. 01, Problemas citadinos 31)

O texto seguia comentando possíveis problemas que poderiam ocorrer como abalroamentos e, na pior das hipóteses, algum dano a pessoas. Sugeria então a solução: que fosse designado um funcionário da Inspetoria para atuar nessas ocasiões, organizando o trânsito.

A afirmação, portanto, era de que, em determinadas circunstâncias, em aglomerações de pessoas, a concentração de automóveis sem a devida fiscalização do trânsito, se tornava um problema, o que sugere que, ao menos nesses momentos, o trânsito causava inconvenientes.

Segundo dados do *Álbum*, a frota dos meios de transporte na cidade em 1936 era de 303 automóveis, 14 motocicletas, 208 bicicletas e 1.193 carroças. Se compararmos, o número de carros ao de carroças, este era significativamente maior que aqueles. Isso se justifica se pensarmos que grande parte das atividades de transporte girava em torno das necessidades da

estação de trem e grande parte das mercadorias transportadas com destino a outras regiões, inclusive para serem exportadas.<sup>18</sup>

Nas fotografias escolhidas para representar a cidade, apesar da presença do automóvel, considerado como um símbolo do crescimento urbano, ainda predominava a presença das carroças, com a tração animal, entretanto, ao comentar o grande movimento de automóveis em certas ocasiões chama a atenção do leitor para esse crescimento, que soa a seus ouvidos como o crescimento da cidade e o chamado preço do progresso.

Ao analisar as alterações no espaço urbano de Fortaleza no final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e a implantação de reformas indicativas da chamada modernidade, José Arimateia Oliveira (2009, p. 4-5) cita a constatação de um cronista referindo-se ao crescimento do número de veículos na Fortaleza dos anos de 1930. Ao comentar os casos de atropelamento na cidade, o cronista João Nogueira teria dito que quanto mais os carros quebrassem pernas e matassem gente, seria melhor, pois isso demonstrava o quanto a cidade tinha gente, vida, movimento e progresso.

Se isso soa perverso e cruel, naquela situação, como comenta Oliveira, contendo uma pitada de ironia por parte do autor da crônica, as mortes e atropelamentos eram indícios de crescimento e desenvolvimento urbano e, portanto, compreensíveis. Era o preço a se pagar pelo progresso (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

Assim como a crônica sobre o trânsito, outras denunciavam situações que exigiam a interferência, sobretudo do poder público, para a melhoria de alguns serviços ou para influenciar a mudança de hábitos de parte da população. Algumas pediam a implantação de estabelecimentos ou serviços, como a criação de mais um banco na cidade, para comportar a demanda, outra, sugeria a criação de uma fábrica de fósforos ou mesmo a criação de uma Associação Cultural na cidade, dentre outros assuntos.

A crônica 29, que é transcrita a seguir, reclamava a implantação de mais um hotel na cidade:

Ponta Grossa, sendo, como de fato é, a cidade-chave do Estado, onde aportam pessoas vindas de São Paulo e do Rio Grande do Sul; chegadas da Marinha ou de nosso vastíssimo hinterland; que é a primeira cidade do Paraná; que é o entroncamento da vasta articulação ferroviária do sul do país, - precisa e merece possuir mais um hotel á altura do seu desenvolvimento. Um hotel confortável, amplo, espaçoso, em prédio construído especialmente para esse fim. A própria cidade e o seu laborioso povo lucrariam com isso, pois as pessoas de fora, que aqui aportassem, ao deixarem a bela Princesa dos Campos, lá longe, ao recordar-se da sua viagem, teriam palavras de louvor á cidade.

---

<sup>18</sup>Segundo dados apresentados no *Álbum*, os principais produtos de exportação produzidos no Município eram a erva mate, a banha de porco, madeira, carne de porco e cerveja, além de farinha de mandioca, couros, cera, gelo, chope e suínos.



Não resta a menor dúvida – julgamos conveniente assinalar – que temos ótimos hotéis, quer quanto á mesa, quer quanto á limpeza, etc., mas funcionam em prédios inadequados, unicamente adaptados ás suas atuais exigências, com a circunstância ainda de se acharem fora do ‘miolo’ da cidade, em ruas mais ou menos afastadas. Carecemos, em suma, de um hotel situado em plena rua 15 ou adjacências, que se constitua o foco irradiador de nosso progresso e de nossa cultura, compatível, por isso mesmo, com a importância das pessoas que nos visitam. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de dez.1937, p. 01 Problemas citadinos 29)

A riqueza do texto enquanto fonte mostra-se ímpar. Há vários elementos que indicam construção de um imaginário em torno de modernidade que se buscava construir através de suas linhas.

No início, a afirmação da importância da cidade dentro do estado, reforçando sua posição de entroncamento ferroviário, recebendo visitantes, sobretudo de São Paulo e Rio Grande do Sul, em pleno e grande desenvolvimento, o qual exige um novo hotel à sua altura. Porém, não serve qualquer modelo de hotel. Ele deve ser confortável e espaçoso, destinado a esse fim, e bem localizado, no centro da cidade, de preferência na Rua XV ou próximas dali, reforçando a importância que aquela região representava para a cidade.

Esse empreendimento traria lucros para todos, sobretudo para a cidade, que poderia oferecer a seus visitantes uma melhor imagem quando seus visitantes chegassem, e uma bonita lembrança quando se fossem.

Sem querer se indispor com os proprietários dos hotéis existentes na cidade, o autor salientava que havia bons hotéis na cidade, com bons serviços, e que o problema com eles era de ordem estrutural, já que funcionavam em prédios adaptados, e de localização, por ficarem longe do centro da cidade. Essa preocupação já se manifestava na crônica em que foi criticado o sistema de propaganda da rua XV, quando o cronista afirma que “em que pese a consideração que nos merecem as empresas locais [...]”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 dez. 1937, p. 01, Problemas citadinos, 34).

Esses comentários demonstram que o autor, ou o jornal, prezavam por manter as boas relações com os diferentes segmentos da cidade. Não se pode esquecer que a sobrevivência do órgão de comunicação dependia dos anúncios publicitários que faziam e que porventura, poderiam ser justamente dos cinemas e hotéis existentes na cidade. As regras de conveniência, nesse caso, influenciavam a redação e amenizavam a crítica.

As palavras usadas na crônica para adjetivar a cidade indicavam a visão que se queria, mais uma vez, atribuir a ela, por isso a necessidade de um novo hotel, que tivesse a capacidade de atender os anseios dos visitantes, já que os existentes, por um ou outro motivo, não davam conta de fazê-lo, e mais que isso, que fosse capaz de irradiar o progresso e a cultura, dos quais a cidade e o laborioso povo que nela vivia eram portadores.

Qualidades semelhantes foram usadas quando uma das crônicas sugeriu que os motoristas de carros de aluguel da cidade adotassem o uso de uniformes padronizados para o exercício de sua profissão. Além de não haver nada “mais agradável, moderno e louvável” para a classe, ainda defendia que essa atitude seria “mais uma brilhante vitória para a nossa culta e querida Princesa dos Campos, a vanguardeira do progresso no Paraná [...]” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 31 dez. 1937, p. 01, Problemas citadinos 44)

### 2. 3.1 A luz do Progresso: a Companhia Prada de Eletricidade

Na abordagem do *Álbum* fotográfico da cidade, a ênfase é feita às fotografias do centro da cidade, porém, há um grupo de imagens, referindo-se às obras em curso naquele momento que pensamos ser significativo incluir nessa discussão, por ser utilizada para legitimar a ideia de progresso e modernização, desviando da perspectiva apontada nas fotos da região central, mas que era essencial ser divulgada como mais uma obra executada pelo prefeito Albary Guimarães.

Foram utilizadas oito fotos retratando usina e represa da Cia Prada de Eletricidade, a empresa responsável pela geração e fornecimento da energia elétrica para a cidade de Ponta Grossa durante várias décadas, desde a década de 1920 até a década de 1970. As legendas indicam as Usinas de Sumidouro e Pitangui e a represa do Rio Pitangui.

Figura 11: A barragem da represa da Cia. Prada. (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Ao que parece, as fotos foram realizadas por ocasião da inauguração da represa, em 1935, a julgar pelo número de pessoas presentes no local, a presença de algumas mulheres, sugerindo que não se tratava de um dia comum naquele lugar. As bandeiras hasteadas sugerem também uma ocasião especial.

O destaque dado à empresa se justificaria pelo fato de que retratava uma obra realizada durante a gestão do prefeito Albary Guimarães. Ao mostrar as imagens no *Álbum*, se fazia a publicidade da administração municipal, mostrando como ela trabalhava para o bem comum. Além disso, a energia elétrica era entendida, desde seu surgimento, como um dos símbolos da modernidade.

De outro modo, era o ato de registrar a concretização de uma grande obra, de significativa importância para o Município, responsável por fornecer energia que, além de atender consumidores particulares e públicos, poderia ser empregada na indústria, aumentando assim sua capacidade, o que do ponto de vista dos defensores dos ideais modernos, era fonte geradora de desenvolvimento e progresso.

Figura 12: Represa do Rio Pitanguy – Cia. Prada de Eletricidade (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Retratar o curso das obras e inaugurações, inseridos nos processos de reformas urbanas nas cidades no início do século passado no Brasil, eram formas encontradas para documentar esses momentos, julgados tão expressivos naquele contexto de transformações, e divulgá-los na tentativa de que funcionassem como um ato de apagamento da memória coletiva sobre o antes, aquilo que já foi, construindo a memória de um novo tempo, de um vir a ser de progresso e modernidade.

Segundo Edson A. Silva (2001, p. 99-103) o serviço de fornecimento de energia executado pela Prada durante as décadas de 1920 e 1930 em Ponta Grossa foram bastante insatisfatórios, e por isso geraram muitos conflitos em torno do assunto. De acordo com o autor, em 1931 o contrato foi encerrado, após muitos litígios com a população. Em 1933 um novo acordo foi assinado, com promessas de melhores serviços a serem prestados, entretanto, os problemas permaneceriam sendo relatados. A construção da nova usina registrada na imagem, possivelmente tinha a intenção de divulgar que as obras estavam acontecendo e que o serviço deveria melhorar, atendendo às expectativas dos consumidores, que há muito estavam revoltados com a empresa, desde que assumiu os trabalhos em 1923.

A energia elétrica foi implantada em Ponta Grossa em 1905, numa concessão de 20 anos à empresa Guimarães & Ericksen Filho, porém, em 1909 a empresa foi encampada pela municipalidade por descumprimento de cláusulas contratuais. Após nova concorrência, quem assumiu o serviço foi a empresa Martins e Carvalho (SILVA, E, 2001, p. 94-97).

A partir daí, novos investimentos foram sendo realizados, com capacidade de atender as necessidades da população, permitindo afirmar que foi prestado um serviço de boa qualidade. Em 1923 a empresa foi vendida para a Cia Prada de Eletricidade, que atuaria no fornecimento de energia para a cidade até o ano de 1973. Em 1935 foi inaugurada a Usina de Sumidouro, construída pela Prada. Entretanto, teria sido desativada em 1947, depois de muitas reformas, por não atender a demanda necessária do consumo de água.

A discussão em torno da Companhia de eletricidade é uma das muitas situações que leva ao questionamento o modelo de cidade idealizado no *Álbum* da cidade e reforçado nas crônicas analisadas.

Apesar do intuito de divulgar a cidade bela e formosa nas fotografias escolhidas para a publicação, é possível perceber que fora do recorte das imagens, afastados da lente do fotógrafo, se escondem “problemas” que a cidade vivenciava. Nesse caso, cabe questionar:

De quem e para quem era essa cidade bela e formosa apresentada nas imagens?

Quem morava nas vistosas casas registradas nas fotografias?

Quem passeava pela Rua XV de novembro no seu *footing* noturno, ou desfilava nos automóveis pelas ruas pavimentadas?

Quem se hospedaria num hotel novo, caso ele fosse construído, e tomaria um carro de aluguel, conduzido por um motorista uniformizado?

Como nos diria Bertold Brecht, “quantas perguntas” ...

Talvez se invertermos a maneira de questionar, algumas dúvidas comecem a se esclarecer...

Onde estava a população pobre que frequentava as ruas da cidade? Onde moravam?

Quem eram os meninos que carregavam os cartazes de propaganda ou manejavam o gongo das carrocinhas que anunciava a programação do cinematógrafo?

Onde estavam os trabalhadores da construção das usinas hidrelétricas, ou os carroceiros que conduziam os cavalos que puxavam as muitas carroças que transitavam levando e trazendo mercadorias que abasteciam os vagões na estação de trem e no comércio local?

É clara a percepção de que essas pessoas não foram contempladas no foco das fotos, embora saibamos de sua existência. Sua presença se faz sentir, mesmo que seja de forma discreta, perdida em meio à imagem de um grande prédio, apoiada numa carroça.

Se pensarmos em todo o conjunto das crônicas, apesar de referirem-se à moderna e civilizada Ponta Grossa, denunciam os personagens indesejados no pretense modelo de cidade ideal. Somam-se então os sujeitos e os comportamentos indesejados: a propaganda que fere os ouvidos, a falta de uniformes dos motoristas, a presença de menores desocupados nas ruas, o lixo jogado nas calçadas, a grama das praças pisoteadas por transeuntes mal-educados, os bancos e luminárias de praças alvos do vandalismo, a urina dos cavalos a incomodar quem mora perto da estação de trem, os porcos que passam pelas ruas deixando suas sujeiras para traz e uma série de outros “problemas”.

As mesmas crônicas que anunciavam o progresso trazido pelos automóveis denunciavam também a falta de estrutura viária e fiscalização por parte do poder público. A mesma cidade que recebe distintos viajantes de vários lugares do país e que é vanguardista do progresso possui hotéis mal estruturados, construções desalinhadas, sem jardins, muros e calçadas. Sem dúvida, essa não é a cidade do *Álbum*, idealizada no discurso das crônicas do *Diário dos Campos*. Aqui se tinha a *cidade visível*, mas a *cidade invisível* também era cidade.

Nessa cidade não fotografada os indesejados apareciam, se davam a ver. Estavam ali, no trabalho de propaganda, na Praça à espera dos trens pra carregar bagagens ou a espera da chegada dos jornais. Estavam vendendo vassouras pelas ruas, entregando jornais, correndo pelos jardins das praças e talvez pisando na grama. Tanto estavam que perturbavam o olhar dos defensores do progresso. Incomodavam os cultos e civilizados moradores que passavam a desejar que se afastassem de suas vistas.

Da mesma forma que os sujeitos indesejados estavam ali, na mesma cidade bela e vanguardista do progresso, estavam os comportamentos indesejados. A propaganda exagerada; os animais soltos pelas ruas; o lixo espalhado pelas calçadas; nas casas construídas de maneira desalinhada por conta da insensatez de seus donos; na falta de muros ou na sujeira

dos terrenos, nas ruas lamacentas ou empoeiradas, com esgoto a céu aberto e em muitos outros lugares.

Por estarem ali, tão perto é que precisavam ser combatidos, vigiados, afastados, denunciados e fiscalizados, pelo poder público e pelos bons cidadãos que deveriam colaborar com a municipalidade na resolução dos problemas. Nas próximas páginas, se buscará encontrar mais desses indesejados pelas crônicas ou pelo *Álbum*, caso tenham, por teimosia, se deixado fotografar por E. Weiss.

#### 2.4 EM BUSCA DA CIDADE BONITA E HIGIENIZADA

Dentro da concepção de cidade moderna e civilizada que as fontes defendiam que Ponta Grossa deveria se encaixar, não havia lugar para indivíduos ou situações que colocassem em risco o curso rumo ao seu inexorável progresso. Se surgissem, precisavam ser educados, controlados, enquadrados dentro de um novo modelo de sociedade que exigia mudança de comportamentos.

Ao estudar a cidade de Campinas, em São Paulo, na passagem do escravismo para o trabalho livre da adoção de um modelo modernizador de sociedade, na segunda metade do século XIX, Lapa (2008a, p. 18) afirma que:

Impõe-se mudar a relação do homem com a natureza, com a cidade e com os outros homens, questionando a tradição que se apresenta com costumes e hábitos que não mais correspondem ao que é tido como mundo civilizado, compatível, produtor e produto do progresso, sinônimo de desenvolvimento, que só atinge a vida social para melhorá-la.

Mesmo que o período analisado em Ponta Grossa tenha ocorrido meio século depois daquele discutido pelo autor, é perceptível que, excluindo-se a perspectiva relativa ao escravismo, o que se passou na cidade na década de 1930, ao que as crônicas permitem inferir, é algo semelhante com o que ele relata sobre Campinas: se fazia necessário mudar a relação que se estabelecia entre o homem e o mundo em sua volta, alterando costumes e tradições, abandonando aquilo que não servia mais dentro do mundo civilizado.

Nesse sentido, as crônicas do *Diário dos Campos*, que, segundo o autor, pretendiam prestar sua sensibilidade de observação e boa vontade para ajudar a cidade, apontavam algumas situações que, dentro daquela concepção, precisavam ser combatidas. Para isso o autor sugeria algumas medidas. A mais frisada delas era a necessidade de que o povo ponta-grossense, culto e civilizado que era, devia colaborar com os poderes públicos, ajudando a

fiscalizar e educar aqueles que, por algum motivo, não desfrutavam dessas mesmas qualidades.

Embora com tom de aconselhamento, os textos eram incisivos ao tratar de determinados comportamentos, considerados inaceitáveis para uma cidade de povo culto e laborioso. Era necessário denunciar para que a população auxiliasse no seu combate. Com esse objetivo, diferentes locais da cidade eram alvo das observações constantes nas crônicas a fim de que a cidade permanecesse, no entender do autor, sendo a mesma cidade bonita e moderna, como aquela retratada nas imagens publicadas no ano anterior pelo *Álbum de Ponta Grossa de 1936*.

Prosseguimos então, buscando entre as imagens do *Álbum* e as crônicas, um fio de linha através do qual possamos tecer esse conjunto de representações e discursos construídos pelas fontes sobre a Ponta Grossa dos anos de 1930, que buscava disciplinar comportamentos indesejados e modelar uma cidade bonita, normatizada e limpa.

#### 2.4.1 Os entraves para o progresso: vândalos e menores nas ruas

Entre a série de fotografias do conjunto urbanismo, apresentado no *Álbum*, a Praça João Pessoa não poderia deixar de ser contemplada. Cartão de visitas da cidade, já que todos os visitantes que desembarcassem do trem, vindos das mais diferentes origens, passavam por ela antes de seguir seus destinos, esta praça e seus arredores foram escolhidos entre as paisagens publicadas no *Álbum*.

A imagem da praça foi então capturada pelas lentes de Ewald Weiss, dando destaque para a Estação de trens (Figura 13).

A estação de passageiros da Ferrovia São Paulo – Rio Grande se localizava junto à Praça João Pessoa<sup>19</sup>. Para captar a imagem, Weiss possivelmente fixou a câmera na Rua Fernandes Pinheiro, que ficava num plano mais alto que a Praça, a fim de conseguir melhor ângulo para valorizar o prédio da Estação, monumental, sobretudo se comparado ao restante da Praça, que, ao menos até aquele momento não apresentava as árvores a que as crônicas de 1937 iriam se referir. Pelo contrário, uma única palmeira oferecia sua sombra no grande pátio em frente à Estação, acompanhada pelo que parecia um monumento, talvez em

<sup>19</sup>A Estação de Passageiros da Ferrovia São Paulo - Rio Grande foi construída entre 1899-1900 e ampliada em 1908. É conhecida na cidade como Estação Saudade. Foi tombada em 1990, como Patrimônio Cultural do Paraná, juntamente com a Estação Paraná, construída em 1893 (que abriga a Casa da Memória) e a Estação de Cargas (comumente chamada de Estação Arte) que foi considerada área envoltória, formando todas o chamado Complexo da Ferrovia. Atualmente a Estação de passageiros comporta uma unidade do SESC-Serviço Social do Comércio. Fonte: <http://www.ipatrimonio.org/ponta-grossa-estacao-saudade/>. Acesso em 02/03/2020

homenagem àquele que deu nome à Praça. De resto, havia calçadas e grama nos canteiros, com pequenas flores a decorá-la.

Figura 13: Praça João Pessoa, vendo-se a Estação da Estrada de Ferro (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Duas crianças faziam pose para a câmera, enquanto alguns outros personagens também apareciam ao longe. O destaque da imagem seria então o prédio da Estação, não fosse a requintada luminária posicionada em primeiro plano na figura, o que demonstra que o fotógrafo fez questão de destacar sua presença ali.

Ao analisar as vistas urbanas de Porto Alegre, Possamai registra que essa técnica utilizada, que ela chama contraste de escala, era comumente utilizada para enfatizar o objeto fotografado em primeiro plano, em relação ao restante da imagem que ficava ao fundo, fazendo parecer que o primeiro era maior que aquele de segundo plano. (POSSAMAI, 2005, p.216).

No caso dessa fotografia, talvez pelo fato de poucos elementos constarem na imagem além da luminária e da Estação, a disputa entre as duas não chegava a ocultar o objeto ao fundo, mas mesmo assim era marcante. Ao dirigir o olhar para a paisagem, saltava aos olhos a luminária, que, nessa ilusão imagética que a fotografia é capaz de causar, gerava a impressão de que a mesma era maior e mais alta que a palmeira e o próprio prédio ao fundo.

Talvez a instalação daquele modelo de luminária tivesse sido recentemente instalada ali e se optou por destacá-la em meio à paisagem na intenção de valorizar aquele símbolo da modernidade que eram os postes de iluminação ou talvez tenha sido somente uma opção técnica e estética do fotógrafo, brincando com a arte da fotografia. Embora, como nos lembra Ribeiro (2006, p. 19) a respeito da relação entre a profissão/arte de fotografar e os fotógrafos:



[...] elaborou-se uma construção sujeita as convenções ideológicas e artísticas, traduzindo, sobretudo uma experiência que é, ao mesmo tempo, individual e social. Enquadramentos, posturas e referências são condicionados por esse movimento recíproco entre fotógrafo e a sociedade, de modo que a leitura dessas imagens só é possível quando se estabelece claramente as bases da construção desse relacionamento.

Assim, se pensarmos que a produção de Weiss foi utilizada para compor uma publicação encomendada pelo poder público, não é difícil imaginar que, unindo suas habilidades com a intenção de seu trabalho, nenhuma fotografia do *Álbum* pode ser entendida como neutra, imparcial.

Passando às crônicas, é correto dizer que a Praça João Pessoa ocupou significativamente a atenção de seu autor. Desde o início da série, aquele lugar foi o pivô de discussões acaloradas nas páginas do *Diário dos Campos*.

Em dias seguidos, entre as primeiras e depois, nas últimas crônicas publicadas, o objeto de discussão foi a Praça João Pessoa, anexa à Estação da Rede Ferroviária São Paulo - Rio Grande. O autor identificara algo que o incomodou, e em cada um dos dias usava o texto a fim de chamar a atenção do leitor para a situação que tinha observado. Em uma delas, mostrava-se indignado pelo fato de um dos bancos da Praça ter seu revestimento, em mármore, quebrados a golpe de martelo, por vândalos, segundo ele, pessoas “possuídas de instintos perversos” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 out. 1937, p. 01, Problemas citadinos 2).

Antes de tratar do problema, entretanto, a crônica fazia um relatório das supostas obras realizadas pelo prefeito Albary Guimarães na tentativa de melhorar e embelezar a cidade. Assim, ela descrevia:

Seja-nos lícito, antes de entrar diretamente no assunto, passar em revista o panorama atual de Ponta Grossa, no que concerne ao seu patrimônio urbano, a fim de que fique bem patente quais motivos porque nossa cidade é considerada a primeira do Estado. Fazemos isso, como é de ver, sem cogitar da parte essencial, isto é, do que diz respeito à sua vida industrial e comercial.

Assim é que estamos com todo o centro da cidade pavimentado; a longa Avenida Carlos Cavalcanti, no arrebalde de Uvaranas; a Avenida Ernesto Vilela, no laborioso bairro da Nova Rússia e as ruas que ligam o centro as zonas mais afastadas do quadro urbano, também se acham calçadas ou com respectivos serviços em plena atividade. Temos inúmeras ruas e avenidas arborizadas e com gramas entre o meio-fio e as calçadas laterais. Contamos com várias praças ajardinadas e com bancos para o público e com o magnífico parque infantil, que é legítimo motivo de orgulho para a cidade. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 out. 1937, p. 01, Problemas citadinos 2)

Só depois de elencar tantas benfeitorias que se atribuía à primeira cidade do Paraná, é que o autor trataria do então banco quebrado, lembrando a todos que fora adquirido com dinheiro público e, portanto, pertencente aos contribuintes.

Justificava-se afirmando que só elogiava a cidade por conta das qualidades que ela desfrutava, ou seja, dava a entender que todos os elogios eram cabíveis, não se tratava de

exagero, mas de uma constatação. Além disso, reforçava que as características elencadas só contemplavam o aspecto urbano, sem contar os números do desenvolvimento da indústria e do comércio.

Entretanto, mesmo numa cidade então apresentada como tão progressista e tão bela, com suas ruas pavimentadas, praças arborizadas e com lindos jardins, parque infantil, havia indivíduos que destoavam desse conjunto harmonioso: aqueles que recebiam a denominação de “vândalos”.

Eram eles também o alvo da crônica do dia seguinte, quando o motivo da indignação seriam os danos provocados nos gradis que resguardavam a mesma Praça, que estariam com seus ferros sendo entortados por pessoas de “espírito maldoso” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 29 out. 1937, p. 01, Problemas citadinos 3), que nem pareciam filhos da “dadivosa e hospitaleira cidade”

Temos então algumas características dos sujeitos alvo das críticas: indivíduos apresentados como sem educação e sem cultura, tomados por instintos perversos e espírito maldoso, que estariam destruindo o patrimônio público, e que, por tal comportamento, nem pareciam ponta-grossenses. Essas características seriam reiteradas nos demais dias, ao se referir à quebra dos plafoniers das luminárias da Praça e das gramas do jardim que eram pisoteadas.

Surgia então, a princípio, uma contradição. A crônica tratava de uma cidade cheia de qualidades, mas apontava para algo que atrapalhava seu dia a dia e causava transtornos. Nesse caso, é possível avaliar que não se tratava de uma cidade tão harmoniosa quanto se queria mostrar. Constata-se então o conflito, o entrave, aliás, característico de diferentes sociedades ao longo da história.

Essa aparente contradição pode ser compreendida se avaliarmos que tanto as crônicas quanto as fotografias buscavam a construção de um discurso de uma sociedade homogênea, pautada em princípios de civilização e modernidade e que, por esse motivo, o elemento destoante é que precisava ser identificado, pois constituía a exceção à regra.

Ao tratar da passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil, no final do século XIX, José Roberto do Amaral Lapa afirma que havia uma campanha de enaltecimento do trabalho para superação da pobreza e não-trabalho era associado à vadiagem (LAPA, 2008a, p. 18). Ao que parece, essa campanha seguiu-se pelas décadas seguintes numa tentativa de construir um determinado imaginário do brasileiro trabalhador, cujo discurso se fazia presente no *Diário dos Campos*.

As crônicas frequentemente elogiavam os ponta-grossenses como um povo trabalhador, laborioso e ordeiro. Sendo assim, o desocupado, o vadio, era visto como uma chaga da sociedade que devia ser curada. Assim, como salienta Lapa (2008a, p. 18) “motivar e impelir para o trabalho, dentro do controle social, disciplinar e reprimir, se necessário for, para que a pobreza seja útil, desde que mantida nos lugares que lhe são destinados, com o comportamento moral que os valores burgueses exigem” fazia parte de um grande projeto das elites brasileiras.

Dessa forma, desde que a pobreza, personificada no pobre, não estivesse à mostra, dando-se a ver, ela não incomodava. Isso se evidencia, no caso de Ponta Grossa, quando da discussão sobre a presença dos menores nas ruas. O menor que muitas vezes não tinha os cuidados paternos, que vivia pela rua, brincando ou trabalhando também foi protagonista de algumas das crônicas, associado ao problema do vandalismo.

Em uma delas, o autor afirma: “Queremos nos referir ao momentoso problema que vem preocupando o Brasil inteiro: o dos moleques que vivem à solta, pelas ruas, cometendo tropelias e em risco de se tornarem, mais tarde, elementos inúteis à Pátria e à Família” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 nov. 1937, p. 01, Problemas citadinos 11).

No dia seguinte, ele emenda:

Um fato por assim dizer banal, comum em toda parte, mas que precisamos por paradeiro em favor do bom nome da cidade e de sua culta população, como fazem outros grandes centros: o não reconhecimento, por parte de menores, desamparados ou não, do mal que praticam ao transformarem as ruas da cidade em campos de futebol e, em certos pontos, de depósito de lixo.

Neste último em particular, evidentemente, não se pode esperar que os pequenos conservem as ruas sempre bem limpas, mas alguma providencia cabe, no caso, para remover em parte o inconveniente. [...]

Cresce de vulto esse mau costume nos lugares fronteiros às engraxatarias, cujos pequenos engraxates, na ignorância que a idade e a educação lhes dão, transformam as ruas em verdadeiro depósito de lixo, com grave risco para os transeuntes quando são atirados à rua casca de bananas. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 nov. 1937, p. 01, Problemas citadinos 12).

O texto denunciava então algumas situações: o futebol dos meninos e o lixo que jogavam nas ruas, além das “vidraças quebradas, danificações da propriedade alheia, rixas entre esses pequenos e os escolares que se dirigem à casa, etc. E para a semana em que não são quebrados 30 40 vidros da Escola Normal e Grupo Julio Teodorico [...]” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 nov. 1937, p. 01, Problemas citadinos 12).

Os textos eram claros ao colocarem a presença dos menores nas ruas como empecilhos a serem resolvidos para o bem deles próprios, para que não se tornassem “inúteis à Pátria e a Família”, prevendo um futuro de delinquência. Citavam também a Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, que já estaria construída e prestes a entrar em funcionamento,

afirmando que esse era o papel do poder público atuando na resolução do problema. A escola seria responsável por abrigar esses menores e ensinar-lhes uma profissão.

Entretanto, se as crônicas denunciavam a presença desses meninos como um entrave ao desenvolvimento do progresso e dos bons costumes na cidade, cabe perceber que ao fazer isso, denunciavam também um grave problema social existente. Ao dizer que essas crianças brincavam nas ruas e criavam rixas com escolares, a pergunta que se faz é: por que eles também não estavam na escola? Que cidade é essa, culta e civilizada que não atende as necessidades básicas de educação de seus moradores? Quais crianças iam pra escola?

Por outro lado, em outra crônica, o texto é dirigido às crianças leitoras, que aprendiam bem as lições ensinadas no rádio pela *Tia Lucia*<sup>20</sup>, como complemento ao que aprendiam com seus pais e professora, de que era feio riscar paredes com giz e carvão, assim como bater com paus e pedras nas casas recém construídas e com pintura nova, além de quebrar molduras de edifício de alvenaria. O apelo era para que auxiliassem a Municipalidade a conservar as edificações em ordem:

– Você tem que fazer isto, como legítimo ponta - grossense que é: quando ver um colega de escola praticar um daqueles atos que as pessoas adultas reprovam, você conte à sua professora para que ela corrija, coma brandura que lhe é peculiar o pequeno que errou e evite, assim, a reprodução do fato. Aquele que fizer isso praticará ato digno de elogios e, por certo, ao contar em casa, a seus pais, receberá parabéns, visto que, desde pequeno, demonstrou querer bem a sua esplendida Princesa dos Campos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 nov. 1937, p. 01, Problemas citadinos 20).

O texto era enfático ao afirmar que as crianças deviam denunciar seus colegas ao vê-los praticar atos indevidos, danificando o patrimônio alheio. Nesse caso, percebe-se que a preocupação com a falta de civilidade não era somente contra os menores que ficavam pelas ruas, mas também com as crianças que frequentavam a escola, a fim de educá-los, desde pequenos, as boas maneiras dignas de um cidadão educado e culto.

Ainda sobre a preocupação com os menores, em um dos textos, o cronista pedia providencias junto ao Delegado de Polícia com relação à regulamentação dos horários para que os menores vendedores de jornais exercessem esse trabalho. Segundo o texto, os menores ficavam na Estação de trens à espera da chegada de jornais, que só chegavam depois das 21h30min e depois disso, os meninos ainda saíam pelas ruas para vendê-los. Na opinião do autor, isso deveria ser feito durante o dia, já que

---

<sup>20</sup>A referência feita é sobre o programa chamado “O tapete mágico de Tia Lúcia”, elaborado por Ilka Labarthe, que foi ao ar pela primeira vez em 1934, pela Rádio Escola Municipal e foi veiculado por outras rádios durante pelo menos 15 anos. Destinado ao público infantil, o programa tinha um caráter pacifista e educativo, em que Tia Lucia, por meio de uma narrativa de viagem, convidava seus pequenos ouvintes a viajar sobre um tapete e pousar sobre diferentes regiões do mundo, trazendo informações sobre esses lugares. Em 1937, as palestras do programa foram também publicadas. (COELHO, 2017)

Digno de encômios, não haja dúvida, o trabalho estafante desses pequenos trabalhadores, cujo ganha-pão se resume nessa martirizante correria, dia e noite, pelas ruas.

Durante o dia nada há que se diga, mas à noite não nos parece razoável o excessivo número dos que se entregam a esse serviço, não só devido à reduzida quantidade de periódicos que chega, como também, e principalmente, porque os menores estão sujeitos a maiores inconvenientes quanto à formação de seu caráter, suas tendências e índoles. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 31 dez. 1937, p. 01, Problemas citadinos 44).

É clara aqui que a preocupação do cronista com os menores não se dava por estarem pelas ruas dia e noite comercializando os jornais. Nem tampouco por que se importava com a segurança física dos garotos por estarem até altas horas pelas ruas, mas sim porque à noite havia um perigo maior com relação às más influências que estariam sujeitos, prejudicando seu caráter. Certamente usava de palavras mais brandas para dizer que estavam sujeitos ao convívio com a criminalidade, com atos ilícitos. Em outra crônica ainda, pedia providências das autoridades para evitar as aglomerações de menores à noite, próximo na Praça João Pessoa, próximo da Estação, sobretudo vendedores de jornais e agenciadores de hotéis, que permaneciam fazendo “algazarras e tropelias” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 31 dez. 1937, p. 01 Problemas citadinos 44).

Tomando o cuidado com os anacronismos, visto que é sabido que a visão que a sociedade daquele período tinha outra concepção a respeito do trabalho infantil, diferentemente da atualidade, essa prática era aceita como normal, inclusive, defendida por muitos como benéfica à formação do cidadão trabalhador, que desde cedo aprenderia um ofício, uma profissão que lhe desse o sustento.

Entretanto, mais uma vez se constata que a preocupação não era com essas crianças, seu bem estar, seu direito à escola, mas sim com os efeitos que essas práticas poderiam gerar para a sociedade, naquele momento, ao danificar o patrimônio, por exemplo, ou em relação ao futuro, caso a criminalidade os influenciasse.

Com relação ao *Álbum*, ele também divulgava entre as obras que teria realizado o aumento do número de alunos atendidos, entretanto, não temos como traçar parâmetros, ao menos para o que esta análise contempla, de como era o atendimento, frequência e evasão escolar naquele momento.

Em seu texto de introdução há referência ao Abrigo para Menores Desamparados, que seria a Escola Rural Augusto Ribas, à qual as crônicas faziam referência em 1937. Segundo o texto:

Em sua primeira mensagem, dizia o Prefeito Albary Guimarães, em abril de 1935: ‘- Difícil tem sido aos poderes públicos de Ponta Grossa respeitar e fazer respeitar os textos legais atinentes ao amparo dos menores abandonados, devido a falta de material de um asilo em que possa abrigar esses infelizes’

Após várias tentativas no sentido de resolver tão vasto problema citadino, o atual gestor dos negócios do Município, em acordo com uma comissão de abnegados filantropos, deu início à construção do Abrigo de Menores, educandário que ficará situado em moderníssimo prédio, num dos recantos mais aprazíveis da Cidade. (ÁLBUM DE PONTA GROSSA, 1936)

O texto sugere que até 1935 não havia sido desenvolvida uma estrutura de atendimento a esses menores. Talvez até então não tivesse sido providenciado esse local, não pelo fato de não ter menores nas ruas, mas sim porque a partir daquele momento, como parte de uma política educacional, de saúde e de controle da sociedade, se via como necessidade encontrar um destino pra essas crianças e adolescentes. Uma das fotografias do *Álbum* retrata um grupo de funcionários e crianças abandonadas do Asilo São Vicente de Paulo, instituição que acolhia esses menores.

A exemplo do que demonstravam as crônicas, outras imagens da publicação denunciam a presença dessas crianças pelas ruas (Figura 14).

Figura 14: Rua Coronel Claudio (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Não nos é permitido afirmar com certeza se o menino que aparecia à esquerda da imagem estaria vendendo vassouras ou usando-a para realizar algum trabalho, visto que na outra mão carregava algum outro objeto que não foi possível identificar do que se tratava. A princípio, para essa a fotografia, Weiss optou por captar o movimento da rua, já que, aparentemente, ninguém posa para a câmera. A ideia foi captar o movimento, o ir e vir da cidade, com suas lojas de portas abertas a esperar seus clientes, o menino citado, que caminhava despreocupado com a presença da câmera. Outra menina recostada na parede parece olhando para baixo, pessoas ao longe caminhando pela rua em suas atividades corriqueiras. E

talvez justamente por isso o menino tenha aparecido. Se fosse uma foto com pessoas posando, esperando a cristalização do momento pelo fotógrafo, ele não tivesse sido incluso entre os participantes da imagem.

Essas situações denunciadas pelas crônicas alertam para uma questão essencial a ser analisada, que é a questão da apropriação, pelas diferentes categorias sociais que usufruem do espaço urbano de Ponta Grossa. Como esse espaço era visto e entendido por esses diferentes grupos? O que era a cidade para esses menores trabalhadores, por exemplo? Como os meninos que jogavam bola concebiam a cidade?

Nesse sentido, seria possível pensar em duas cidades, ou mesmo várias cidades que conviviam numa só, ora se sobrepondo umas às outras, ora em acordo ou oposição. Essas diferentes cidades coexistiam em função de cada grupo que dela se apropriava, à sua maneira, conforme suas necessidades econômicas, sociais ou culturais.

A partir dessa concepção, pode-se dizer que a Ponta Grossa da década de 1930, assim como outra cidade qualquer que tenha passado pelo processo de remodelação a partir de uma concepção modernizadora, foi palco de disputas entre projetos diferentes de sociedade, entre os defensores de uma cidade bonita, limpa e higienizada e daqueles que, de alguma forma tentaram resistir a esse modelo. Não necessariamente por acharem que esse projeto não fosse bom, mas simplesmente porque não eram contemplados por ele, ou porque esse ideal não atendia suas necessidades.

Entretanto, nesse território de disputas pela constituição de determinados imaginários sociais, há frequentemente um projeto, se não é o vencedor, ao menos exerce o domínio sobre os demais, ao menos em alguns aspectos. Baczko afirma que

A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum. (BACZKO, 1985, p. 311)

Nesse sentido, entende-se que esses diferentes discursos empreendidos pelo poder público, aliados ao apoio da imprensa, caracterizada pelo jornal *Diário dos Campos*, buscaram a implantação de um ideal modernizador para Ponta Grossa naquele momento. Havia um projeto que, a partir de determinadas práticas, buscava consolidar esse ideal como dominante.

Dentro desse projeto foram desenvolvidas ações concretas, efetivas, para que a população sentisse que estava passando por um processo de mudanças. Não há sistema de propaganda que consiga, por si só, convencer um grande público de uma determinada ideia. Faz-se necessária uma contrapartida, ações palpáveis para que o discurso encontre eco. É como se disséssemos que os sentidos da audição e visão se complementassem, por isso era necessário fazer investimentos no sentido de convencer a população de que se vivia um novo tempo. Mesmo que eles não contemplassem toda a população, mas parte dela. Certamente não se tratava da parcela mais pobre.

#### 2.4.2 Ponta Grossa: Uma bela e higienizada cidade

O discurso expresso nas fontes com relação aos trabalhos de reforma e ampliação dos serviços de melhoria do espaço urbano durante a gestão do prefeito Albary Guimarães era realizado à exaustão. Praticamente todas as crônicas referiam-se à cidade pelas suas qualidades urbanas e pelas muitas obras realizadas pela Municipalidade.

Remodelar, sanear, embelezar a cidade era sinônimo de implantação dos ideais de progresso e modernidade. Nas palavras de Lapa,

Ciência (saneamento e higiene) e arte (paisagem e beleza) se consorciavam para esses novos traçados capazes de alterar o ontem, o hoje e o amanhã da cidade, que o arruador atento vai procurando acertar com seus instrumentos de medição, nivelamento e conversidade. Percebe-se inclusive uma concepção organicista, que de resto ocorre no urbanismo ocidental, que é o de identificar a funcionalidade da cidade com a do corpo humano. (LAPA, 2008a, p. 47)

Ponta Grossa, assim, não fugia do processo que aconteceu em grande parte das cidades brasileiras, no final do século XIX ou nas décadas iniciais do século XX. Inseria-se em um contexto maior, em que era consenso entre as elites intelectuais e políticas do país a necessidade de reconfigurar os espaços urbanos.

Ao discutir o processo de inserção de uma mentalidade civilizadora no país, Herschmann e Pereira afirmam que

O Brasil do século XIX viu surgir, em seu interior, um conjunto de valores e modelos que a elite dirigente desejava incorporar como referência para a sociedade. Eram inspirados no modelo puritano, ascético e europeu e ganharam corpo nas reformas sanitárias, pedagógicas e arquitetônicas deste século. Esses valores foram aglutinados em formulações filosóficas e científicas que procuravam ter junto à sociedade um efeito moral, normatizador. A palavra de ordem é sintonizar-se com a Europa, ou melhor, ‘civilizar-se’ o mais rápido possível, de modo que o país pudesse, o quanto antes, competir no mercado internacional. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 26)



Aliadas, as mudanças do espaço físico e de comportamento levariam as cidades ao tão esperado progresso. Ao longo de décadas, ambas as medidas foram sendo adotadas no Brasil, ganhando especial atenção após Getúlio Vargas chegar ao poder. Significativas mudanças nas áreas de saúde e educação foram incorporadas pelo governo federal e estendeu-se aos Estados e Município. A criação do Ministério da Saúde e Educação em 1930 foi um exemplo de que essas duas áreas eram percebidas como aliadas na solução de muitos dos problemas que o país vivia e que atrasavam seu desenvolvimento, entre eles as doenças. Essas práticas refletiam um projeto de educação higienizadora que há muitos anos havia sido concebido na Europa e aos poucos vinha ganhando o mundo.

Entende-se, portanto, que no caso ponta-grossense, as reformas das quais tratavam as crônicas eram também consequências de uma política nacional que primava pela higienização das cidades que defendia que entre os principais motivos pelos quais as doenças surgiam estavam a sujeira, aliada à falta de educação.

Cabe lembrar que a desde a virada do século Ponta Grossa passava por progressivo aumento populacional <sup>21</sup>, o que inevitavelmente, gerava a necessidade de obras de adequação da paisagem urbana, como canalização de arroios, abertura de novas ruas e pavimentação das existentes para melhoria da circulação urbana.

Entre essas ações necessárias estavam obras de remodelação do centro urbano da cidade. Não se afirma, portanto, que todas as obras de pavimentação, arruamento, saneamento, etc., tenham sido desenvolvidas pela bondade e competência de Albary Guimarães, como as fontes insistiam afirmar. Defende-se que essas obras foram parte de um processo mais longo e certamente já iniciado na cidade há mais tempo, fruto não só de uma gestão municipal, mas de um projeto longo de interferência no espaço urbano da cidade.

Em função de todo o contexto comentado, o poder público municipal passou a implantar medidas de melhoria e remodelação do espaço urbano. Talvez Albary Guimarães, nos dez anos em que esteve à frente do governo municipal tenha de fato se destacado nesse quesito, afinal, era uma junção de motivos de ordem local, estadual e nacional que contribuíram para isso. O fato de ter alinhamento político com o governador do Estado, Manoel Ribas e com o governo federal certamente influenciou repasses de verbas necessários para investimentos na cidade.

---

<sup>21</sup>De acordo com os Censos Populacionais, o número de habitantes de Ponta Grossa no ano de 1900 era de 8.335 pessoas. Em 1920 eram 20.171 e no Censo de 1940, 38.417 habitantes. (Chaves, 2001, p. 31)

Assim, as fotografias do *Álbum* traziam exemplos de como a cidade estava sendo visualmente melhorada. Na imagem da Rua Bonifácio Vilela (Figura 15) percebemos o que modernidade e beleza foram o pano de fundo para a escolha do foco pelo fotógrafo.

Na posição de câmera de mesmo plano, Weiss capturou a imagem rua no sentido bairro – centro, estendendo a visão desde a Rua Francisco Búrzio, aproximadamente, ou talvez uma quadra abaixo, até a Praça Floriano Peixoto, onde estava a catedral, que junto com o Clube Pontagrossense e o prédio do Fórum, hoje ocupado pelo Museu Campos Gerais, são os últimos prédios que o olhar alcança na linha do horizonte. A visibilidade melhorou com a lente posicionada levemente à esquerda, o que permitia contemplar até muito longe as árvores ocupando os dois lados da via, toda pavimentada, com calçadas e meio fio.

Figura 15: Avenida Bonifácio Villela (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Quanto à arquitetura das casas, embora não fosse esse o foco escolhido para se enfatizar na imagem, por se tratar da região central, rua calçada, certamente as casas construídas ali pertenciam a famílias de algumas posses. Percebe-se aos muros que circundavam algumas dessas casas, construídos de forma muito bem alinhada. Para completar o cenário, os automóveis, marcos da modernidade, também se faziam presentes.

Já nessa imagem da Rua Balduino Taques (Figura 16), o destaque ficava por conta da largura da via, realizada mais uma vez pelo foco levemente horizontal, focalizando melhor o lado esquerdo da rua, com a câmera em mesmo plano; a pavimentação; calçadas bem feitas; arquitetura alinhada, embora nenhum dos prédios se destacasse por seu tamanho. A ênfase dada era à distância e linearidade da via, que se perdia de vista ao longo do horizonte, sem se enxergar seu final. De alguma forma isso possibilita a ilusão de infinito, ao mesmo tempo em

que, se não se pode enxergar até onde a rua vai, há uma tendência de achar que ela continua, até onde for com as mesmas características que possuía até ali.

As árvores completam o visual, alinhadas, também a se perder de vista, oferecendo sombra, ar puro e beleza para o espaço. Zita Possamai, quando estudou as vistas urbanas nos álbuns de Porto Alegre denominou este arranjo técnico da fotografia de “cadência”, aliás, segundo ela, bastante utilizado nas publicações. Ela afirma que esse arranjo “caracteriza-se pela repetição de um mesmo elemento de forma regular, dando ritmo à imagem e enaltecendo os aspectos de estabilidade e de ordenamento da mesma” (POSSAMAI, 2005, p. 216).

Falta ainda falar sobre o movimento representado na fotografia. Weiss escolheu um momento de grande circulação na via, certamente para registrar a ideia de movimento, também associada ao crescimento urbano e à modernidade. Havia pessoas trafegando e muitas carroças, em deslocamento ou estacionadas, provavelmente em frente a estabelecimentos comerciais, descarregando ou se abastecendo de mercadorias.

Figura 16: Rua Balduino Taques (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Pelas características das fachadas, com suas portas abertas e seus produtos expostos, pendurados pelas paredes do lado de fora, percebe-se que se trata de uma rua voltada para o comércio, justificando, de certa forma o grande movimento. Além disso, a Rua Balduino Taques era a principal via de ligação entre o centro e o bairro da Nova Rússia, também via de acesso e saída para outros municípios da região.

Entretanto, observam-se elementos que provocam uma quebra nessa ideia de movimento. Dois personagens da foto conversam debaixo de uma das árvores. Um deles,

inclusive, sentado numa cadeira ou banquetta, transmitindo a visão de tranquilidade. Além deles só mais um personagem está posando para a fotografia, que ao que parece trata-se de uma criança, ou adolescente, posicionada no meio fio, a direita da câmera.

Contemplando esse cenário criado pelo fotógrafo, com a conversa entre os dois senhores, a imagem causa ao seu leitor a sensação de uma mescla entre duas cidades. Aquela que cresce num ritmo acelerado com a circulação e comércio de mercadorias, os automóveis que podem ser percebidos nas ruas, embora nessa fotografia específica eles não estivessem presentes, da cidade acelerada, em movimento. Essa é naquele momento, a imagem de cidade divulgada e propagada como ideal.

Todavia, também se faz presente a cidade antiga, calma, que permite a seus moradores sentar-se debaixo de uma árvore, em plena via pública, para uma longa conversa, sem se sentir incomodado com o barulho e o movimento que acontece ali. Talvez a intenção fosse justamente apreciar o movimento, contemplar a vida passando, enquanto se coloca a conversa em dia. Essa é a cidade que mistura os elementos de um suposto passado, mas que ainda é presente, que não foi abandonado pelos seus moradores. Uma cidade que incorpora novos elementos, associados à modernidade, mas que convive com hábitos antigos, adaptando aquilo que lhe serve e descartando, talvez, aquilo que não vê como necessário.

Nessa perspectiva de valorização da estética urbana aliada à perspectiva sanitária, várias crônicas do *Diário dos Campos* foram dedicadas à tentativa de disciplinarização de comportamentos junto à população ponta-grossense, tentando conscientizá-la de que precisava adquirir novos hábitos em nome de uma cidade bonita, agradável e limpa.

Essa batalha que as crônicas travaram em nome da cidade atuou em diferentes frentes. Em alguns casos abordando a estrutura urbana e arquitetônica do espaço urbano, em outras tratando da necessidade de abandonar determinados comportamentos, que não combinavam com os foros de civilização atribuído à Ponta Grossa.

De acordo com o relato de algumas crônicas dedicadas ao tema, a Municipalidade vinha fazendo sua parte providenciando o calçamento de muitas ruas, por isso, se fazia necessário que a população fizesse também sua parte. Por isso os textos tentam convencer o leitor a cumprir também o seu papel, realizando suas construções de acordo com a legislação municipal, de maneira alinhada, respeitando as medidas de distância da rua, construindo calçadas em frente das casas, padronizando a ligação de escoamento de água, construindo muros em frente às suas casas, etc.

Em um dos textos, é feito o pedido aos proprietários das ruas pavimentadas que procedam com a construção das calçadas em frente à residência, afirmando que isso contribui

com a beleza da cidade e ainda valoriza seu imóvel. “A sua feitura, condizendo com a conclusão do serviço a cargo da Prefeitura, além de ser obra do mais puro patriotismo, é também, uma inversão produtiva de dinheiro que aumentará o valor da propriedade.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 06 de nov. 1937, p. 01, Problemas citadinos 09). Segundo Lapa (2008 a, p. 62)

dentro da concepção de modernidade que se imprimia nas normas para construção urbana, o espaço destinado à calçada, que passava a ser exigido, tinha como principal motivo a preocupação com a figura do pedestre, demonstrava a preocupação com a figura do homem público que passava a ser valorizada. A partir dali, era necessário ordenar a cidade, conciliando os espaços para o pedestre, os animais e os automóveis que se faziam cada vez mais presentes.

A preocupação com a construção de muros e gradis em frente às casas torna-se objeto de apreciação no dia seguinte. Segundo o cronista, há casos de moradores que tem terreno vazio ao lado da residência e não tem proteção adequada para a área, por isso

É comum ver-se belas residências, bonitas vivendas, em grande parte, pelo sistema antigo de cercá-las: tabuas rústicas, sem segurança, a servir de resguardo ao terreno. Além de causar desagradável impressão, por isso que até um ar triste põe no edifício, esse modo ainda desvaloriza a propriedade.

Com muros ou gradis como assinalamos linhas atrás, o prédio sofre inteira modificação. A mesma casa toma outro aspecto, mais gracioso e alegre, e, até ao primeiro golpe de vista, dá mais valor à edificação. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 07 de nov. 1937, p. 01 Problemas citadinos 10).

As narrativas não deixavam dúvidas quanto ao poder de convencimento, alertando para as vantagens financeiras, ou seja, a valorização do imóvel a partir da execução das obras como as calçadas ou muros e gradis. Reforça a questão estética, dando nova cara a casa no caso de realização das obras.

No segundo texto há uma referência ao antigo sistema de cercar as casas com tábuas. Trata-se de um discurso modernizador, em que se diz que esses proprietários devem se adequar a um novo modelo de vida, que inclui uma cidade diferente, mais bonita e alegre, inclusive, já que, segundo o autor, as tábuas de madeira davam ar triste à moradia. Todavia, esse conselho reflete um modelo ordenador dos espaços urbanos que já vigorava há bastante tempo no país. Para Amaral Lapa (2008a, p. 58) cresce também a preocupação com a destinação dos espaços da rua e do espaço privado, pois passou a ser pregada necessidade de se separar os espaços para o quintal, o jardim, as calçadas, não somente pela questão estética, mas pela necessidade de melhor ventilação das casas, demonstrando ainda o estilo burguês de conceber o espaço, separando o público do privado.

O quintal era destinado ao universo da família, privado. Este ficaria separado da rua pelo jardim, que funcionaria como uma espécie de espelho da casa e de seus moradores, mas

que os ligavam à calçada, à rua, à vida pública. Por isso também a importância de resguardar esses espaços de maneira a unir a utilidade à beleza das fachadas das casas.

Outras dessas crônicas trataram das construções em desalinho com os padrões determinados pelo setor urbano do município, aconselharam a demolição de construções antigas, retomaram a necessidade das calçadas, na tentativa de contribuir para uma cultura mais urbanizada na população, usando como argumento a estética da cidade, a valorização dos imóveis e o prejuízo financeiro causado em caso da aplicação de multas pela fiscalização urbana do município.

Essas temáticas não eram discussões novas na cidade. Juliana Pegoraro Kus (2015) estudou o processo de urbanização e modernização em Ponta Grossa no início do século XX utilizando como fontes o Código de Posturas de 1914, artigos de jornal que trataram do assunto e plantas aprovadas pela Prefeitura Municipal para novas construções na cidade, entre 1915 e 1925.

A autora analisa como o processo de tentativa de formação de uma nova forma de viver urbano e uma mentalidade moderna ocorreu em Ponta Grossa desde a década de 1910 e como aqueles que não se adequavam a esse novo modelo poderiam ser punidos, através das multas aplicadas pela fiscalização municipal. Segundo ela

A população que vivia em áreas urbanas e não se encaixava nas novas formas que os administradores públicos adotavam para organizar as atividades deste espaço eram comumente prejudicadas pela legislação, que previa multas aos cidadãos que não seguissem suas determinações. Esta tensão acabava por criar uma disputa entre os modos de viver na cidade, pois os grupos dirigentes, formados naquela época pelas elites, tinham o poder de criar leis excluindo outros modos de vida que eram praticados pelos grupos que não chegavam a ocupar cargos políticos. (KUS, 2015, p. 14)

Assim, de acordo com essa perspectiva, esse processo de busca pelo ordenamento urbano na cidade não se constituía novidade, ao contrário, há anos se buscava criar um modelo de cidade mais moderna e ordenada.

O *Álbum de Ponta Grossa* trazia muitas fotografias de casas das chamadas pessoas ilustres da cidade, empresários, grandes comerciantes, médicos, políticos, enfim, de membros da alta sociedade que ostentavam grandes e vistosas residências. Entretanto, uma grande residência acabou sendo incluída na série *Urbanismo*, sendo que as demais estavam organizadas em outra seção da publicação. Todavia, não há referência sobre quem seria seu proprietário, e a legenda da foto somente explicou que a foto era da Rua Padre João Lux (Figura 17).

Observando a imagem, é possível constatar que a rua em si, praticamente não apareceu. Trata-se de uma tomada de mesmo plano, com a câmera em diagonal, em uma

esquina da Rua Sete de Setembro. Apesar de o relevo deixar um pouco de dúvida, pois se trata de um aclive acentuado é perceptível que o fotógrafo posicionou a câmera de forma a inclinar a imagem, focalizando melhor o prédio na esquina, causando um efeito de monumentalidade. A casa ficou parecendo ainda maior do que de fato era.

A quadra era curta, já que se percebe o encontro da rua com sua transversal, na lateral da catedral, cuja torre podia ser contemplada na imagem. O prédio seguinte, também na esquina, demonstra uma dimensão bem menor.

Figura 17: Rua padre João Lux, antiga Matriz (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

As crianças são o elemento que humaniza a foto, dando noção de vida e movimento, embora eles tivessem posando para a câmera. Não dá pra identificar com certeza, mas ao que parece, trata-se de dois meninos. Um deles usa um casaco e uma bolsa cuja alça está atravessada na altura do peito. Ambos estão de boné. Provavelmente tratava-se de meninos que costumavam andar pelas ruas, talvez como vendedores ambulantes ou de jornais (isso explicaria o uso da bolsa).

O fato de essa casa estar agrupada no álbum dentro da temática do *Urbanismo* sugere a importância atribuída a ela <sup>22</sup>. Imaginamos que, provavelmente o imóvel devia estar entre os maiores e mais destacados da região – grandiosa, quatro pavimentos, se considerarmos o porão e o sótão, arquitetura sofisticada. Apesar de não ser identificado seu proprietário, certamente tratava-se de alguém de posição social elevada.

---

<sup>22</sup>A respeito da propriedade do imóvel, foi feita a conferência entre as outras residências constantes no *Álbum* pra verificar se o mesmo não fazia parte do grupo e nenhum dos imóveis coincidiu com esse.

Ao escolher diferentes locais da cidade para serem fotografados, Weiss certamente fez um grande *tour* pela cidade, em busca do que julgava os melhores locais, ângulos, vistas, paisagens. Não causa surpresa que esse imóvel tenha chamado sua atenção para representar a imagem de cidade que se buscava construir. Um belo prédio, vistoso, bem cuidado, com jardins, certamente um grande quintal... este poderia muito bem ser a representação de padrão arquitetônico da cidade, de acordo com o propósito do fotógrafo.

Na outra ponta, ao organizar o *Álbum*, Adar de Oliveira e Silva pode ter tido um posicionamento semelhante, considerando que a fotografia representava bem o ideal de urbanismo a ser divulgado através daquela publicação, escolheu a mesma.

E possivelmente, se nos for permitido conjecturar um pouco mais sobre a imagem, por esses motivos a legenda se referiu à Rua Padre João Lux, ou Rua da Matriz, como consta na inscrição da própria fotografia, e não ao proprietário do imóvel: este não estaria ali para representar seu proprietário, mas todos os imóveis da cidade.

Havia, portanto, um modelo ideal de cidade a ser divulgado pelas diferentes fontes. E além de ordenada e bonita, era necessário que ela também fosse higienizada e saudável. Muitas das crônicas e imagens que se mostraram ímpares ao abordarem essas questões junto aos seus leitores textuais e visuais.

Em uma quinta-feira, dia 11 de novembro de 1937, o jornal *Diário dos Campos* trazia sua crônica de número 13, a primeira que não figurava na primeira página, que estava tomada pelas notícias sobre a implantação do chamado Estado Novo. No texto, o autor se propõe a discutir três problemas que ainda carecem de solução na cidade. Trata-se do serviço de entrega de pães e leite na cidade e o costume que muitos têm ao armazenar o lixo para que fosse coletado.

De acordo com o texto:

É público e notório que a maioria dos padeiros fazia (e alguns ainda fazem) a entrega dos pães por meio de sacos comuns, seguros às costas. Ora, qualquer leigo em assuntos higiênicos sabe quão inconveniente à saúde da população é esse sistema antiquado, grosseiro mesmo. O mais certo, o que melhor atende às nossas necessidades é o sistema de se entregar os pães em recipientes de vime, como já algumas padarias utilizam, de modo a por em guarda a saúde da população. A condução de leite, em garrafas inadequadas, com rolhas de palha ou papel, como sucede, também é um atentado à saúde coletiva. É preciso que todo leite seja conduzido e entregue ao consumo do povo, em garrafas próprias, com tampas adequadas, pois só assim a população consumirá, sem receio, o precioso alimento. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 de nov. 1937, p. 05, Problemas citadinos 13).

O autor ainda segue reclamando daqueles que deixam o lixo em recipientes abertos, juntando moscas, em frente de suas casas, facilitando moléstias. Outra crônica ainda denuncia



os estabelecimentos comerciais que não zelam pela limpeza e higiene de seus recintos, como botequins e casas de frutas.

A preocupação com o lixo se somava às denúncias de animais soltos na rua. Cachorros que remexem nos lixos, deixando-os expostos, causando mau cheiro, além de animais de maior porte. Segundo a crônica 24

O inconveniente resultante da invasão de cavalos, vacas, cabras, etc, é de molde a exigir providencias enérgicas, tendo em conta os estragos que os mesmos animais causam, não só destruindo os jardins e a arborização, como também o péssimo estado de sujeira em que deixam as ruas [...]

Quer nos parecer que nossos foros de cidade adiantada e culta exigem uma solução qualquer para o caso. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 de nov. 1937, p. 01, Problemas citadinos 24).

Os motivos da revolta, não são difíceis de imaginar... uma proposta de cidade urbanizada, limpa e bonita, com construções em alvenaria, calçamento, calçadas, sistema de esgoto, não poderia compartilhar seu espaço com animais soltos pela rua, espalhando lixo e deixando seu mal odor por onde passavam, destruindo jardins particulares ou das praças. Eram necessárias medidas urgentes a fim de evitar tamanha afronta àquela população laboriosa e higienizada. Não se pode esquecer, porém, que naquele período o transporte dos mais variados produtos dependia dos animais de carga, assim, eles eram imprescindíveis naquele momento.

O crescimento populacional da cidade, a ampliação do número de indústrias, casas de comércio e número de moradias exigia novos investimentos em obras de saneamento, melhoria dos serviços de distribuição de energia e essas exigências precisam ser cumpridas.

O *Álbum* de Ponta Grossa não deixou de lado a temática de exaltação das obras que estavam sendo realizadas na cidade. Além da pavimentação da Avenida Carlos Cavalcanti, mostrada na figura 05<sup>23</sup>, várias imagens retratavam a construção de redes de esgoto e canalização de arroios.

Aqui, a imagem buscava retratar a obra de canalização de um dos arroios da cidade (Figura 18). Esse arroio passa ao lado do Antigo Cine Império, próximo à Praça Barão do Rio Branco, cortando a região central da cidade.

A câmera posicionada no centro da fotografia conseguiu proporcionar melhor e maior destaque à obra, ao canal pelo qual a água corria. Os cinco trabalhadores presentes na imagem permanecem ao fundo, diminuídos em relação a construção feita. Um deles está inclusive com o rosto escondido por uma grande viga de madeira, que segura em sua frente.

---

<sup>23</sup>A mesma imagem publicada na primeira página do *Álbum* apareceu novamente no mesmo conjunto de fotografias que mostraram a execução das obras de canalização dos arroios da cidade e dos carrinhos de coleta de lixo.

Neste conjunto temático há sete imagens que se referem à canalização de quatro arroios diferentes, demonstrando assim certa ênfase ao assunto. Por um momento, isso pode parecer estranho, mas é muito sugestivo também. Ao mostrar as obras, as ações sendo realizadas, as melhorias acontecendo, era muito mais fácil convencer o leitor visual do *Álbum* do discurso elaborado ali. As imagens exerciam ali a intenção de convencimento. A cena cristalizada pelo olhar do fotógrafo era, para todos os efeitos, a realidade da ação, tal qual ela acontecia.

Figura 18: O serviço de canalização do arroio Pilão de Pedra, dentro do quadro urbano (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936.

Além do mais, depois de um arroio canalizado, quem repararia nele? Seria mais difícil se dar conta de sua existência. Dentro dessa ótica, era melhor apresentar o trabalho sendo concretizado, e por isso Weiss foi em busca desses momentos, na intenção de documentar tão importante obra.

Viviane Araujo (2014) ao analisar as fotografias produzidas pelo fotógrafo João Martins Torres, que documentou o processo de reforma da Avenida Central no Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, comenta que aquele fotógrafo fez muitas imagens do processo de demolição dos prédios antigos, do andamento das obras, de como os novos prédios foram sendo construídos. Assim, ao registrar todo esse processo, construiu uma memória sobre as mudanças que vinham acontecendo, como se registrasse a cidade que sucumbiu e a cidade que surgia, nova e moderna.

Possivelmente a publicação das fotos das obras de canalização dos arroios no *Álbum de Ponta Grossa* tenha sido feita com intuito semelhante, de documentar o momento de

transformação pelo qual a cidade passava, que a direcionava para um novo momento. Era o uso da imagem em favor da publicidade da gestão de Albary Guimarães.

No mesmo conjunto das imagens das obras havia duas fotografias que mostravam carrinhos de coleta de lixo. A primeira (Figura 19) mostrava a denominado antiga carrocinha de lixo urbano. A segunda (Figura 20) trazia o novo carrinho de coleta, utilizado para fazer a limpeza das ruas.

Figura 19: O anterior typo de carrocinhas de lixo (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Figura 20: O novo typo de carrinhos de lixo (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

No texto introdutório do *Álbum*, na relação das obras realizadas pelo prefeito, se fazia referência à limpeza pública afirmando que “A limpeza urbana tem sido melhorada e ampliada; haja vista a adoção dos modernos carrinhos de lixo – *loto-car* – mantidos em

número suficiente e que substituíram os anteriores, carros ineficientes e inestéticos.” (ÁLBUM DE PONTA GROSSA, 1936)

Do ponto de vista prático, é difícil precisar qual seria a diferença entre um carrinho e outro, para poder se afirmar se o segundo era mais eficiente ou esteticamente melhor, como defendeu o texto. Entretanto, a importância não reside aí, mas sim no fato de se registrar a troca dos carrinhos, criando uma memória disso.

A escolha dos autores, da fotografia e da organização do documento, não era ingênua. Ao fotografar os carrinhos, antigo e novo, além de se mostrar que se tratava de um investimento do poder municipal, sinalizando que ele se preocupava com o serviço público, ainda valorizava a utilidade dos carrinhos. Seriam utilizados na coleta do lixo, de forma mais eficiente, melhorando o trabalho de limpeza da cidade. Essa preocupação vai de encontro às crônicas quando as mesmas se dedicaram a esse tema: a preocupação com o lixo.

Os escritos do cronista demonstraram a preocupação sobre o descarte do lixo a ser recolhido pelos serviços de limpeza urbana, sobre o asseio com que os proprietários deviam manter a frente de seus estabelecimentos, para que o lixo não acumulasse nas ruas, enfim, mais uma questão que vinha de encontro ao ideal de saneamento e higienização da cidade.

As crônicas repetiram também, diversas vezes, a importância da arborização das ruas e praças da cidade. Em diversos textos, se criticou a má conduta de menores que arrancavam árvores recém plantadas, ou quebravam as maiores. Na crônica 07, o autor se refere aos muitos benefícios gerados pelo plantio de árvores nas cidades, lembrando que além da questão estética, o mais importante era a questão de saúde da população.

Nenhuma cidade – sabemos todos – pode ser completa se lhe faltar, em abundância nas ruas, arborização. Todas as Municipalidades cuidam do plantio de árvores com especial carinho, não só para dar aspecto mais alegre à cidade, como também, e principalmente, porque é a árvore o melhor auxiliar da higiene, nos grandes aglomerados urbanos.

É a arborização imprescindível à saúde das coletividades, porque absorve hidrogênio e carbono, nocivos ao povo.

A atenção que a nossa Municipalidade está dando a esse problema de todas as cidades é, por conseguinte, digna de louvores, pois ao par do embelezamento da nossa urbs, quer com isso a Prefeitura fornecer menores possibilidades, ao surto de moléstias fatais, comuns nos grandes centros. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 04 de nov. 1937, p. 01, Problemas citadinos 07).

Além do repetido fato de tecer elogios à Municipalidade, a crônica salienta a preocupação com a questão da saúde da população, expressando consonância com o ideal científico do período, que defendia o sanitarismo, a higienização como forma de garantir a diminuição das doenças. Assim, o processo de arborização reflete a ação do homem, que interfere no meio em que vive de acordo com a forma que lhe parecesse mais prudente, seja

plantando árvores para purificar o ar, abrindo ruas mais largas para que ele circulasse melhor ou criando e melhorando os espaços de lazer da população.

Assim como as crônicas, o *Álbum* também registrou essa preocupação em representar as ruas e praças arborizadas, a criação de um Parque Infantil <sup>24</sup> reservando assim um espaço específico e reservado para o lazer das crianças, garantindo que não permanecessem nas ruas, dividindo o mesmo espaço com pedestres, animais e carros.

Essa é uma fotografia bem representativa da concepção de urbanização vigente na Ponta Grossa dos anos de 1930 (Figura 21). Mostra a Praça Marechal Floriano Peixoto, também chamada de Praça da Matriz, toda projetada de acordo com o ideal estético, ordenador e higienista que se buscava implantar na cidade.

Com a técnica da câmera alta, posicionada em uma sacada de um prédio da Rua Sant'Ana, Weiss conseguiu capturar uma praça de calçadas desenhadas, gramas e flores cuidadosamente plantadas, com seus bancos destinados a atender o lazer da população, em suas conversas ao final de tarde. Já as árvores garantiam a sombra, o ar fresco e a beleza da cidade que se queria representar.

Figura 21: Praça Marechal Floriano Peixoto (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Os prédios ao fundo, do Clube Pontagrossense e do Fórum, além de grandes e de arquitetura sofisticada, garantiam à imagem a referência à autoridade judiciária, aludindo também à segurança e ordem, assim como às formas de lazer disponíveis, sobretudo para

---

<sup>24</sup>No *Álbum* havia fotografias da cerimônia de inauguração do Parque Infantil junto à Praça Barão do Rio Branco, realizada em 1935. As crônicas também mencionam o mesmo parque, anos depois.

membros da elite da sociedade. Também estavam presentes os cabos de energia elétrica, mais um dos símbolos da modernidade.

Uma só imagem que concentrava os atributos de uma cidade ideal: bela, ordenada, higienizada, moderna, civilizada.

Todavia, onde estava essa cidade representada por essa fotografia? Se pensar nas crônicas e suas denúncias, onde estão os menores, vendedores de jornais?

Entretanto, tratava-se de algo mais complexo. Como foi expresso por várias imagens e pelas crônicas, impor esses ideais de cidade ideal numa cidade real era algo que gerava diferentes formas de resistência. Como nos lembram Herchmann e Pereira (1994, p. 26)

a sociedade brasileira, mesmo a dos centros urbanos, não se modificou ou aceitou as mudanças pacificamente e muito menos rapidamente. Esse Estado que se propôs a orquestrar esses indivíduos, articulando-se a um saber técnico-científico, tinha diante de si uma sociedade eminentemente patriarcal e que ainda se comportava como tal. Era preciso, segundo esses especialistas/ cientistas, vencer o 'atraso colonial'...

Essa resistência podia ser exercida de diferentes maneiras. Através de grandes mobilizações, como foi o caso da Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904, ou em situações corriqueiras, do dia a dia, demonstrando que a população brasileira não aceitou de maneira passiva as novas regras que se buscou impor a ela.

Quando as fontes denunciam os chamados “problemas citadinos” referem-se a essas diferentes formas de resistência. À resistência que se dava no cotidiano da cidade, que mostrava velhos hábitos arraigados na sociedade, demonstrando que o modelo de modernidade e progresso que se buscava construir, não atendia às necessidades de todos da mesma maneira.

Nesse caso, se havia um modelo de cidade que atendia ao desejo dos grupos ocupantes do poder, mas que não podiam ser incutidos em toda a população, e esses costumes e sujeitos indesejados se mantinham presentes, era necessário ao menos, reduzir sua presença, encontrar um paliativo, afastar o problema pra longe.

Esse desejo se mostra bastante claro quando se lê as crônicas 18 e 50 da série abordada. Na primeira delas, lia-se:

Geralmente, como se sabe, os porcos para embarque vem do florescente bairro da Nova Rússia, entrando pela avenida Dr. Francisco Burzio; dali sobem a rua General Carneiro, dobram a do Rosário e entram pela Benjamin Constant, na qual está o portão que dá acesso ao embarcadouro da Estrada de Ferro.

Os suínos percorrem pequena parte de rua pavimentada, devido a medidas tomadas pelos poderes públicos, mas, segundo nos parecem, não bastam. Explicaremos as razões desse nosso ponto de vista: os moradores das ruas pavimentadas por estarem sujeitos a maiores taxas gozam de comodidades que não tem os de ruas não calçadas, isto é, pagam mais para não terem o incomodo do pó e sujeiras em suas casas e viverem, em suma, em local mais asseado e higiênico. Ora, com a passagem

dos suínos essas vantagens desaparecem completamente, com o agravante dos porcos deixarem a rua toda 'semeada' de pulgas e 'bichos-de-pé'. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de nov. 1937, p. 01, Problemas citadinos 18).

Na crônica 50 o texto era o seguinte:

Desapercebida tem passada, quer nos parecer, à Inspetoria de Veículos a anomalia decorrente do estacionamento das 'gaiotas' que, a espera de carretos, costumam fazer ponto nas proximidades do Armazém de cargas da RVPSC, à rua Benjamin Constant, bem defronte às casas residenciais, inconveniente esse originário das bulhas, da loquacidade excessiva dos respectivos condutores, ao qual há de acrescer o de maior monta, qual seja o dos maléficos efeitos das micções das alimárias que, ao par de constituírem focos de miasmas, nos dias de calor, ferem deveras o olfato dos que, nas cercanias residem.

Fazendo este registro, nos permitimos alvitrar que fosse designada a permanência desses veículos e, em local mais adiante, ao pé do muro que circunda o terreno da via férrea, entre as ruas Marechal Deodoro e Padre Lux. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 mar. 1938, p. 06, Problemas citadinos 50).

Os dois textos discutem situações diferentes, embora as duas tenham a Estação como pano de fundo, demonstrando assim o papel significativo que ferrovia exercia no dia a dia da cidade naquele período. Porém, nos dois casos se evidencia o problema da falta de higiene que vinha incomodando uma parte da população atingida por esses inconvenientes, à qual o cronista servia de porta voz.

De um lado, os moradores das ruas pavimentadas em que as varas passavam em direção à Estação. Esses moradores não se conformam com o fato de terem asfalto em frente às suas casas, pagando mais por isso para não enfrentarem o inconveniente da lama e poeira, para terem suas casas mais limpas, e mesmo assim conviverem com o inconveniente da passagem dos suínos, sujando a rua, deixando o ar contaminado.

Por outro lado, todos sabiam da importância que a criação desses animais exercia na economia do município, logo, sabiam que era necessário que passassem por algum lugar até a estação. Nesse caso a solução proposta era trocar o trajeto, fazendo com que os porcos deixassem de passar pelas ruas pavimentadas e fossem levados por aquelas que não gozavam desses benefícios.

O texto destaca que isso já tinha sido feito, pois em todo o trajeto, havia pequenos trechos de ruas pavimentadas. Supõem-se então que o poder público já havia feito alterações no sentido de desviar esse incômodo para longe das moradias de ruas pavimentadas.

Mas o que chama a atenção é, além da revelação de que havia no trajeto muitas ruas sem pavimentação, a sugestão proposta: de que os porcos passassem por ruas sem pavimento. Era a pura demonstração de um pensamento elitista. Se os porcos incomodavam, que fossem incomodar os mais pobres, que não tinham ruas calçadas. Ou seja, além da lama e da poeira,

essas pessoas teriam que conviver com mais um problema. Resolvia-se a vida de alguns, prejudicando ainda mais a vida de outros.

Na última crônica da série, publicada meses depois das anteriores, já que a crônica de número 49 tinha sido publicada no início de janeiro, e esta, já no mês de março, também havia a preocupação com os meninos que ficavam na rua próxima à Estação com suas gaiotas à espera de fretes para fazer.

Segundo o texto, esses meninos faziam muito barulho e ainda, para piorar, com seus cavalos parados no local, causando mau cheiro. A preocupação era com o barulho, o odor fétido que atingia as residências próximas e a possibilidade de transmissão de doenças pois geravam os chamados miasmas. A sugestão também para esse caso era de que os meninos, gaiotas e animais ficassem mais distantes, para pôr fim ao incômodo dos moradores residentes ali.

Por meio dessas duas crônicas, fica aparente, mais uma vez a preocupação que a cidade, sobretudo dos grupos que ocupavam o poder em Ponta Grossa naquele período, tinham com a adequação a um novo modelo urbanístico. Uma cidade bonita, higienizada, que não deveria mais conviver com situações como aquelas denunciadas no texto.

De outro lado, demonstra o outro lado da sociedade, que não se mostra interessado em incorporar esses novos modelos, até porque precisam continuar conduzindo seus porcos, esperando os fretes com seus cavalos, além de tantas outras situações já discutidas. Precisavam tocar suas vidas, garantir sobrevivência e, portanto, resistir às imposições de grupos que de uma ou outra forma, procuravam se manter no poder por meio de um discurso formador de um imaginário moderno que supostamente contemplaria a todas as camadas da população.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar a leitura da última crônica e fechar o *Álbum de Ponta Grossa*, com a vista panorâmica da cidade como última imagem a ser contemplada, há a necessidade de tecer algumas considerações sobre as análises realizadas, embora elas não tenham pretensão de ser conclusivas.

A questão norteadora de todo trabalho foi a discussão sobre as relações entre textos e imagens que ofereceram diferentes representações sobre o espaço urbano ponta-grossense na década de 1930. Os ideais de modernidade e progresso que fizeram parte desses diferentes discursos de nossas fontes buscavam enquadrar Ponta Grossa em uma determinada concepção de cidade que definia a cidade como ordeira, higiênica, de cidadãos laboriosos, cultos e civilizados.

Entretanto, é preciso compreender que, como salienta Chartier (2002, p. 17)

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Assim, o ideal de modernidade e civilidade, ao que parece, não faziam parte do imaginário de toda população ponta-grossense, embora os discursos analisados procurassem divulgar essa ideia. Tratava-se de um processo de mudanças de modos de viver, de enxergar o mundo, e nem todos estavam dispostos a aderir a essa nova visão. Por isso havia os dissonantes.

O lugar social de onde partiam esses discursos, portanto, são definidores de sua linha discursiva. O *Álbum* de 1936 constituía-se um documento destinado a reunir textos e imagens que resumissem como a sociedade tinha crescido e se modernizado, isto feito por meio de dezenas de imagens de seu quadro urbano, mostrando seus belos prédios, públicos ou particulares, suas ruas largas e pavimentadas, suas praças arborizadas e floridas.

Suas imagens também procuraram demonstrar como sua economia e indústria cresceram, representadas por várias casas comerciais e o interior e exterior de muitas indústrias, captadas nas fotografias. Nem mesmo o setor agropecuário escapou das lentes de Ewald Weiss para divulgar o sucesso econômico que a cidade ocupava, considerada a segunda do Paraná.

O jornal *Diário dos Campos*, por sua vez, mesmo não sendo um órgão de imprensa oficial, mostrava clara afinidade com a posição político-ideológica do governo municipal, gerido por Albary Guimarães. Suas crônicas sempre exaltavam o competente trabalho

desenvolvido pela Municipalidade e apesar de sua proposta ser denunciar problemas que a cidade vivenciava em seu dia a dia, atribuía a culpa por essas situações desagradáveis em determinada parcela da população, ignorante e portadora de instintos perversos.

Esse discurso que exaltava a cidade e seu povo culto e civilizado em oposição alguns que não comungavam desses mesmos valores foi cotidianamente repetido em todo o período de publicação das crônicas.

Apesar de parecer contraditória a afirmação das imagens publicadas no *Álbum* e nas crônicas de que Ponta Grossa era moderna e civilizada e mesmo assim os textos apontarem situações que se opunham a esse ideal, possivelmente o motivo por esse discurso ser repetido incansavelmente seja justamente porque quem o proferia sabia que esses valores não eram universais, e que por isso, seus leitores, seja visuais ou textuais, precisavam ser convencidos disso.

Assim, esses discursos, visuais ou imagéticos visavam a criação de determinadas representações sobre uma cidade ideal, permeada por muitas qualidades, que seguia em busca de mais melhorias para que seu progresso fosse alcançado de maneira completa.

Nesse sentido, as fotografias, vistas como cópia real do objeto fotografado, foram utilizadas no *Álbum* com a finalidade de criar no leitor visual uma determinada memória de cidade, que era moderna, limpa e ordenada, mascarando os conflitos e disputas existentes e frutos de uma sociedade real, e desigual.

As crônicas, mesmo que utilizadas com um tom de aconselhamento, possuíam perspicácia suficiente para chamar a atenção daqueles que de alguma maneira, feriam os códigos de conduta dignos de uma sociedade culta e civilizada que as mesmas defendiam, reforçando assim um imaginário que se buscava construir de acordo com novos padrões vigentes, defendendo o abandono de antigos hábitos, inadequados para esse novo modelo de cidade que propunham.

Entretanto, por mais que esses discursos procurassem neutralizar os conflitos, em suas entrelinhas, deixam ver as contradições comuns de uma sociedade composta de diferentes visões de mundo, que comportava diferentes realidades.

Realidades que incluíam menores trabalhando e brincando nas ruas, pedestres que pisavam na grama dos jardins, empresas que praticavam propaganda barulhenta, comerciantes que não limpavam suas calçadas, animais que viviam soltos pelas ruas, moradores que não construía o passeio em frente de suas casas, entre tantos outros exemplos denunciados.

Essa cidade de verdade possuía diferentes formas de vivenciar e apreender a cidade, de acordo com a concepção os anseios e necessidades de cada grupo que usufruía desse

espaço, e por isso, despertava diferentes formas de resistência a qualquer modelo que fosse imposto pelos grupos ocupantes do poder.

Assim, a cidade do menino trabalhador não era a mesma cidade da criança que ia à escola e brincava no Parque infantil da Praça Barão do Rio Branco. O carroceiro que deixava seus animais na Estação não via a cidade a partir das grandes construções, assim como os moradores da periferia.

Ao descobrir essas pessoas no *Álbum* da cidade e nas crônicas a partir dos textos escritos e imagéticos analisados, abriu-se a Caixa de Pandora, na medida em que esses indivíduos indesejados da cidade, que não se enquadravam nos modelos pretendidos pelas elites, mostraram-se sujeitos da sua história, participantes de um processo de constituição de uma sociedade múltipla, que apresentava conflitos, resistências e lutas pela sobrevivência, mesmo que não fossem desejados dentro de uma cidade ideal, mas sujeitos de uma cidade real.

## FONTES

**Álbum de Ponta Grossa de 1936.** Organização de Adar de Oliveira e Silva: Imprensa Paranaense, Max Scharappe, Curitiba, 1936. Disponível para consulta no Museu Campos Gerais

**Jornal Diário dos Campos,** meses de outubro de 1937 a março de 1938. Disponível para consulta no Museu Campos Gerais.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Ensino de história e fontes históricas *In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS*, 7. 2015, Alagoas. **Palestra** [...] Alagoas, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17196?show=full>. Acesso em: 16 set. 2019.
- AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos (org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- ARAUJO, Viviane. O papel da fotografia na construção simbólica das reformas urbanas. Rio de Janeiro, 1904-1906. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas**, v. 6, n. 2, p. 47- 69, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642616/pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- AULETE, Francisco J.; VALENTE, Antonio Lopes dos Santos. **Dicionário Aulete**. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Ltda. Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 24 fev. 2020
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: RUGGIERO, R. (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1e\\_va3agzKsgL90-HrmX8vhCkN7U58Ttq/view](https://drive.google.com/file/d/1e_va3agzKsgL90-HrmX8vhCkN7U58Ttq/view). Acesso em: 05 ago. 2018.
- BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 6, n. 11, p. 1-13, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/1874/1044>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- BERBERI, Elizabeth. **Impressões: A Modernidade através das Crônicas no início do século em Curitiba**. 1996. Dissertação (Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24615/D%20-%20BERBERI%2C%20ELIZABETE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jan. 2020
- BEZERRIL, Simone da Silva. Imprensa e Política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. *In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA*, 2, 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís, 2011. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerrill.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. MEC. BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: UNESP, 2017.

CAIMI, Flavia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.129-150, dez. 2008

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? **Revista Comunicação & Mercado/UNIGRAN**. Dourados, v. 1, n. 2 - edição especial, p 79-87, nov. 2012.

CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto :USP, 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 6, p. 51-69, jan./dez. 2007.

CHAMA, Guísela V. F. **Ponta Grossa**: o povo, a cidade e o poder. Ponta Grossa, PMPG, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro/ Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-189, abr./jun, 1991.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no Jornal Diário dos Campos na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, Niltonci Batista. (org). **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

CHAVES, Niltonci Batista. (org). **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG; Instituto Cidade Viva, 2003.v 2.

CHAVES, Niltonci Batista. (org). **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG, 2004. v. 3

CHAVES, Niltonci Batista. **Entre “Preceitos” e “Conselhos”**: Discursos e Práticas de Médicos Educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953).2011. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: Memória, história e fotografia. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 33-46. jan./abr. 2012.

COELHO, Patrícia. A radioeducação no Brasil e o culto ao pacifismo (1919-1939). **Cadernos de História da Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.539-553, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/39603>. Acesso em: 08 jul.2020.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. História Local e Micro-História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 154, jul./ 2018, p. 11-27. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/57504>. Acesso em: 24 jul. 2018

COSTA, Ana Valéria de Figueiredo. **Imagens Fotográficas de Professoras**: uma trajetória visual do magistério em escolas municipais do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12305/12305\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12305/12305_1.PDF). Acesso em: 20 nov. 2018.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações autoritárias**: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86669>. Acesso em: 22 fev. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GEJÃO, Natália. A fotografia como mediador cultural na construção do conhecimento histórico escolar. **Antíteses**, v. 2, n. 3, p. 257-267, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 26 jul. 2018.

GONÇALVES. Nádia G. Documentos de arquivos históricos escolares: possibilidades para o ensino de história. In: MOLINA, Ana Luiza. (org). **Ensino de História e Educação**: olhares em convergência. 1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012. p. 11-36.

GONÇALVES. Carlos Eduardo M.; DROPA. Márcia M.; SOUZA, Luis F. de. Catedral de Ponta Grossa: a importância do patrimônio na História do Município. In: CONEX-Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG, 13.,2015. Ponta Grossa. **Anais eletrônicos** [...] Ponta Grossa: UEPG. 2015. Disponível em: [https://sites.uepg.br/conex/anais/anais\\_2015/anais2015/974-3401-1-PB-mod.pdf](https://sites.uepg.br/conex/anais/anais_2015/anais2015/974-3401-1-PB-mod.pdf). Acesso em: 26 fev. 2020

GUEBERT, Caroline; KARVAT, Erivan. De histórias e tradições: O Centro Cultural Euclides da Cunha e a Historiografia no periódico Tapejara (1950-1961), **Revista Ateliê de História - UEPG**. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 41-77, 2015.

GUIMARÃES, Albary. **10 anos de governo** - À guisa de prestação de contas ao contribuinte e à população em geral. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 1944.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (org.). **A invenção do Brasil moderno**: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLOWATE, Isaias. Relações de poder: a contenda entre o jornal Dário dos Campos e a câmara municipal no alvorecer da imprensa ponta-grossense. **Revista Mídia & Contexto**, v.1, n.4, p. 1-17, 2015. Disponível em:

<http://www.faculdadespontagrossa.com.br/revistas/index.php/midiacontexto/article/view/169/146>. Acesso em 16 set. 2019.

HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco Histórias Convergentes**. 2. Ed. rev.. Ponta Grossa, UEPG, 2004.

IACHTECHEN, Fabio Luciano. Um volksgeist paranista: algumas considerações sobre a escrita da história de Romário Martins. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - TEMPOS DE TRANSIÇÃO*, 16., 2018. Ponta Grossa. **Anais eletrônicos** [...] Ponta Grossa: ANPUH, 2018. Disponível em: <http://www.encontro2018.pr.anpuh.org/simposio/anaiscomplementares>. Acesso em: 20 ago. 2019.

KOSSOY, Boris. **Dicionário Histórico Fotográfico Brasileiro**: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 5. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

KUS, Juliana Pegoraro. **Legislação urbana no início do século XX em Ponta Grossa – PR**: normatização e reclamações no processo de construção da cidade (1914 – 1925). 2015. Dissertação (Mestrado em História-Área de Concentração: História, Arte e Cultura) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade**: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora da USP; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LAPUENTE, Rafael S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. *In: Encontro Nacional da História da Mídia*. 10., 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. porto Alegre: UFRG, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>. Acesso em: 16 out. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. [et al.] - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vania Carneiro. Desenhocop – o ensino através de imagens. **História da educação**. ASPHE/FAE/UFPEL. Pelotas, n. 14, p. 14-28, set./ 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30219/pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos”. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/128629778/de-luca-tania-regina-historia-dos-nos-e-por-meio-dos-periodicos>. Acesso em: 16 out. 2018.



MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf). Acesso em 30 maio 2018

MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de História Visual. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 61, p. 105-132, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/39008/23769>. Acesso em 30 maio 2018.

MAUAD, Ana Maria. Por uma história fotográfica dos acontecimentos contemporâneos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 90 - 133. jan./abr. 2016. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308172016090>. Acesso em: 30 maio 2018.

MAUAD, Ana Maria. RAMOS, Itan Cruz: Fotografias de família e os itinerários da intimidade na história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 155-178, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/795>. Acesso em: 30 maio 2018.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEOU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOLINA, Ana Heloisa. Ensino de História e Imagens: possibilidades de pesquisa. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. I, n. 1, p. 15-29, nov. 2007. Disponível em: [www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19265](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19265). Acesso em: 26 jul. 2018.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **Métis: história & cultura**, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006. Disponível em: [ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/781/545](http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/781/545). Acesso em: 29 maio 2018.

NASSAU, Juçara de Souza. **Álbum de Montes Claros (1927)**: estudo crítico a partir das fotografias de Serafim Facella (1927- 1939). 2014. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual–Faculdade de Artes Visuais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

NEVES, Eivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. **Revista Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.1, n. 2, p. 25-36, abr./out. 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3146>. Acesso em: 25 jul. 2018.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano, imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Revista Espacialidades** [online], v 2, n. 1, p. 1-31, 2009. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/arimatea.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995a.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 02, p. 09-27, 1995b.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Cultura e representações: uma trajetória. **Anos 90**, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6395>. Acesso em: 06 mar. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

PONTES, Felipe Simão; GADINI, Sergio Luiz. Mídia, História e Memória dos Campos Gerais do Paraná. Breve análise histórica do jornalismo impresso na cidade de Ponta Grossa (PR). In: Encontro Nacional da História da Mídia, 3., 2005, Novo Hamburgo. **Anais** [...] Novo Hamburgo: ALCAR, 2005.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e vistas urbanas. **História**, São Paulo, v. 02, n. 27, p. 253-277, 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade Fotografada: Memória e esquecimento nos álbuns da cidade: Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?value=Possamai%2C+Zita+Rosane&type=author>. Acesso em: 01 jun. 2018.

RESNIK, Luís. **Qual o lugar da história local?** Disponível em: [www.historiasdesaogoncalo.pro.br/txt\\_artigo\\_03.pdf](http://www.historiasdesaogoncalo.pro.br/txt_artigo_03.pdf). 2008. Acesso em: 26 jul. 2018.

RESNIK, Luís. ARAUJO, Marcelo da Silva. Imagens constituindo narrativas: fotografia, saúde coletiva e construção da memória na escrita da história local. **História, ciências, saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.14, n. 3, p. 1013-1036, jul./set. 2007.

RESNIK, Luís. História local e práticas de memória. In: PEREIRA, Junia Sales. **Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar**. Belo Horizonte/Brasília: Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG: Caed UFMG, 2010.

RIBEIRO, Suzana Barreto. **Percursos do Olhar: Campinas no início do século XX**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

SAMUEL, R. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set./1989 - fev./1990.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915**. 2ª edição. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SANTOS, Eunice Ribeiro. O uso do documento fotográfico no ensino da história: tecendo caminhos entre a história, a fotografia e o ensino. **Revista Travessias**, v. 2, n. 2, p. 253-265, 2008. Disponível em: [e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2865/2260](http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2865/2260). Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTOS, Francieli Lunelli. **Arranjos fotográficos, arranjos familiares**: representações sociais em retratos de família do Foto Bianchi (Ponta Grossa 1910-1940) 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2009. Disponível em: [tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/293/1/Francieli%20Lunelli%20Santos.pdf](http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/293/1/Francieli%20Lunelli%20Santos.pdf). Acesso em: 27 abr. 2018.

SANTOS, Francieli Lunelli. Luis Bianchi e as Práticas do Italiano no Brasil: fotografia, profissão do imigrante. **Domínios da imagem**, Londrina, v.6, n. 11, p. 57-70, nov. 2012. Disponível em: <http://srv-009.uel.br/revistas//uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/22777>. Acesso em: 16 set. 2019

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Luís Carlos Borges da. A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental. *In.*: Encontro Estadual de História: Poder, cultura e diversidade .3. ,2006, Bahia. **Anais** [...]. Bahia: ANPUH, 2006. Disponível em: [http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_III/luis\\_carlos.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/luis_carlos.pdf). Acesso em: 24 jul. 2018.

SILVA, Edson A. Energia Elétrica em Ponta Grossa. In. DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. (Orgs.). **Espaço e Cultura**. Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

SILVA, Marcos A. da. A construção do saber histórico: historiadores e imagens. **Revista de História**, São Paulo, n. 125-126, p. 117-134, jul. 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18668/20731>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SILVA, R. M. F. DA. Cidade e urbanização, progresso e civilização. Reflexões sobre a cidade oitocentista no sertão das Gerais (Patos de Minas, 1868 -1933). **Revista História & Perspectivas**, v. 26, n. 49, 8 mar. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/24992>. Acesso em: 09 fev. 2020.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte Histórica. **Historiæ**, Rio Grande, 1(2):113-120, 2010. Disponível em <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2366>. Acesso em 30 maio 2018.

SOUSA, Rui Bragado. A câmara obscura: a fotografia como fonte histórica. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 145, jun 2013. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/19582>. Acesso em 30 maio 2018.

STANCIK, Marco A. De corpo quase inteiro: retratos fotográficos e representação feminina no Brasil (1890-1910). **Iberoamericana**, Berlin, v. 11, n. 44, p. 7-24, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/251761135\\_De\\_corpo\\_quase\\_inteiro\\_retratos\\_fotograficos\\_e\\_representacao\\_feminina\\_no\\_Brasil\\_1890-1910/link/00b7d51f17916135bb000000/download](https://www.researchgate.net/publication/251761135_De_corpo_quase_inteiro_retratos_fotograficos_e_representacao_feminina_no_Brasil_1890-1910/link/00b7d51f17916135bb000000/download). Acesso em 13 jan. 2020.

STANCIK, Marco A. **Souvenirs da Grande Guerra (1914-1918)**: virilidade e feminilidade em cartões-postais franceses. Curitiba: CRV, 2017.

STANCIK, Marco A. A arte de fotografar em Curitiba no século XIX: dos profissionais itinerantes aos primeiros estúdios. **História**, Franca, 2020 (no prelo).

TOLEDO, Maria Ap. L. Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, p. 743-758. jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 24 jul. 2018.

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Biblioteca Central Prof. Faris Michaele. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos acadêmicos. 4. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2019.

ZICMAN, René Barata. A História através da imprensa - algumas considerações metodológicas. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 4, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 16 out. 2018.

WEBER, Daniela Maria. Metodologia para pesquisa em imprensa: experiências através *D'O Paladino*. Revista **Signus**, ano 33, n 1, p. 9-21, 2012. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/718>. Acesso em: 16 out. 2018.

## **APÊNDICE A- PRODUÇÃO DIDÁTICA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARISTELA SANT'ANA DE OLIVEIRA

**AS FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: CRÔNICAS E FOTOGRAFIAS  
DO ÁLBUM DE PONTA GROSSA DE 1936**

PONTA GROSSA  
2020

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Página do Jornal <i>Diário dos Campos</i> .....	169
FIGURA 02: Crônica Problemas citadinos 1 .....	170
FIGURA 03: Crônica Problemas citadinos 7 .....	171
FIGURA 04: Crônica Problemas citadinos 9 .....	172
FIGURA 05: Crônica Problemas citadinos 10 .....	173
FIGURA 06: Crônica Problemas citadinos 15 .....	174
FIGURA 07: Crônica Problemas citadinos 18 .....	175
FIGURA 08: Crônica Problemas citadinos 28 .....	176
FIGURA 09: Crônica Problemas citadinos 34 .....	177
FIGURA 10: Crônica Problemas citadinos 35 .....	178
FIGURA 11: Praça João Pessoa .....	179
FIGURA 12: Rua Padre João Lux .....	179
FIGURA 13: Praça Marechal Floriano Peixoto .....	180
FIGURA 14: Rua XV de Novembro .....	180
FIGURA 15: Avenida Bonifácio Vilela .....	181
FIGURA 16: Rua Coronel Claudio .....	181
FIGURA 17: Avenida Vicente Machado .....	182
FIGURA 18: Augusto Ribas .....	182
FIGURA 19: Vista parcial de Ponta Grossa.....	183
FIGURA 20: Trecho da Avenida Carlos Cavalcanti.....	183
FIGURA 21: Obras de Canalização do Arroio Pilão de Pedra.....	184

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	135
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	136
<b>1. FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	143
1.1 AS FOTOGRAFIAS.....	144
1.2 JORNAIS .....	149
<b>2. A CIDADE MODERNA E CIVILIZADA IDEALIZADA NAS FONTES</b> .....	153
<b>3. FOTOGRAFIAS E CRÔNICAS: DOCUMENTOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE PONTA GROSSA</b> .....	169
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	185
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	186



## APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresento esse material didático, destinado aos colegas professores de História. Ele faz parte de minha dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Ensino de História, da UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, que integra o Programa Nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História, coordenado pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desde o início do curso decidi que iria fazer uma pesquisa que contemplasse a História Local, a fim de que a pesquisa possibilitasse a discussão sobre fontes no ensino de História e a história da cidade de Ponta Grossa, cidade em que nasci, moro e trabalho. Minha pesquisa resultou no trabalho intitulado *Discursos e representações sobre a cidade na década de 1930: as crônicas do Jornal Diário dos Campos e o Álbum de Ponta Grossa*, em que analiso os discursos e representações sobre a modernidade no espaço urbano de Ponta Grossa na década de 1930, utilizando como fontes as crônicas *Problemas Citadinos*, do Jornal *Diário dos Campos* e fotografias presentes no *Álbum de Ponta Grossa de 1936*.

Em meu cotidiano de professora de escola pública percebo que muitas vezes, com o excesso de trabalho e atribuições cotidianas é comum que os professores tenham dificuldades, principalmente falta de tempo, para buscar materiais diversificados para suas aulas, sobretudo com a utilização das fontes, tão importantes no processo de ensino-aprendizagem da História. Nesse sentido, esse material objetiva, na medida do possível, contribuir com nossa prática enquanto educadores.

Aqui, me proponho a fazer uma pequena, mas necessária discussão acerca de algumas teorias e metodologias sobre História Local, o uso de fontes no ensino de História, privilegiando as imagens fotográficas e o jornal e ainda sugerir algumas fontes como possibilidades de pesquisa para trabalhar o espaço urbano de Ponta Grossa, que fazem parte do conjunto analisado na pesquisa e também com algumas das crônicas do Jornal Diário dos Campos que também fizeram parte da pesquisa a fim de colaborar com os professores que, assim como eu acreditam que é possível uma educação de qualidade, mais crítica e mais humana.

## INTRODUÇÃO

Logo nas primeiras aulas do 6º ano nossos alunos ouvem-nos dizer que o conhecimento sobre a História se faz através das fontes historiográficas. Buscamos convencê-los de que as narrativas construídas a respeito dos fatos, das mais diferentes épocas, feitas pelos historiadores, não surgem como especulações, conjecturas, mas com base em estudos e análises de vestígios que, de alguma maneira, documentaram esses acontecimentos. A comparação usada de que o trabalho do historiador para conhecer a história se assemelha à do detetive que busca vestígios para descobrir um crime também costuma ser aplicada.

Da mesma forma, durante nossa formação acadêmica, constantemente, fomos orientados que toda pesquisa deve ser baseada na problematização das nossas fontes e que o resultado de nossas análises depende das perguntas que fazemos a elas. Assim, portanto, as fontes são condição *sine qua non* do ofício de historiador/professor.

Num momento em que se afirma a necessidade da aproximação entre a prática de ensino e pesquisa, na qual o aluno deve ser colocado na condição de protagonista na busca e construção de seu próprio conhecimento, é salutar discutir o quanto é importante que as aulas de história tragam materiais e metodologias que estimulem a investigação e o questionamento a respeito do processo histórico. As fontes, nesse caso, permitem ao professor incentivá-los a problematizar esses documentos, buscando as informações que considerem relevantes, desenvolvendo a criticidade sobre a fonte e o contexto em que ela foi produzida.

Sobre o uso das fontes na área do ensino, Schmidt e Cainelli (2004, p. 94) afirmam que:

sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. [...] facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada.

Mais uma vez destaca-se aqui a importância de estabelecer-se uma relação de proximidade entre o estudante e a história, e a análise das fontes possibilita isso. Sobre isso a BNCC-Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 418) salienta:

O exercício de transformar um objeto em documento é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu. O documento, para o historiador, é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos. Os documentos são portadores de sentido, capazes de sugerir mediações entre o que é visível (pedra, por exemplo) e o que é invisível (amuleto, por exemplo), permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu.

Para que o trabalho com fontes ganhe importância, é necessário que o professor atue na condição de mediador do processo de aprendizagem e use de rigor metodológico. É preciso que tenha clareza sobre os objetivos de usar a fonte em sala. Por isso Caimi (2008, p. 147), alerta que

é imprescindível o trabalho do professor e do aluno na problematização e significação dos documentos, utilizando-os de modo a extrapolar meras funções de ilustração, motivação, informação ou prova, ainda que estas possam ter relativa importância. O desafio é, tomando os documentos como fontes, entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor.

Desta maneira, cabe a nós professores possibilitar essa experiência aos nossos alunos, a fim de contribuir para o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes do processo histórico do qual são sujeitos. Por isso, havia o desafio de pensar em como a pesquisa contribuiria para o ensino de história, como ela acrescentaria em minha formação e poderia auxiliar outros colegas em sua prática cotidiana em sala de aula.

Além disso, um fator que considerávamos importante para a elaboração da pesquisa era o fato de que as fontes abordassem a história da cidade, num modelo que poderíamos chamar de história local, estabelecendo uma relação entre ensino de história e a realidade mais próxima do aluno, buscando assim contemplar o que acredito ser uma questão primordial dentro do processo de ensino-aprendizagem: a aproximação dos alunos da “sua” história, percebendo-se participantes do processo histórico de que fazem parte.

Se, de um lado, sabia da importância de trabalhar com os alunos a história local, também sabia pela experiência da prática escolar, no diálogo com colegas e pelo próprio currículo, que boa parte das vezes ela não é discutida em sala de aula, e esta seria então uma oportunidade para fazê-lo.

Durante bastante tempo e mesmo atualmente, para alguns historiadores, a história local é menosprezada, julgada incapaz de dar conta de uma relação com um contexto mais amplo, acusada de gerar uma fragmentação que impossibilita sua relação com um contexto maior, já que se preocupa com o micro, com o regional. Sobre esse posicionamento, Resnik (2008, p.03) afirma que:

Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais.

Assim, o estudo do local, sobretudo em sala de aula, em vez de ser negativo, permite ao aluno a criação de uma relação de identificação, de pertencimento com a história de seu bairro, sua região, sua cidade. É capaz de fazê-lo reconhecer-se como sujeito histórico, como agente de sua própria história, na medida em que consegue relacionar elementos de seu cotidiano, como sua casa, sua escola, o bairro e a cidade em que vive como pertencentes à história. Dessa maneira, o que é estudado na escola passa a fazer mais sentido para o aluno, que tem a possibilidade de se aproximar dessas dimensões que não seriam possíveis ao se estudar somente fatos mais abrangentes da História do Brasil, América Latina, Europa, por exemplo. Esses viveres e saberes possíveis com a análise da história local permitem a ele enxergar a história que ele encontra ali, próxima dele, ao mesmo tempo em que a relaciona com o contexto mais amplo, em uma escala nacional e/ou global.

Quando os termos local ou regional são empregados, automaticamente, tendem a remeter a uma noção de lugar, numa dimensão espacial, aliás, local e lugar podem ser entendidos como sinônimos. Por isso, essas palavras relacionam-se não só a história, mas também à geografia. Sobre isso, Janaína Amado (1990, p. 08) afirma que:

A partir da chamada ‘geografia crítica’ (que incorpora as premissas do materialismo dialético e histórico), alguns geógrafos têm proposto um novo conceito de região, capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens, ao longo da História, em um determinado espaço. Para estes geógrafos, a organização espacial sempre se constitui em uma categoria social, fruto do trabalho humano e da forma dos homens se relacionarem entre si e com a natureza. Partindo desse quadro teórico, definem ‘região’ como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula.

De acordo com a autora, portanto, o conceito de região é mais abrangente do que somente o espaço físico, pois defende que o espaço é resultado da ação de homens e mulheres que se relacionam entre si e com o meio em que se encontram, transformando-o através de suas ações e, portanto, as fronteiras de um lugar, pelo menos no campo da história, não são somente definidas por aspectos físicos. Sobre isso, Neves (2008, p. 26) também lembra que

A localidade se constitui no espaço onde uma comunidade se estabelece e se desenvolve. Configura, portanto, uma construção humana, empreendida em organizações comunitárias, com identidades internas e vinculações externas, de modo que extrapola as circunscrições projetadas por governantes, técnicos, estudiosos e incorpora fatores históricos de natureza social, econômica, política e cultural.

Assim, a história local é mais abrangente do que as delimitações físicas do espaço, pois ela se constitui em razão de outras variáveis, que não só geográficas.

Entende-se que para o aluno, a história local é aquela com a qual ele se identifica, que trata do lugar em que ele vive - as ruas e praças nas quais brinca com amigos, os lugares pelos

quais passa no caminho de ida e retorno da escola, quando se desloca para a igreja do seu bairro para a prática sua fé religiosa, quando vai às compras no supermercado e lojas do seu bairro ou do centro da cidade, ou nos momentos de lazer com a família nos fins de semana, por exemplo. A história está aí, nesses lugares, nessas ruas e é importante que ele consiga perceber isso.

Como lembra Circe Bittencourt, a história local é “[...] necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer–, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.” (BITTENCOURT, 2004, p. 168)

Por isso, a pesquisa busca fornecer subsídios para o trabalho de professores que buscam formas de trabalhar com seus alunos a história de Ponta Grossa, ressignificando assim os sentidos que a cidade tem para eles, permitindo que tomem contato com uma nova perspectiva sobre a cidade em que vivem, diferente daquela que conhecem no presente.

Entre os conceitos teóricos fundamentais para a compreensão das fontes e construção da narrativa histórica está o conceito de representação. Quando se diz que um dos objetivos foi buscar saber como Ponta Grossa foi representada no discurso jornalístico, por meio das crônicas, e do poder público, nas fotografias publicadas no *Álbum* da cidade, procurou-se compreender a maneira pela qual os sujeitos que “falam” nas fontes veiculam a ideia de uma cidade moderna e progressista. Sobretudo o poder público, queria demonstrar, através das obras públicas, com os números na economia, na produção agrícola, comercial e industrial, que havia alcançado esse status.

Mesmo nas crônicas do jornal, que supostamente apontam para os “problemas” vivenciados cotidianamente, percebe-se que há a intenção de transmitir ao leitor desse discurso uma determinada imagem de cidade moderna e civilizada, cujos problemas destoavam desse modelo e por isso deviam ser solucionados.

A cidade estava ali, para ser visualizada pelas pessoas com seus próprios olhos. Porém, quando se produz, quer seja um documento, uma crônica de jornal, uma fotografia, o que se faz é uma determinada representação da cidade. O fato, o objeto em si, portanto, é rerepresentado.

Chartier (1991, p. 184) afirma que “a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou uma pessoa”. Apesar de parecerem contraditórias, essas noções se completam já que, dentro da concepção das representações, a cidade existe, está ali, mas no momento em que ela é transformada em um discurso, seja

textual, imagético, ela torna-se ausente, ao passo que se faz presente, real, porque se põe no lugar do outro.

Os discursos veiculados por meio das crônicas e fotografias que chegam até seu público/ leitor, não são os fatos ou os objetos em si, mas sim uma representação desses fatos e objetos, que nos chegam e permite que sejam apreendidos por nós, tornando-se presentes.

Nesse sentido, Sandra Pesavento (2006, p. 50) completa ainda:

os homens elaboram ideias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade. Ação humana de re-apresentar o mundo – pela linguagem e pela forma, e também pela encenação do gesto ou pelo som -, a representação dá a ver e remete a uma ausência. É, em síntese, ‘estar no lugar de’. Com isto, a representação é um conceito que se caracteriza pela sua ambigüidade, de ser e não ser a coisa representada.

As crônicas procuravam, a todo o tempo, representar em seu discurso uma cidade culta, ordenada, civilizada, buscando que seus leitores sentissem a existência dessa cidade. O *Álbum*, por meio de suas fotografias, representava Ponta Grossa por meio de suas ruas largas, arborizadas, por casas grandes e belas, como se essas imagens fossem a própria cidade, que estava ali, naquelas páginas, para ser observada pelos seus leitores visuais.

Busca-se então entender em que medida os discursos produzidos por esses documentos contribuíram para a construção da imagem da cidade como moderna e progressista e de um povo culto, ordeiro e civilizado. Bronislaw Baczko (1985, p. 309) afirma que:

através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o ‘chefe’, o ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc.

Os discursos, as representações presentes nas fontes realizavam, intencionalmente ou não, a construção desses imaginários que buscavam criar o modelo de bom cidadão, laborioso, culto, civilizado, que seria o tipo de indivíduo que se adequava ao modelo, também, de cidade desenvolvida, moderna e civilizada.

Nesse sentido, os imaginários proporcionam um sentimento de identificação e pertencimento a determinados modelos sociais, políticos, culturais. Como afirma Pesavento,

E, nesta medida, o imaginário – este sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história para dar significado às coisas – é sempre um outro real e não o seu contrário. O mundo, tal como o vemos, apropriamo-nos e transformamos é sempre um mundo qualificado, construído socialmente pelo pensamento. Esse é o nosso ‘verdadeiro’ mundo, mundo pelo qual vivemos, lutamos e morremos. O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima, existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do

visível e do experimentado, mas também sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, sobre o não tangível nem visível, mas que passa a existir e ter força de real para aqueles que o vivenciam. (PESAVENTO, 2006, p. 50)

Os discursos das fontes eram assim recursos utilizados na idealização de uma sociedade moderna e civilizada, que segundo esses discursos, era compartilhada pela população, salvo algumas exceções, que eram justamente aqueles que não aceitavam ou não se enquadravam dentro desse ideal.

Ao pesquisar sobre reformas urbanas e os discursos veiculados sobre modernidade, civilização, progresso, utilizou-se como referencial as colocações de Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Masseder Pereira (1994), que discutem como medicina, educação e engenharia trabalharam de mãos dadas, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, na adoção de medidas que buscavam implantar no Brasil os princípios de higiene, ordem, sanitarismo, educação, dentro do que se entendia por um mundo da modernidade e do progresso. Segundo os autores

A reformulação do espaço urbano foi uma das estratégias adotadas por este Estado, no início do século XX. A cidade, com sua organização físico-espacial, seus rituais de ‘progresso’ – como no caso das exposições nacionais e internacionais – passa a ter um caráter pedagógico. Torna-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos. Assim, quando estes especialistas-cientistas se propunham a reformar, organizar, mesmo em nível superficial, a esperança que tinham era de que essa projeção externa, pública, cidadina, pudesse atingir e orientar os indivíduos. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 27)

Nessa perspectiva, acredita-se que as fontes exprimiam discursos semelhantes a esses mencionados por esses autores. As crônicas do jornal *Diário dos Campos* apresentavam essa cidade, supostamente moderna e progressista e defendiam que aqueles que não agiam de acordo com esses princípios precisavam ser educados, disciplinados ou mesmo afastados dessa cidade bela e culta que era Ponta Grossa.

As fotografias do *Álbum* divulgavam imagens de uma cidade bonita, limpa e que investia em obras que melhorariam ainda mais o espaço, como canalização de arroios, pavimentação das ruas e arborização das praças, representando uma cidade que não comportava o que não fosse compatível com ela, ou seja, o que era feio, sujo, o que cheirava mal.

As práticas de controle social aplicadas em muitas cidades do mundo vão de encontro ao que Michel Foucault (2009, p. 79-98) definiu dentro do contexto da implantação de uma medicina social, que visava, por meio do controle do corpo, estabelecer também um controle social. Para este autor, a preocupação com a higiene, o saneamento e com isso a prevenção das doenças do corpo, tem a intenção de exercer o controle sobre os corpos dos indivíduos,

discipliná-los e controlá-los. Essa medicina social, definida por ele, teria ainda a função de padronizar comportamentos de forma a racionalizar o espaço.

Importante ressaltar que o lugar social de onde se posicionam essas fontes define, portanto, seu discurso e suas práticas de poder. O poder público, no caso do *Álbum* e privado, no caso do jornal (embora esse sujeito a regras de mercado, como seus anunciantes), não ocupam o mesmo lugar do trabalhador da rua, do menor abandonado que circula pela cidade, do morador da periferia que não tem rua calçada e rede de água e esgoto em seu bairro.

A análise do discurso realizado pelas fontes se pautou em princípios apontados por Eni Orlandi (2009). A autora afirma que todas as formas de discurso precisam ser interpretadas não somente no aspecto da língua em si, mas enquanto produtores de significados. Ao pesquisador cabe “extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? [...] como este texto significa?” (ORLANDI, 2009, p. 17).

Dentro dessa proposta, procurou-se analisar as crônicas a partir da estratégia discursiva do jornal *Diários dos Campos*, uma vez que não havia autoria identificada, supondo-se assim que o lugar do qual se falava era então, o jornal, seus redatores, e obviamente, seu proprietário, José Hofmann. Além disso, buscando entender quais seriam seus possíveis leitores, uma vez que *o que se fala e como se fala*, depende de para *quem se fala*. Buscando essa interpretação discursiva, procuramos ir juntando os retalhos para formar a colcha que seria o resultado da pesquisa.



## 1. FONTES E O ENSINO DE HISTÓRIA

Todos compartilham da tese de que não existe historiador sem as fontes e mais que isso, seu trabalho depende da maneira com que dialoga com elas. Entretanto, cada vez mais se discute a importância da utilização das fontes também na área do ensino de história, pensando sobre quais e como o trabalho com elas possibilita uma melhor compreensão do passado histórico a que elas remetem.

Em seu texto sobre a utilização de documentos de arquivos escolares para desenvolver o exercício da pesquisa em sala de aula, Nádia Gonçalves (2012, p. 13-14) destaca que o uso de fontes históricas no ensino de história não é uma proposta totalmente nova, pois mesmo dentro da abordagem tradicional da história já se faziam presentes trechos de registros históricos em livros didáticos. O que sofreu mudança ao longo do tempo foi a concepção sobre o que pode ser considerada fonte histórica, sua utilização e formas de abordagem no trabalho desenvolvido entre professores e alunos no processo de construção do conhecimento histórico, já que há algumas décadas a função das fontes propostas nos livros era de fazer a ilustração e a confirmação do fato <sup>25</sup>.

Atualmente, a discussão sobre o uso das fontes no ensino de história ultrapassa os limites da ilustração ou da confirmação da narrativa escrita e passa pela discussão em torno da exploração do documento de forma a possibilitar ao aluno a oportunidade de ocupar papel de agente na construção do conhecimento e ser um aliado em seu processo de aprendizagem. Como bem coloca Flávia Caimi (2008, p. 141), o uso das fontes nas aulas

preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma.

Para que isso tudo aconteça é necessário que o uso dos documentos em sala seja acompanhado de planejamento e metodologia adequados, com domínio do conteúdo a ser abordado e conhecimento do tipo das fontes a serem utilizadas. Esse papel extremamente importante cabe ao professor, pois

O desafio é, tomando os documentos como fontes, entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor.

---

<sup>25</sup>Neste artigo a autora apresenta um roteiro de como proceder a análise de fontes em sala de aula, que pode ser utilizado na abordagem de diferentes documentos.

Assim, se nas pesquisas efetuadas pelo historiador o resultado depende das perguntas que se fazem às fontes, o trabalho em sala de aula feito a partir delas também depende dessas indagações. Embora a abordagem dos documentos em sala não siga os mesmos princípios da análise construída pelo historiador, pois o objetivo não é que os estudantes se transformem em historiadores, mas sim permitir que, por meio do contato e da análise das fontes o aluno desenvolva a curiosidade, a interpretação, a argumentação, a capacidade de relacionar diferentes tipos de discursos, como o imagético e textual ou oral, por exemplo. Sobretudo, que consigam perceber “de onde esses documentos falam”, ou seja, perceber em qual lugar social esses documentos foram produzidos e assim, refletir sobre o lugar social que ele próprio ocupa hoje, dentro de um processo contínuo de construção da história do qual participamos.

Muitas vezes os conceitos históricos são mais abstratos aos alunos e as fontes tornam, de certa forma, o conhecimento histórico mais palpável, mais fácil de compreender o conteúdo a ser trabalhado. Além disso, conhecem e experimentam o ofício do historiador e isso traz a realidade da pesquisa mais próxima deles, percebendo que as narrativas históricas não surgem de abstrações, mas são resultados de um ato de investigação.

Antes de usar qualquer documento em sala de aula, como lembra Bittencourt (2004, p. 330) o professor precisa ter claro os objetivos que deseja alcançar com sua proposta, deve conhecer o material, com atenção para a linguagem específica de cada um, e escolher documentos que sejam motivadores e não tragam obstáculos ao processo de compreensão do assunto. Dessa maneira, selecionar o material a ser utilizado constitui-se o primeiro quesito a ser observado pelo professor. Assim, pode-se afirmar que há um método que deve ser utilizado, por mais que adaptações possam ser feitas, o professor precisa usar de uma metodologia, com objetivos traçados para que sua prática pedagógica tenha bons resultados.

Nossa pesquisa se utilizou de dois tipos de fontes, a escrita-jornalística, e imagética-fotografias, estabelecendo um diálogo entre esses documentos, buscando elementos sobre como o discurso de modernidade e civilidade divulgados por eles se relacionavam e como ambos criaram determinadas representações sobre a cidade de Ponta Grossa na década de 1930.

## 1.1 AS FOTOGRAFIAS

Entendemos que a utilização das fotografias do espaço urbano de Ponta Grossa com os alunos pode configurar-se uma forma eficiente de despertar o interesse dos mesmos sobre o

tema, já que, por si só, as fotografias, sobretudo as antigas, em preto e branco, tendem a exercer um grande fascínio e curiosidade por parte deles.

A sociedade contemporânea vive mergulhada num mundo de forte apelo imagético. As mensagens decifradas pelas pessoas são muito mais visuais, imagéticas, do que escritas. A tecnologia de produção da fotografia deu um grande salto tecnológico. Cotidianamente se posa para *selfies*, tiradas a todo instante através de smartphones, muitas vezes, com excelente qualidade de imagens. Grande parte das pessoas com acesso a essa tecnologia gera inúmeras fotos e vídeos diariamente em seus celulares que, poderão ser compartilhadas em redes sociais, arquivadas ou descartadas a qualquer momento.

Vive-se na era do photoshop, em que sofisticados programas de computadores ou aplicativos permitem que as imagens sejam melhoradas, alteradas, distorcidas a fim de agradar seu receptor. Toda essa tecnologia fez com que caísse em desuso, nas gerações atuais, o ato de “revelar” ou imprimir as fotos. É muito mais comum que elas permaneçam arquivadas em meios digitais.

Por esse motivo, só o fato de uma criança ou um adolescente visualizar uma foto antiga e se possível, manusear uma foto sobre um suporte de papel, já se configura atualmente, uma novidade. Perceber, através dessas fotografias como foi representada a Ponta Grossa de um século atrás, a ocupação do espaço urbano, a vida social, econômica, cultural dessa cidade, constitui-se uma maneira privilegiada de aprendizado.

É bom frisar que a fotografia não deve ser usada somente como ilustração, complemento a um discurso narrativo, escrito. Nem tampouco como acessório da aula, como forma de fugir do convencional, simplesmente para uma aula “diferente”. É necessário ir além disso, e pensar como essa fonte é capaz de atuar no processo de construção de um conhecimento histórico significativo para esse aluno, processo esse mediado pelo professor. Assim, retomamos Gejão, que reforça:

se realizado um trabalho pedagógico planejado com fotografias, assim como outros suportes imagéticos, em sala de aula, que se assemelhe com o trabalho do historiador, que a tome como vetor para a investigação sobre a organização, funcionamento e transformações de uma sociedade e que leve em consideração os elementos constitutivos da imagem, seus dados técnicos, estéticos, seu contexto histórico de produção e consumo, sua participação nas relações sociais, que provocam efeitos, sustentam formas de sociabilidades e documentam as transformações na dimensão visual de uma sociedade, a fotografia pode confirmar seu status de fonte histórica e ferramenta pedagógica para a composição do conhecimento histórico escolar [...](GEJÃO, 2009, p. 265-6)

Nesse sentido, o uso de fotografias em sala de aula ainda faz pensar a respeito do processo de recepção das imagens, a partir do olhar dos alunos e sua atribuição de sentidos.

Há alguns elementos que precisam ser levados em conta pelo professor e que podem servir como guias ao trabalho desenvolvido em sala. São variantes que podem e devem ser observadas na análise fotográfica, pois formam um conjunto indissociável. Uma fotografia, para que possa ser compreendida de maneira ampla, deve ser pensada como resultado de vários elementos que a constituem e sem os quais ela não seria tal como é.

Dentre essas variáveis estão os **materiais e técnicas de elaboração**. A tecnologia da máquina fotográfica, o suporte e a técnica de produção da imagem, o tipo e tamanho de papel utilizados são determinantes para a configuração do material produzido. Esses elementos podem auxiliar, inclusive na compreensão de outro fator fundamental que é entender seu contexto de produção, que é uma questão que deve ser considerada ao utilizar essas imagens.

Ao discutir os elementos que compõem o processo de produção fotográfica, Boris Kossoy (2012, p. 88-89) dá um exemplo de como o formato/tamanho de determinada fotografia pode indicar o seu período de produção. É o caso do formato-padrão que se disseminou a partir da década de 1860, dos *carte-de-visite* e o *cabinet-portrait*<sup>26</sup> que se tratava de cartões usados para oferecer a amigos ou familiares como recordação, contendo ou não a assinatura e dedicatória feitas pelo retratado. A questão a levar em conta, nesse caso, é que esse documento não pode ser anterior a 1850, pois essa técnica só surgiu, segundo o autor, por volta de 1854, possibilitando ao historiador concluir, em caso de uma fotografia desse formato, mesmo que sem data, que sua produção não é anterior a esse período, o que permite afirmar que ter certo conhecimento sobre a história da fotografia e a evolução de suas técnicas é fator importante na pesquisa dessas imagens.

Ana Maria Mauad lembra ainda que é necessário refletir sobre o **contexto de produção** dessa fotografia e questionar-se sobre qual imagem se buscava registrar para a posteridade, que memória pretendia-se gravar e o que queria ser escondido, silenciado na produção fotográfica. Para ela

a fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sígnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem. (MAUAD, 1996, p. 79)

<sup>26</sup>Segundo Kossoy (2012, p. 88) a *carte-de-visite* era uma fotografia copiada em papel e colada sobre cartão rígido no formato de um cartão de visitas convencional. Foi introduzida na França na década de 1850 e teve grande receptividade. No seu verso, poderia conter a publicidade dos estabelecimentos, com nomes de proprietários, endereço ou alguma outra referência. Já o retrato no formato *cabinet*, chamado também de *cabinet-portrait*, tinha dimensões 17x11 e começou a ser utilizado em estúdios na década de 1860, mas teve seu auge em 1880. O cartão suporte era um pouco maior que do *carte-de-visite*, permitindo que em sua parte inferior fosse colocada a logomarca do estabelecimento, além de uma imagem com melhor resultado. Também foram comercializados com retratos de celebridades em locais como estúdios fotográficos, livrarias.

Ainda pensando o elemento contextual, é preciso lembrar do **fotógrafo-autor** da imagem produzida. Se não foi um fotógrafo amador, é relevante conhecer sua trajetória profissional, avaliar o conjunto de materiais que produziu, levantar o máximo de informações possíveis sobre o seu trabalho e para quem trabalhou. Uma fotografia feita sob encomenda não tem as mesmas características de outra produzida por diletantismo, por exemplo, mas ainda que se trate de amadores também é pertinente pensar sobre as práticas e experiências, por mais que pequenas, que possuía sobre fotografia.

Não se pode esquecer de questionar-se sobre o **objeto fotografado (quem ou o que)** cuja imagem está explícita na fotografia, aquela realidade que está estampada na imagem quando lhe dirigimos o olhar, ao que Roland Barthes (1984, p.14) denomina *referente*, que seria intrínseco à foto e que, segundo ele, se trata de algo de que a fotografia jamais se distingue.

É fundamental, portanto, ir além desse olhar, fazer perguntas para o que está representado na imagem e buscar respostas sobre quem, o que e **porquê foi fotografado**; por que motivos se priorizou determinado ângulo ou personagem de uma determinada paisagem; quais técnicas foram utilizadas que permitiram que essa imagem se tornasse o que é. Kossoy (2008, p. 41, grifo do autor) sintetiza as colocações acima, afirmando que:

Três elementos são essenciais para a realização de uma fotografia: o *assunto*, o *fotógrafo* e a *tecnologia*. São estes *elementos constitutivos* que lhe deram origem através de um *processo*, de um ciclo que se completou no momento em que o objeto teve sua imagem cristalizada num preciso e definido *espaço e tempo*, suas coordenadas de situação.

Não bastasse, faz-se necessário também discutir sobre os **leitores** dessas imagens, indagando-se sobre como eles as interpretaram no momento em que foram produzidas e como nós a interpretamos na atualidade, que formam um conjunto de produção de sentidos o qual o pesquisador não pode ignorar. Sobre isso, Gejão (2009, p. 259) coloca que:

além da preocupação com o processo de produção, circulação e recepção de imagens, mais significativo é entendê-las como elementos que participam das relações sociais. Neste sentido, o foco recai também sobre a ‘ação das imagens’, os efeitos provocados, a produção e a sustentação de formas de sociabilidade, a legitimação de propostas de organização e atuação de poder. Assim se completaria o circuito social da imagem (produção, circulação, apropriação e ação).

É fundamental reconhecer, entretanto, que contemplar os elementos que compõem todo esse processo citado pela autora não é tarefa fácil e em muitos casos não se torna possível. Muitos deles “se perdem no caminho” do documento ou da pesquisa, seja por falhas na produção e preservação das fotos, como, por exemplo, a falta de legenda e datação, ou a

má conservação do material a ser analisado. Mais ainda, por que não é possível atingir, por exemplo, uma conclusão sobre a receptividade de uma determinada imagem.

Toda fotografia carrega em si variados elementos, entre eles o artístico, o que a torna muito subjetiva, evoca diferentes memórias, lembranças, sentidos, que não são atingíveis pelo pesquisador. É preciso lembrar que não se pode voltar ao passado e nem tomar de empréstimo os olhos daqueles que contemplaram as imagens ao longo do tempo, desde que foram impressas no suporte fotográfico até o momento atual, em que o historiador deita seu próprio olhar sobre ele. Cada sujeito que olhou a imagem, uma única vez ou por diversas vezes, eventualmente, a viu de forma diferente, pois que seu olhar era só seu, movido por interesses diversos, que podem ter sofrido alterações ao longo do tempo.

Esses “problemas”, entretanto, não diminuem a riqueza da fonte. Ao contrário, possibilita que o pesquisador “jogue” com essa subjetividade, aproveitando essa especificidade que a fonte lhe oferece para problematizar aspectos que talvez não fossem acessíveis com outro tipo de documento.

Alguns apontamentos importantes são feitos por Ana Maria Mauad quando fala do trato a ser dado às fotografias, chamando a atenção para a necessidade da abordagem interdisciplinar, com a busca de outras áreas do conhecimento a fim de compreender melhor o objeto selecionado, e para o rigor na análise das imagens, a fim de não cair nas armadilhas que a fonte visual apresenta. Deve-se atentar a todos os elementos constitutivos do processo de criação, já que:

as fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença, num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática ser estudada. Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas. (MAUAD, 1996, p.82)

E essas perguntas podem ser infinitas, os problemas precisam ser levantados e o objeto ser construído, dentro de inúmeras temáticas e perspectivas. Questionar a fonte incansavelmente, até encontrar possíveis respostas que dêem conta de nossa problemática de pesquisa.

No tratamento da fotografia é necessário lembrar que ela se trata de um instrumento que faz uma representação do real. Não é a realidade que se expressa no papel fotográfico, mas uma fração do que foi real, em um tempo passado que não pode mais ser alcançado, mas

que está cristalizado na fotografia. Porém, essa fração de realidade, embora pareça ao leitor que é real, já que está ali, diante dos seus olhos, é fruto de uma construção que envolve o momento, o fotógrafo e a técnica responsável pela elaboração da imagem.

Assim, importa não só *o que* foi fotografado, mas também *como* ficou representado, pois isso reflete os objetivos que tinha quando a fotografia foi produzida, as técnicas utilizadas e a função que se deu a essa imagem ao longo do tempo. Toda fotografia representa um determinado objeto, pessoa ou paisagem, que está ausente, mas que se faz presente por meio dela. Nesse sentido, Figueiredo (2008, p.37) lembra que

a fotografia é sumamente um objeto de representação, que traz em si outras representações. Fotografias como imagem são representação: são historicamente produzidas, historicamente fruídas e compreendidas, historicamente articuladas com sentidos construídos ao longo dos embates sociais. Dessa forma, entendê-las em suas mensagens é testemunhar a favor ou contra um tempo que, muitas vezes, não é cronológico, mas atualizado pelas representações que perpassam os discursos e as práticas na busca de novas leituras e sentidos.

A construção desses sentidos deve ser feita pela análise das imagens juntamente com os alunos, já que as fotografias presentes no *Álbum de Ponta Grossa* podem fornecer informações sobre como se construíram representações do espaço urbano da cidade na década de 1930. Para a abordagem das imagens, foram utilizados referenciais como Boris Kossoy (2012) que auxiliou significativamente na análise das fotografias. O autor alerta para a importância de fazer um levantamento do material de acordo com a temática escolhida, buscando o maior número de informações possíveis sobre o contexto de produção, as técnicas utilizadas, a autoria da fotografia e o máximo de informações a seu respeito, pois todo o conjunto de informações ajuda a entender como o documento se transformou naquilo que está agora ali, ao alcance do pesquisador.

Ainda Maria Eliza Linhares Borges (2011), que também discute os cuidados e as muitas variáveis a serem observadas pelo historiador ao usar da fotografia, como o contexto, técnica e fotógrafo, destacando ainda que a necessidade do cruzamento das informações com outras fontes, para possibilitar a compreensão sobre a produção de uma determinada imagem. Por isso a proposta da pesquisa em estabelecer o diálogo com diferentes fontes, como os documentos textuais.

## 1.2 JORNAIS

Assim como no caso da fotografia, os alunos hoje não compartilham do hábito da leitura de jornais impressos, já que eles quase caíram em desuso com as novas formas de

acesso e leitura das notícias como a internet, em computadores ou celulares e os jornais televisivos são formas muito usadas de acessar as notícias sem a leitura de um texto escrito em papel. Por isso a possibilidade do uso do texto jornalístico escrito, em formato de jornal<sup>27</sup> leva o aluno a se interessar por ele, pois se trata de uma linguagem diferenciada da que ele está acostumado.

Circe Bitencourt (2004, p. 335) coloca que

As possibilidades de se utilizar jornais como fontes históricas são múltiplas: a análise do conteúdo das notícias (políticas, econômicas, culturais, etc.), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias, etc., e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outros.

Ou seja, há um leque de possibilidades a serem abordadas a partir da fonte jornalística, uma série de temas que o professor pode instigar seus alunos a pesquisarem, sobre diferentes momentos da história. Além do conteúdo impresso no jornal em si - uma notícia, um anúncio publicitário, uma crônica, por exemplo, é possível discutir outros elementos que envolvem sua produção e o contexto em que foi produzido, como questionar-se sobre as funções do jornal, a que público ele atendia, com quais interesses, levando esse aluno a perceber que enquanto fonte histórica, esse jornal é fruto de uma construção da sociedade em que esteve presente, e isso permite que ele desenvolva uma noção de temporalidade histórica.

O jornal leva à aproximação do cotidiano da sociedade em que circulou. De forma mais palpável, permite entender um momento histórico diferente daquele que o aluno/pesquisador se encontra. Como salienta Chaves (2011, p. 193),

As informações contidas num jornal desgastado pelo tempo são capazes de revelar uma série de características de determinados contextos históricos, sobre os quais esse mesmo jornal certamente atuou. Para tanto, é necessário entender a imprensa e o jornalismo como práticas sociais e instrumentos capazes de transmitir valores e ideias, interferindo na composição de modos de viver e de pensar.

Não se pode esquecer de intermediar o processo de pesquisa de forma a levar o aluno a refletir sobre o posicionamento que o jornal assume diante das notícias, percebendo assim que aquele discurso não é neutro, imparcial, mas carregado de intencionalidade, de uma certa visão a respeito de um determinado acontecimento ou sobre uma série de questões que perpassam diariamente a cidade em que esse jornal circula. Mais que um transmissor de notícias, ele atua como um formador de opinião construindo imaginários e determinadas memórias a respeito de um fato, de uma personalidade, de uma instituição ou de uma cidade, construindo assim determinadas representações sociais.

---

<sup>27</sup>Aqui, destaca-se que esse trabalho pode ser feito através de imagens projetadas ou impressas, já que, por questões de guarda e conservação, muitos jornais não podem ser disponibilizados em seu formato original.



Nesse sentido, o trabalho com as crônicas do jornal *Diário dos Campos* possibilita aos alunos conhecerem uma série de elementos do dia a dia de Ponta Grossa da década de 1930 como, por exemplo, aspectos do poder político presente na cidade; os problemas inerentes à urbanização e vividos pela população, como a falta de saneamento e pavimentação de ruas; o discurso de modernidade expresso nos textos e que buscava construir um determinado modelo de cidadão que atendesse às necessidades dessa nova cidade que se buscava construir.

Tal qual a fotografia, atualmente o jornal é reconhecidamente uma fonte perfeitamente aceita pela historiografia como um instrumento capaz de aproximar o historiador de um determinado contexto e abordar diferentes temáticas para a produção do conhecimento histórico. Ele permite ao pesquisador buscar, por meio de diferentes temas possíveis de se abordar a partir de um jornal, as diversas representações que seu discurso emitiu sobre e para uma determinada sociedade.

O trabalho com essa fonte exige também alguns cuidados teórico-metodológicos a serem tomados. Os periódicos analisados necessitam ser historicizados, desde suas condições de edição, passando pela questão técnica de impressão, até chegar ao seu potencial leitor. Todos esses elementos foram fundamentais para que o jornal tenha se tornado o que foi um dia, para agora estar aqui, diante do pesquisador para ser analisado.

Renée Barata Zicman (2012, p. 89-90), salienta que assim como “a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas”, também é necessário entender que:

na Imprensa a apresentação de notícias não é mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas ao contrário denotam as atitudes próprias da cada veículo de informação, todo jornal organiza os acontecimentos e informações seguindo seu próprio ‘filtro’. (ZICMAN, 2012, p. 89-90)

A utilização das crônicas do jornal para o estudo da Ponta Grossa dos anos de 1930 pretende melhor compreender assim, de que “filtros”, dos quais a autora se refere, o jornal se utilizou ao publicar uma série de crônicas apontando situações que destoavam do modelo de cidade moderna. Quais interesses o jornal tinha quando fez as publicações?

Não se pode esquecer que o jornal é um veículo de comunicação que se dirige a apenas algumas classes, o que já reflete uma situação de poder, e isso implica também pensar sobre quem é seu público, que dimensões essas publicações alcançam no sentido de saber quem são os leitores a quem pretendem alcançar.

O jornal, como qualquer outra fonte escolhida, está longe de apresentar um discurso neutro, isento de interesses. Tania Regina De Luca (2008, p. 139) lembra que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de se chegar até o público”. Além do mais “o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso **dar conta das motivações que levaram a dar publicidade a alguma coisa**” (DE LUCA, 2008, p.140, grifo do autor). Logo, deve estar entre as muitas questões que permeiam a análise do jornal, a preocupação com essas variantes, tentando entender o contexto em que se inseria e a que interesses atendia, inclusive porque é preciso considerar a dimensão comercial do jornal.

O recorte cronológico tratado é a década de 1930, fase em que a imprensa escrita ocupava lugar de destaque, em parte pela ausência do jornalismo televisivo naquele momento. Assim, acredita-se que por todas essas particularidades que envolvem a produção jornalística é que, naquele momento, o *Diário dos Campos* atuou em Ponta Grossa como um instrumento capaz de influenciar nessa formação de opiniões, ditando padrões de comportamentos, senão para todas as classes, ao menos para seus muitos leitores.

Não se pode ignorar também o fato de que, como todo jornal reproduz, implícita ou explicitamente, em seu discurso um determinado posicionamento político, que varia de acordo com os interesses que ele pretende atender, o *Diário dos Campos* também tinha um determinado posicionamento. Como lembra Bezerril,

Assim, é necessário saber a história dos próprios jornais, as posições políticas de seus donos, a linha editorial adotada, o perfil dos patrocinadores e a que grupos políticos e econômicos estão vinculados antes de elegê-los como objetos de pesquisa. Devemos lembrar que os jornais antes de se constituir em objeto de pesquisa, refletem, no desenvolvimento de sua própria história, toda uma transformação tecnológica e sócio-cultural. Além disso, os impressos são instrumentos dotados de ideologias, e por estarem em constante dinamismo com as esferas políticas e sociais fazem do jornalismo um agente ativo na configuração dos rumos tomados pela sociedade. (BEZERRIL, 2011, p. 06)

O jornalismo assim faz parte de um mercado. Além de informar o leitor ele é um negócio, algo que “precisa dar lucro” e, portanto, tem um caráter empresarial.

Todas essas especificidades permitem avaliar a fonte jornalística, não como testemunha dos fatos verdadeiros ou contendo uma verdade, mas sim, como um instrumento que, por meio de um discurso específico, estabeleceu representações de um determinado momento. Ou seja, há muitas variáveis a serem consideradas durante a pesquisa e que não podem ser negligenciadas. Todavia, para o historiador/professor mora aí o sentido do trabalho, o rigor da pesquisa e o prazer do resultado.

## 2. A CIDADE MODERNA E CIVILIZADA IDEALIZADA NAS FONTES

Desde os primeiros anos do século XX a cidade de Ponta Grossa passou por um significativo processo de urbanização e modernização, a exemplo de tantas outras cidades do Brasil, grande parte, inspirados em modelos europeus. São várias narrativas que relatam e discutem esse processo que ocorreu na cidade, embalado, dentre outros fatores, pela chegada da ferrovia, em 1893, como ponto final da Estrada de Ferro do Paraná e em 1896 com a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Outro fator foi o crescimento populacional, influenciado, sobretudo pela vinda da própria ferrovia e pela chegada de imigrantes das mais diferentes origens que se instalaram na região desde fins do século XIX.

A partir daí a cidade passaria por mudanças em seus aspectos urbano, econômico, industrial, mantendo-se na posição de segunda maior cidade do Paraná, perdendo somente para a capital, Curitiba. Esse processo de desenvolvimento teria se estendido desde o início do século XX, pelas décadas seguintes. Na década de 1930 a cidade havia expandido significativamente suas áreas de ocupação para áreas mais afastadas do centro, várias indústrias e casas de comércio, refletindo em sensíveis mudanças em sua configuração urbana.

Com essas alterações em curso, surgiu a necessidade de aplicação de maiores recursos em infraestrutura para atender as demandas de uma cidade que ganhava cada vez mais habitantes. Paralelo a essas mudanças de ordem física e estrutural, havia por parte dos grupos que ocupavam o poder, a intenção de promover um ordenamento do espaço urbano e dos comportamentos da população, pregando a prática de novos hábitos, compatíveis com os padrões que chamavam de moderno e civilizado.

Dentro da proposta de busca por elementos que destoassem do ideal de modernidade e civilidade almejados naquele momento, utilizamos as crônicas *Problemas citadinos* – um conjunto de 50 crônicas publicadas pelo Jornal *Diário dos Campos*, entre os meses de outubro de 1937 e março de 1938, que não tinham autoria identificada. Esses textos apontavam para alguns inconvenientes, que segundo o autor, eram percebidos no cotidiano da cidade de Ponta Grossa, contrariando, portanto, um discurso que a apontava como moderna e civilizada.

Dessa maneira seria possível abordar outros aspectos da cidade, que alguns discursos podem ter tentado ocultar - o lado da pobreza, da marginalidade, da mendicância, da criminalidade, da falta de saneamento básico e pavimentação, dos costumes e práticas que não condiziam com a proposta de cidade pretendida e anunciada inclusive nas páginas do próprio jornal.

Para compreender melhor qual o posicionamento manifestado pelo poder público com relação ao processo de urbanização da cidade, revelando o olhar das autoridades, o olhar “oficial”, que comumente busca silenciar conflitos e transmitir a ideia da harmonia, do trabalho do poder público para o bem de todos, visando o progresso e a ordem. Assim foi adotada uma publicação realizada durante a gestão do prefeito Albary Guimarães – o *Álbum de Ponta Grossa de 1936*<sup>28</sup>, que divulgava por meio de vários textos informativos e imagens, a situação em que se encontrava a cidade, em diferentes aspectos, como a economia, política, educação, saúde, dentre outros. Essa escolha pretendia assim, usar das fotografias impressas no *Álbum* para estabelecer o diálogo desejado com as crônicas do jornal.

Ao estudar os Álbuns da cidade de Porto Alegre das décadas de 1920 e 1930, Zita Possamai (2005, p. 111) destacou que “os álbuns fotográficos apresentam uma riqueza de informações a serem analisadas e, mais que isso, permitem a leitura de uma determinada narrativa, tecida a partir da lógica de ordenação das imagens fotográficas no seu interior.” Os álbuns, assim buscariam um tipo de síntese da cidade, construindo uma narrativa que repassasse o ideal de ordem, beleza, progresso, buscando a formação de uma memória de modernidade sobre a urbe.

É possível perceber, assim, que esse modelo era entendido como o melhor para a cidade, a partir do olhar das elites, que buscavam implantar o referencial de desenvolvimento urbano criado na Europa, sobretudo a partir de meados do século XIX e que já vinha sendo adotado em várias cidades brasileiras desde os últimos anos daquele século, e se pretendia adotar também em Ponta Grossa.

Assim, como esses diferentes documentos procuraram representar a cidade e a sociedade ponta-grossense? Qual a cidade que o discurso governamental procurou “construir”? O que era necessário disciplinar, normatizar? Em que medida esse ideal contemplava as diferentes camadas sociais presentes nessa cidade? Como essas diferentes camadas eram vistas?

O historiador José Roberto do Amaral Lapa (2008a, p 27), ao discutir o processo de urbanização da cidade de Campinas, em fins do século XIX, destaca que: “o poder investe nesse processo de normatização da vida urbana, procurando introduzir padrões e comportamentos que implicam numa racionalidade individual e coletiva”. Se fosse possível aplicar esse preceito ao caso de Ponta Grossa, quem estava fora desses padrões? Quem devia adequar-se ao comportamento pretendido? Que conflitos se geraram a partir disso?

---

<sup>28</sup> A partir daqui, optei, na maioria do texto, por utilizar a denominação somente de *Álbum*.

São inquietações que a pesquisa despertou e que, por meio da análise e do diálogo entre os diferentes documentos, busquei compreender e relacionar as narrativas que se produziram sobre a cidade, tentando encontrar em que medida se fez presente o discurso de modernidade, de progresso e como esses documentos representaram visões e versões consoantes e/ou destoantes a respeito desse processo, já que se entende que esse fenômeno atingiu de maneira variada os diferentes sujeitos na cidade.

A publicação do conjunto de crônicas teve início numa quarta-feira, 27 de outubro de 1937, e durante determinado período, foi veiculada diariamente, por vezes trazendo temáticas novas, e outras repetindo alguns temas que acabavam sendo reforçados. A última crônica da série foi em 27 de março de 1938, sem numeração, mas completou um conjunto de 50 publicadas.

Na primeira delas, os objetivos pretendidos foram anunciados como uma forma que o jornal encontrou para auxiliar o poder público e a população ponta-grossense na resolução de alguns problemas que vinham sendo observados e que acharam por bem noticiar. A partir daquela data, diariamente seriam publicadas novas crônicas, com temas que julgassem pertinentes. O texto destacava que:

A população pontagrossense que deseja ser das mais cultas não pode ficar indiferente ao apelo que lhe vamos fazer, por estas colunas, como sentinelas que nos julgamos [do pro] gresso de Ponta Grossa.

Assim, pedimos a benévola atenção dos nossos leitores para os comentários que iremos fazer diariamente, com esse mesmo título, abordando todos os problemas da cidade e indicando a maneira pela q[...] o nosso laborioso povo poderá, de forma eficiente, colaborar com a Municipalidade. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 out. 1937, p. 1. Problemas citadinos 1).

Durante todo o decorrer das publicações esse discurso se repetiu, afirmando que a população devia colaborar com o poder público para que os problemas fossem solucionados e a cidade pudesse crescer e civilizar-se. Nos textos, nota-se que o jornal chamava para si a responsabilidade de zelar pelas coisas que diziam respeito à região, se autointitulando sentinela do progresso da cidade.

Para refletirmos sobre o “lugar social” de onde falava o jornal, é importante retomar de forma sucinta o caminho percorrido por este órgão de imprensa, desde sua fundação até a década de 1930, quando as crônicas foram publicadas.

É possível afirmar que a tarefa de falar sobre o jornal *Diário dos Campos* confunde-se com a tarefa de falar da imprensa em Ponta Grossa. O periódico teve um longo tempo de circulação, funcionando de 1907 até 1990, quando sofreu uma interrupção, retornando a partir de 1999, até os dias atuais. O *Diário dos Campos* não tenha sido o primeiro jornal criado em Ponta Grossa, já que desde o fim do século XIX e nos primeiros anos do século XX, de

acordo com Chaves (2001, p. 34), a cidade teve outros jornais, porém, circularam por períodos breves, pertenciam a diferentes orientações, representando grupos variados. O periódico foi fundado sob o título de *O Progresso*, por Jacob Holzmann, maestro da Banda Lyra dos Campos e se destacaria como o mais importante meio de comunicação impressa na cidade, mesmo com as grandes dificuldades financeiras com as quais conviveu durante muitos anos, passando pelas mãos de diferentes proprietários, diretores e editores.

José “Juca” Hoffmann adquiriu o *Diário dos Campos* em 1931 e além de proprietário, se tornou o principal cronista do periódico. Segundo Chaves (2001, p. 38), Hoffmann, ao comandar o jornal nos anos de 1930, “sempre utilizou um discurso segundo o qual o jornal se apresentava invariavelmente como o porta-voz da verdade e de [que] não se submetia a pressões políticas ou econômicas.” Sobre isso, é necessário lembrar que, apesar dessa afirmação ser corrente dentro dos meios jornalísticos tanto no passado quanto atualmente, sabe-se que a imprensa é influenciada por questões de ordem econômica, política, ideológica, por exemplo.

Ao longo de todos os anos que esteve à frente do jornal, Hoffmann procurou manter um posicionamento amistoso em relação ao conjunto social, pois, apesar de significativo crescimento populacional e urbano, a cidade ainda era relativamente pequena e era interessante manter boas relações com diferentes moradores, sem criar atritos e inimizades (CHAVES, 2001, p. 53-54).

Hoffmann, na condição de proprietário e principal redator do periódico, precisava zelar pelas boas relações com a população e, sobretudo, com a classe política ponta-grossense. Essa posição é muito clara quando se percorre as páginas do jornal, mesmo que numa leitura menos atenta, por uma pessoa sem comprometimento com uma análise jornalística ou historiográfica, por exemplo. É fácil perceber como as matérias citam o prefeito da cidade ou autoridades políticas estaduais e federais, fazendo nítidos elogios e exaltando as obras supostamente realizadas por eles, demonstrando clara afinidade com a classe política que esteve no poder na época.

Durante a década de 1930, o *Diário dos Campos* atuou de maneira a divulgar as transformações pelas quais a cidade passava no aspecto urbano, comercial, industrial, cultural, não raro enfatizando como ímpar e sem precedentes esse momento de crescimento e modernização da cidade.

Não se pode negar o desenvolvimento pelo qual a cidade passou nesse período, embora desde o início do século já se veiculasse a ideia de que a cidade crescia, prosperava e se modernizava, sobretudo a partir da chegada da ferrovia e dos imigrantes europeus que para

cá vieram. Assim, esse discurso não se constituía exatamente uma novidade na década de 1930, pois já se fazia presente em outros momentos da história da cidade, no mesmo jornal. As crônicas publicadas no *Diário dos Campos* entre 1937 e 1938, portanto, divulgavam a ordem, a civilidade e o progresso na qual, segundo o cronista, Ponta Grossa estava inserida.

Informações do Censo de 1940 dão conta de que o número de habitantes do meio urbano cresceu significativamente nesse período, afirmando que a população urbana pontagrossense economicamente ativa era de 74,5%, enquanto o censo de 1920 indicava que 40,3% dessa população vivia na cidade. Essas pessoas estavam ligadas a diferentes atividades desenvolvidas na cidade, na área do comércio, indústria e serviços. (CHAVES, 2011, p. 18)

Esses números refletiam o crescimento urbano e populacional de Ponta Grossa, que teria sido influenciado ainda pela ferrovia, que fez da cidade o maior entroncamento ferroviário do sul do país, transportando mercadorias e passageiros, e junto com eles, informações sobre o que acontecia no resto do país e do mundo, fortalecendo também a economia. Esses fatores combinados permitem dizer que a cidade viveu momentos de crescimento também nessa década.

Por outro lado, a busca por esse ideal de cidade/nação moderna, progressista, ordeira estava há muito presente no vocabulário de diversos grupos no Brasil, incluindo médicos, intelectuais, poder público e uma parcela da população, sobretudo burguesa. Essa visão refletia em práticas promovidas a fim de higienizar e embelezar as cidades brasileiras, sobretudo os grandes centros, com a convicção de que esse era o caminho para o progresso que tanto almejavam. No entendimento desses grupos, fazer o Brasil progredir significava torná-lo semelhante às grandes cidades europeias, sobretudo Paris, considerada, naquele momento, o melhor modelo de civilização.

Enquanto em vários lugares do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, um grande processo de remodelamento e reformas do centro da cidade ocorreu já nos fins do século XIX e início do século XX, em Ponta Grossa e em outras tantas cidades do interior, esse fenômeno ocorreu mais tardiamente. Durante as décadas de 1930 e 1940 coincidindo, portanto, com a gestão do prefeito Albary Guimarães e o *Diário dos Campos* noticiou em vários momentos essas obras, colocando a cidade como um lugar bom, bonito e moderno. No artigo intitulado *Sejam bemvindos! Ponta Grossa, cidade ideal para nela se morar*, isso se evidencia:

Ponta Grossa é cidade que, pela sua situação, pela sua altitude, goza de raros privilégios sobre outras tantas localidades não só do Estado como do país. Clima ameno, fáceis meios de comunicação com os grandes centros e com o “interland”, excelentes estabelecimentos de ensino, um dos quais de vasto renome – o Ginásio Regente Feijó; vida relativamente barata; bons centros de diversões; magníficas sociedades recreativas; admirável ordem pública; povo lhano e hospitaleiro, corpo

médico razoável; centro ferroviário e comercial de grande importância; estabelecimentos hospitalares que rivalizam com os das grandes capitais; higiene e limpeza pública impecável; calçamento em quase todas as ruas; estas e outras qualidades de grande importância e admirada por todos quantos a conhecem (DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de fev. de 1937 apud CHAVES, 2001, p. 21)

Eram tantos elogios dedicados à cidade que o texto gera desconfianças até mesmo ao leitor mais desavisado. Já ao olhar mais apurado, desperta alguns questionamentos sobre possíveis contradições e conflitos que poderiam existir nessa “cidade maravilhosa” e que não foram expostos aqui. Em outro trecho a mesma matéria completava:

[...] E como esses muitos outros homens laboriosos têm escolhido Ponta Grossa, sobre outras tantas cidades e até mesmo sobre a capital, para fixar suas novas residências. Esse fato, que registramos com inteiro agrado, é, sem dúvida, índice eloquente de nosso progresso – progresso que toma vulto dia a dia com o trabalho do ordeiro povo de nossa terra e com a cooperação de cidadãos prestantes que se vêm integrar na sociedade pontagrossense.

O texto, claramente, enumerava várias pretensas qualidades da cidade que, por esse motivo, recebia novos moradores, dispostos a aqui viver com suas famílias, atraídos, certamente, por todos esses aspectos levantados que unem tanto características físicas da cidade, como o clima, como questões de desenvolvimento urbano, comercial e cultural, com boas escolas, serviços de saúde, clubes para diversão, enfim, a cidade ideal para se morar.

No trecho citado, ficava evidente que a posição escolhida pelo jornal não era de crítica aos poderes públicos, uma vez que não apontava possíveis dificuldades vividas pela população, tampouco apontava falhas nos serviços públicos ofertados. O contrário disso exaltava a qualidade das instituições educacionais e de saúde, assim como reforça a presença da ordem pública, que, segundo demonstrava o discurso, fazia dela moderna, progressista e mesmo idílica.

É fundamental destacar também que nesse período o *Diário dos Campos* era o maior órgão de imprensa na cidade e os documentos oficiais eram publicados em suas páginas. Assim, o poder Municipal era um dos seus principais clientes, o que não pode ser desconsiderado ao analisarmos a posição política assumida pelo jornal.

Dessa maneira, é possível afirmar que a maneira como Hoffman e seu jornal tendiam a se posicionar diante dos acontecimentos vivenciados pela cidade naquele momento, dependiam de algumas variáveis como as citadas acima. Seria ingenuidade pensar que o jornal usava esse discurso apenas por concordar que a cidade era tão formidável assim. Aliás, Pontes e Gadini (2005, p. 7), ao fazer um apanhado sobre a imprensa na cidade, destacam que “Os jornais de Ponta Grossa, até a década de 1940, não separam o posicionamento político de



seus diretores do conteúdo da notícia”, lembrando-nos assim da profunda ligação entre as notícias do jornal e os políticos que exerciam o poder naquele momento.

Porém, constitui tarefa complexa rastrear os efeitos do discurso jornalístico sobre seus leitores, uma vez que, isso implica considerar uma série de variantes contidas no ato de ler, dentre elas as individualidades de cada um desses leitores. Dentro da concepção dos estudos da história cultural, Chartier (2002, p. 25) afirma que:

Os textos não são depositados nos objectos, manuscritos ou impressos, que o suportam como em receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole. Considerar a leitura como algo concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais – chamemos-lhes ‘tipográficos’ no caso dos textos impressos – que são os seus.

A intenção não foi aprofundar-se no aspecto da circulação social do discurso, entretanto, convém refletir sobre a uma questão premente: a quem o texto das crônicas se dirigia? Quais eram os possíveis leitores do *Diário dos Campos*? Esse questionamento interessa para refletir sobre o teor e a forma de divulgação, por exemplo, dos ideais de modernidade e progresso por parte do jornal.

Considerando que esse periódico era o único órgão de imprensa escrita durante esse período na cidade, se pode avaliar que tinha um grande alcance entre a sociedade. Entretanto, sobre isso é preciso salientar: uma parcela da sociedade que fosse letrada e que dispusesse de condições financeiras para fazer a assinatura do periódico. Levando isso em conta, podemos pensar sobre para quem o discurso se dirigia e relativizar seu alcance.

Assim, quando as crônicas eram escritas, seu autor tinha em mente um público específico a quem ele se dirigia, ou ao menos fazia ideia de quem se tratava. Portanto, era pensando nesse leitor específico que seu discurso se constituía.

Nesse sentido, para compreender melhor o posicionamento jornalístico presente no *Diário dos Campos* faz-se necessário entender de onde esse discurso partia, ou melhor, qual o lugar social que o jornal ocupava. Para tanto, é relevante pensar sobre quem foi José Hoffman.

Filho de imigrantes russo alemães que chegaram ao Brasil no final do século XIX, “Juca”, como era também chamado, nasceu em Ponta Grossa em 1904 e estudou em colégios da cidade e de São Paulo. Os pais foram prósperos comerciantes e tinham estabelecimentos no centro da cidade, a *Casa Hoffman* em que vendiam artigos como tecidos e vestuário, e outra loja atacadista, anexa àquela.

Juca Hoffman, além de proprietário e diretor, também escrevia grande parte dos artigos do periódico, nos quais tratava de variados assuntos como religião, política, economia, filosofia, em nível nacional e estadual, mas, sobretudo dando destaque para a realidade local, se posicionando sobre assuntos do cotidiano da cidade. Pode-se dizer que ele soube aproveitar as condições de um meio de comunicação para se projetar como uma figura conhecida, respeitada e influente nos meios sociais e políticos locais, se permitindo emitir opiniões sobre assuntos que envolviam os diversos segmentos da vida ponta-grossense.

Alguns anos depois, Juca ocupou cargos políticos na cidade. Tornou-se vereador em 1947, deputado em 1950 e prefeito de 1955 a 1958 e entre 1962 e 1965, tendo sido membro do PTB durante quase toda a carreira política.

Como todos os tipos de relação costumam ter momentos de conflito, por seu posicionamento ativo nos assuntos da cidade, também sofreu oposição de uma parcela da elite social e econômica local, insatisfeita com sua atuação. Chaves (2001, p. 54) destaca que em seus discursos Hoffman deixou transparecer a existência de tensões e contradições na sociedade local. Tensões que se originavam exatamente na diversidade dos grupos sociais, cada qual buscando ampliar seus espaços no imaginário coletivo ponta-grossense.

Assim, é possível afirmar que o personagem Juca Hoffman e seu jornal procuraram construir determinadas visões, ou representações sobre Ponta Grossa, que não se enquadram numa suposta neutralidade defendida por eles, mas, ao contrário, assumiram determinadas posições e influências sobre seus leitores e a sociedade em que estavam inseridos.

Em vários momentos o discurso do jornal apontava para o que chamava de valoroso trabalho realizado pelo poder público municipal na tentativa de implantar diversas melhorias, sobretudo, na área urbana da cidade. Entretanto, em determinados momentos o jornal usou de sua voz para apontar alguns dos problemas enfrentados pela população ponta-grossense, sugerindo inclusive possíveis soluções e melhorias a fazer para tornar a cidade um lugar ainda melhor para se viver.

Essas colocações tendiam a ser feitas em tom suave, de forma a não se indispor com as autoridades e com a população de forma geral, dirigindo-se sempre a alguns indivíduos, sem citação de nomes, ao mesmo tempo em que clamava a população a exercer seu papel no projeto de modernidade encampado pelo poder público, que precisava do engajamento dos “bons cidadãos ponta-grossenses”. Os *Problemas citadinos* eram apresentados, portanto, com um tom de denúncia, mas ao mesmo tempo, com a proposta de ajudar a cidade nesse processo de “se civilizar”, para torná-la cada vez mais progressista e moderna.

As crônicas foram publicadas por vários dias sem intervalos, com exceção das segundas feiras em que o jornal não circulava. Depois de certo tempo, as publicações tiveram algumas interrupções, sendo que a última só saiu meses depois das que a antecederam.

Costumavam sair em primeira página, salvo algumas exceções. Uma destas, a primeira, foi em 11 de novembro de 1937, dia seguinte à data em que o presidente Getúlio Vargas decretou o Estado Novo e a discussão em torno desta notícia ocupou toda a primeira página do jornal. Essa escolha por enfatizar um acontecimento como este, colocando-o na primeira página do jornal, certamente, não é aleatória. A disposição das matérias no jornal, o lugar que ocupam na ou entre as páginas podem dizer muito sobre ele.

Apesar de figurarem na primeira página, não recebiam grande destaque, com letras maiores, por exemplo, variando sua posição na página. O título vinha seguido de uma numeração, que teve algumas falhas ao longo da série, gerando números repetidos ou subtraídos, que distinguia as crônicas. Até a crônica de número 39 a numeração foi feita em numerais romanos e após, em numerais arábicos.

É possível assim, perceber algumas das limitações que o jornal possuía naquele período, como a falha na numeração das edições, que era repetida por vários dias, certa desorganização na distribuição das matérias e anúncios pela página, chegando a dar impressão de que o importante era “fazê-las caber dentro da página”, mesmo que se misturassem entre as colunas anúncios publicitários dos mais variados com situações da política nacional ou internacional, ou notícias locais.

Sobre a cidade, havia temas sobre política, economia, esportes, notas sociais, comunicados sobre visitas que pessoas “ilustres” fizessem à cidade ou à redação do jornal, aliás, essa é uma característica presente no *Diário dos Campos* ao longo do tempo, pois o impresso costumava anunciar, dias antes, sobre a visita de alguma “personalidade” como políticos, intelectuais ou artistas e/ou fazia comentários posteriores, comentando a visita realizada.

Assim o *Diário dos Campos* apresentava-se como porta voz dos acontecimentos, um instrumento eficaz na transmissão da notícia aos ponta-grossenses leitores das suas páginas, e mais que isso, procurava estabelecer uma relação de proximidade com eles, mostrando-se tradutor de suas inquietações e, portanto, legitimando o discurso do jornal.

Quando o historiador/professor toma como fonte histórica um periódico, é importante observar toda a estrutura do jornal, desde a formatação das letras, redação, linguagem, divisão das sessões e colunas entre as páginas, imagens utilizadas, pois isso diz muito sobre a

importância que se deu a uma ou outra notícia. Quais filtros foram usados pelos redatores para a divulgação de uma notícia ou um anúncio publicitário, por exemplo?

A autora Tania Regina de Luca (2008) lembra que faz toda a diferença uma coluna ser publicada na primeira ou na última página de um jornal e isso denota o grau de destaque que se quis oferecer àquela notícia ou àquele tema. Um assunto é retomado nos dias seguintes ou fica relegado a uma única edição? O pesquisador deve estar atento a muitas questões que envolvem a produção e circulação do jornal pesquisado, pois há um conjunto de variáveis a serem consideradas quando o jornal se torna fonte de pesquisa, pois todas elas são influenciadoras no processo de produção e circulação da notícia.

Os motivos que levaram à publicação das crônicas, apesar de ser difícil precisar, provavelmente, tenha sido para dar voz a algumas reclamações ouvidas de leitores a respeito dos inconvenientes que eram apontados nas crônicas, e/ou, talvez, pela observação do próprio autor (que também não podemos afirmar com certeza quem era já que não levavam assinatura)<sup>29</sup> ao circular pela cidade.

A princípio pode parecer estranho que o jornal se propusesse a apontar, enumerar e discorrer sobre problemas vivenciados na cidade, já que essa situação parece destoar do discurso assumido pelo órgão diante das autoridades políticas da cidade, pois falar dos problemas contrariava o ideal de cidade moderna e civilizada defendida nas páginas do periódico cotidianamente.

Entretanto, uma leitura cautelosa permite afirmar que mais que criticar situações experimentadas na cidade daquele momento, as crônicas buscavam, com a denúncia dos problemas, explícita ou implicitamente, indicar uma possível solução, um caminho a ser seguido para que esses “inconvenientes” fossem solucionados. Essa situação se repetia em praticamente todas as crônicas publicadas, que recorriam, eventualmente, à Municipalidade ou outros serviços, como ao Delegado de Polícia ou ao órgão de Inspeção de Veículos, por exemplo, mas, sobretudo à população, para que auxiliasse no zelo das benfeitorias realizadas na cidade e fiscalizasse àqueles indivíduos que não cumpriam o seu papel nesse processo.

Na redação das crônicas, uma determinada expressão era repetida em diversos números, sempre como última frase, para encerrar o texto: “*O povo, com a sua boa vontade, é o melhor colaborador da Municipalidade*”. Essa mensagem exprimia uma determinada visão acerca das responsabilidades pela solução dos problemas, afirmando que era dever da população colaborar com o poder público, defendendo que este estaria cumprindo seu papel.

---

<sup>29</sup>A partir daqui, optou-se por utilizar o termo autor ou cronista para se referir à autoria das crônicas, já que não foi possível identificar de quem se tratava, uma vez que não eram assinadas.

Essa posição assumida pelo autor dos textos demonstra a proximidade entre a linha discursiva do jornal e o poder público.

Por isso, é possível afirmar que o *Diário dos Campos*, na medida em que se constituía um importante meio de comunicação, veiculava notícias carregadas de determinados valores e participava da construção de certos modelos a serem incorporados por seus leitores e por toda a sociedade ponta-grossense.

A fim de propor um diálogo com as crônicas do *Diário dos Campos*, tomou-se como fonte o *Álbum Fotográfico* da cidade por acreditar-se que ambos se constituíam fontes privilegiadas para a pesquisa uma vez que trabalham com determinadas representações - textuais e imagéticas, atuando na constituição de memórias coletivas e imaginários sociais sobre a cidade de Ponta Grossa na década de 1930.

Sobre o *Álbum Fotográfico*, embora a proposta seja deter-se às imagens ligadas às temáticas do espaço urbano, e não ser todo o seu conteúdo analisado detalhadamente, a fim de melhor compreender a abordagem efetuada aqui, é importante, em princípio, fazer uma breve discussão sobre o documento, já que o conjunto de fotografias analisadas faz parte dele.

Entende-se que este documento deve ser pensado de maneira ampla, composto de uma determinada narrativa escrita e imagética com um propósito definido, que era o de apresentar ao seu leitor visual uma projetada representação da cidade, e por isso deve ser entendido como um conjunto.

Com organização de Adar de Oliveira e Silva, o *Álbum*, foi publicado em 1936, por encomenda do então prefeito municipal, Albary Guimarães. A impressão foi realizada pela Imprensa Paranaense, Max Scharappe, em Curitiba. Entre textos e imagens, há também arranjos e desenho artístico de Octavio Guimarães, professor de desenho da Escola Normal de Ponta Grossa. E as fotos são de Ewald Weiss.

Não foram muitas as informações levantadas a respeito desses criadores do *Álbum*, por isso muitas questões que poderiam ser discutidas aqui a respeito da autoria, permanecem, por hora, aguardando respostas.

Sobre o organizador, Adar de Oliveira, conseguiu-se levantar apenas que se tratava de um intelectual da cidade e que foi membro do Centro Cultural Euclides da Cunha<sup>30</sup>. Seu falecimento data de 1964.

---

<sup>30</sup>Círculo intelectual criado em Ponta Grossa em 1948, encerrando suas atividades em 1985, reunindo intelectuais que se dedicavam ao estudo e divulgação da história e das tradições nacionais. O principal canal de divulgação dos ideais do grupo foi o Jornal *O Tapejara*, criado por eles e que circulou de 1950 a 1976. (GUEBERT; KARVAT, 2015).

Embora as informações que se tem sobre ele sejam praticamente inexistentes, é importante salientar seu papel enquanto organizador desse documento. O ato de organizar o *Álbum*, reunindo textos e fotografias, implica na construção de uma determinada narrativa, que por sua vez, não é neutra e imparcial. Pelo contrário, trata-se de um processo de escolha, que resulta de variáveis como pensar sobre quais os objetivos daquele produto, quem o idealizou, o que se procura contar através das imagens, quem será o possível leitor do *Álbum*. Em cada escolha realizada, há uma intencionalidade por parte de quem a faz, ou, como coloca Possamai (2005, p. 138), “esse viés não é ingênuo ou aleatório, pois segue critérios, ideias ou intenções pautadas, por sua vez, pelo imaginário social da época em que foi produzido”

Sobre o desenhista, Octavio Guimarães, apenas se sabe que trabalhava na Escola Normal, à época da produção da publicação.

Com relação à outra peça chave para a análise desse documento, o fotógrafo Ewald Weiss, infelizmente, seu trabalho enquanto profissional da fotografia e sua atuação na cidade ainda carece de informações mais aprofundadas.

A história da família de fotógrafos Weiss no Paraná teria iniciado quando José Weiss chegou em Curitiba e foi trabalhar no estúdio fotográfico de Adolpho Volk. Por volta de 1894, Weiss teria deixado os trabalhos com Volk e aberto um estúdio em sociedade com seu irmão Augusto, a qual chamava-se J. Weiss & Irmão. Os dois teriam desenvolvido um trabalho fotográfico significativo em Curitiba e no restante do Paraná, já que por volta de 1903 desfizeram a sociedade e Augusto seguiu como fotógrafo itinerante por outras cidades do estado. José teria permanecido com seu estúdio aberto até a década de 1920. (KOSSOY, 2002)

Sabe-se que o filho de José, Ewald Weiss teria vindo para Ponta Grossa e fundado o Foto Weiss, negócio que funcionaria até a década de 1940. Possivelmente tenha aprendido o ofício com o pai e talvez o tio, em Curitiba, e trocado a capital pela nova cidade para seguir com seu próprio negócio.

Porém, datas e informações mais precisas sobre a atuação de Weiss em Ponta Grossa ainda esperam por um bom trabalho de pesquisa, a fim de documentar o trabalho do fotógrafo. Aqui, entretanto, infelizmente fica essa lacuna, sem maiores informações sobre o autor das imagens que ocupam as páginas do *Álbum*, mesmo conscientes da importância das mesmas no trato da imagem fotográfica pelo pesquisador.

---

O *Álbum* possuía 115 páginas não numeradas, preenchidas com textos, ilustrações e 336 imagens fotográficas. Variadas temáticas relacionadas ao espaço urbano incluindo vistas externas e/ ou externas de diversas ruas e avenidas, prédios públicos, clubes sociais e esportivos, cinemas, casas de comércio, indústrias, hospitais, instituições religiosas, educacionais, culturais e que faziam parte da narrativa proposta.

A publicação é de 1936, utilizando fotografias produzidas por Weiss, encomendadas pelo prefeito Albary Guimarães, entretanto, não há como ter precisão sobre as datas em que todas as fotos foram produzidas, pois a maioria delas não era datada. Algumas delas tinham a data gravada na própria imagem ou na legenda, ou ainda pelo conteúdo é possível perceber que se tratava de datas próximas. Um exemplo é uma foto de carnaval, em que havia a informação que era uma comemoração do carnaval de 1936. Em outro caso, entretanto, uma foto de um grupo de pessoas numa das fazendas retratadas, a própria imagem tem a data de 1931.

Pelo fato de tratar-se de um conjunto muito grande de imagens, é possível que parte delas tenha sido utilizada do acervo que o fotógrafo já possuía, de datas anteriores, ou mesmo, é preciso considerar a possibilidade de nem todas as fotos serem de sua autoria. Há várias fotos de fazendas, por exemplo, localizadas em diferentes regiões do Município, muitas fotos tendo como indústrias, interna e externamente, que talvez tenham sido cedidas para compor o *Álbum*.

Aqui, entretanto, estão sendo levantadas hipóteses, possibilidades em torno da produção e das datas prováveis, mas o único fotógrafo referido no *Álbum* é E. Weiss. Inclusive numa das fotos produzidas do espaço interno de uma Casa de fundição, há a inscrição “Trabalho para a Prefeitura Municipal”, levando a crer que o fotógrafo tomava o cuidado de fazer anotações sobre o as fotos tiradas e selecionadas para a encomenda feita pelo poder Municipal.

Em todo o conjunto de fotografias é possível perceber que se tratava de um trabalho profissional, feito com qualidade técnica. As imagens contemplando o espaço urbano, que são objeto de análise nessa pesquisa, certamente foram produzidas pelo próprio Weiss. Inclusive, por meio de cruzamento com outras informações, é perceptível que foram produzidas próximas à data da publicação, sobretudo porque retratavam obras recentes ou em construção, fazendo crer que foram elaboradas com o propósito exclusivo de documentá-las para serem expostas no *Álbum*.

A primeira fotografia do *Álbum*, ocupando de forma isolada a página: em formato de busto, figura a imagem do prefeito Albary Guimarães. Essa posição concedida à pessoa do prefeito municipal certamente não foi escolhida de maneira aleatória.

Pode ser interpretada como indicativo da importância atribuída ao poder político da cidade, e mais que isso, confere a ele, de certa maneira, a condição de responsável não só pela confecção do *Álbum*, como havia sido explicitado na capa, mas como responsável por aquilo que as imagens se propunham a mostrar ali: visões de uma cidade moderna, progressista, culta, higienizada e civilizada que estava sendo construída sob seu comando, em sua gestão como prefeito.

Um texto introdutório ocupava as dezenove páginas seguintes, com o objetivo de apresentar a cidade, ressaltando sua beleza e desenvolvimento. No início eram trazidas informações formais contendo os feriados municipais, estaduais e nacionais e muitas páginas, intituladas como *Resumo Histórico*, com informações sobre o caminho próspero que a cidade trilhou, desde o momento da ocupação do território, formação da vila, freguesia e cidade.

Havia ainda informações sobre aspectos físico-geográficos de relevo, limites do município, características dos distritos e da área urbana, como o número de ruas, construções, veículos e população. Eram apresentados também números relativos à economia, como o desenvolvimento da indústria, comércio, agricultura, pecuária, além da organização política, judiciária, policial, educacional e cultural da cidade. Enfim, um relato de informações julgadas as mais importantes para constar no *Álbum*, destacando as realizações dos últimos anos que antecederam a publicação, ou seja, durante a gestão de Albary Guimarães.

A narrativa era claramente construída de forma a exaltar as características do município. Aspectos como sua localização geográfica proposta como privilegiada, próxima da capital e ponto de passagem para outras cidades, tanto pela ferrovia quanto pelas vias terrestres, favorecendo o seu desenvolvimento, são destacadas. Da mesma forma se elogiavam os avanços econômicos, industriais, urbanísticos, que, segundo o texto fazem da cidade

‘a primeira do Estado, depois da Capital – possui seis mil prédios, sendo muitos de tipo moderno; tem intenso movimento comercial podendo mesmo afirmar que por ser, como dissemos, o centro ferroviário do Estado, é o empório de todo interior paranaense. Pode-se também assegurar que é a cidade do Estado que tem evoluído e progredido com maior rapidez’ (Álbum de Ponta Grossa de 1936)

As palavras claramente faziam do texto uma propaganda sobre os muitos adjetivos que se pretendia fazer crer que a cidade era merecedora, destacando-se dos demais municípios do estado, sendo entre todas, a que mais crescia.



Não se pode ignorar o contexto em que a produção do *Álbum* estava inserida. Falamos da década de 1930, período em que a propaganda de massas foi usada com muito empenho pelos regimes políticos instaurados. Em nível de Brasil, Getúlio Vargas ocupava a presidência e fez uso da propaganda inspirada nos moldes fascistas dos regimes instaurados em vários países europeus.

Essa década é marcada, no Brasil e no mundo pelo incremento da propaganda política que, de maneira autoritária, ocupou espaços nos meios de comunicação de massa, no âmbito educacional e na produção artística e cultural.

Ao analisar a propaganda política no período Vargas, Maria Helena Capelato afirma que a mesma se “constitui, pois, um elemento preponderante da política de massas que se desenvolveu no período entreguerras a partir das críticas ao sistema liberal considerado incapaz de solucionar os problemas sociais” (CAPELATO, 1998, p. 39). A autora destaca ainda a capacidade dos meios de comunicação de massa, em que a propaganda política se insere, como capaz de interferir na construção dos imaginários coletivos que estão entre as forças reguladoras da vida social e peças importantes nas engrenagens que sustentam o poder. (CAPELATO, 1998, p. 36).

Apesar de nosso objeto de pesquisa referir-se ao que acreditamos ser uma forma de propaganda utilizada numa cidade do interior, como Ponta Grossa, não se pode minimizar os efeitos da influência exercida pelos regimes vigentes em nível nacional e mesmo internacionais. Também não se trata de categorizar o *Álbum* como um instrumento de propaganda nos moldes nazistas, entretanto, é importante que não se perca a dimensão da contextualização do objeto, espacial e temporalmente, tão necessário nos estudos da História.

Ao encomendar a elaboração de um *Álbum* da cidade, certamente o prefeito Municipal tinha consciência do poder que as imagens constantes ali exerceriam sobre seus leitores, sobretudo se considerarmos que havia uma forte tendência pra se pensar as imagens como espelhos da realidade.

A fotografia opera de forma fragmentária e descontínua, seria impossível então resumir ou condensar os diferentes espaços numa só foto. Assim, ao colocar várias fotos num único lugar, como o álbum, cria-se a possibilidade de um continuísmo, criando a ilusão de que a grandiosidade da cidade encontra-se ali de forma total, completa. (POSSAMAI, 2005, p. 139)

Além disso, na própria concepção, o *Álbum* trazia elementos que atuavam como transmissores de determinadas concepções a respeito de seu conteúdo, como a ideia de ordem, de verdade (que está contida nas fotografias), de beleza, expressa também nas imagens, enfim,

de construção de uma cidade idealizada. Esse conjunto de elementos explica, em grande parte, as intenções que permearam sua elaboração.

A análise do *Álbum* foi guiada, sobretudo, pela metodologia adotada por Zita Possamai (2005) que propõe a interpretação das fotografias das vistas dos álbuns fotográficos como “suportes produtores de memória e também de esquecimento. Nelas são selecionados aspectos urbanos dados a ver e que se transformam em certas memórias da cidade, ao passo que outros aspectos são retirados da visibilidade, selando o esquecimento”. (POSSAMAI, 2005, p 17). Seu trabalho iluminou significativamente a abordagem das fotografias enquanto composições de uma série, de uma publicação como o *Álbum da cidade*.

### 3. FOTOGRAFIAS E CRÔNICAS: DOCUMENTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Disponibilizamos aqui um conjunto de fontes que poderão ser utilizadas pelos professores em sala de aula. Optamos por não fazer uma delimitação de série ou faixa etária, possibilitando assim a liberdade de uso e adaptação pelo professor para a abordagem de diferentes temáticas e procedimentos metodológicos.

Figura 01: Primeira página do Jornal *Diário dos Campos* de 27 de out. de 1937



Acervo: Museu Campos Gerais.

Figura 2: Crônica *Problemas citadinos* do jornal *Diário dos Campos* de 27 de out. de 1937.

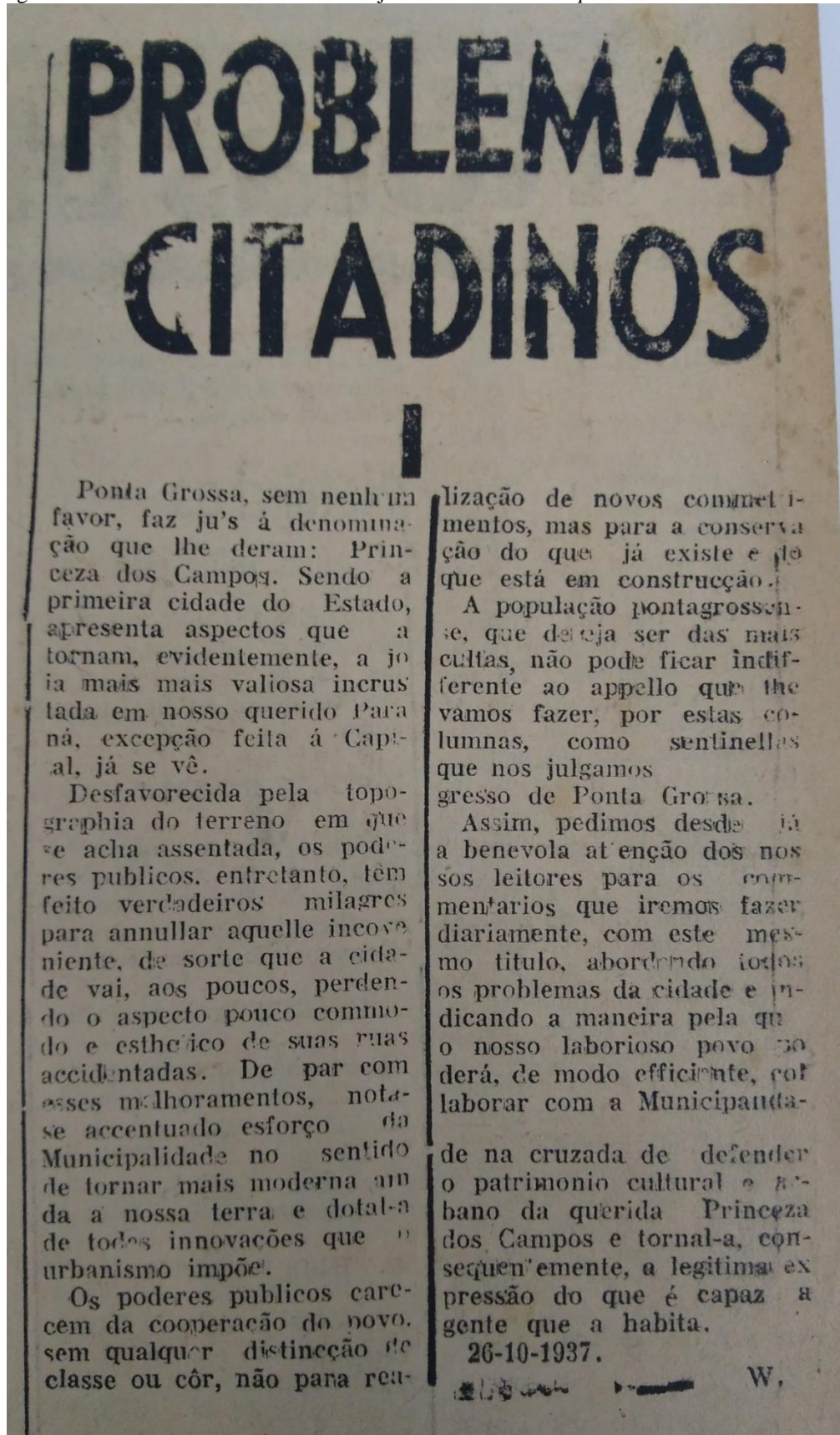




Figura 3: Crônica *Problemas citadinos* do jornal *Diário dos Campos* de 04 de nov. de 1937

# Problemas CITADINOS VII

Nenhuma cidade — sabemos todos — pôde ser completa se lhe faltar, em abundância, nas ruas, arborização. Todas as Municipalidades cuidam do plantio de arvores com especial carinho, não só para dar aspecto mais alegre á cidade, como também, e principalmente, porque é a arvore o melhor auxiliar da hygiene, nos grandes agglomerados humanos.

E' a arborização imprescindível á saude das collectividades, porque absorve hydrogenio e carbono, nocivos ao povo.

A attenção que a nossa Municipalidade está dando a esse problema de todas as cidades é, por conseguinte, digna de louvores, pois ao par do embellezamento da nossa urbs, quer com isso a Prefeitura fornecer menores possibilidades ao surto de molestias fataes, comuns nos grandes centros.

Possivelmente, moleques

desoccupados e mal-educados, desconhecendo as reaes vantagens decorrentes de simples principios de hygiene, ás escondidas, tentaram e conseguiram em alguns casos, inutilizar o esforço dos poderes publicos, agindo de modo a contrariar as posturas municipaes, ao destruirem diversas arvores plantadas em várias ruas e avenidas da cidade. E o peór é que a acção destruidora se fez sentir em arvores recém-plantadas em pleno viço, estuantes de chlorophylla, como nos foi dado constatar. Arrancaram-nas sem qualquer fim util. Quebraram-nas, sem nenhum motivo plausivel, pois nada há que possa justificar semelhante procedimento.

A policia precisa segurar esses precoces malfetores, dando-lhes o correctivo necessario.

O povo, com a sua boa vontade, é o melhor collaborador da Municipalidade.



Figura 4: Crônica *Problemas citadinos* do jornal *Diário dos Campos* de 06 de nov. de 1937.

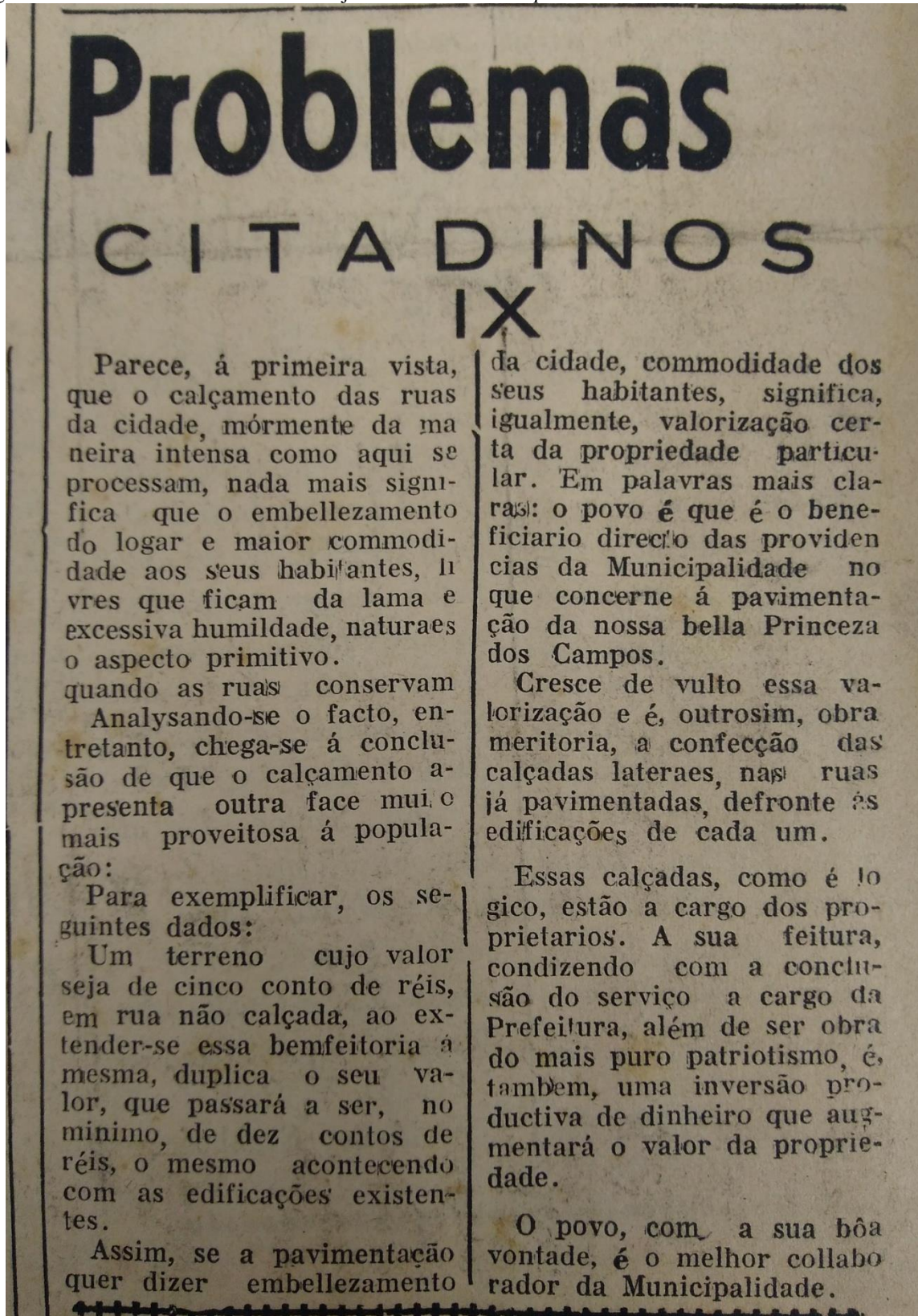




Figura 5: Crônica *Problemas citadinos* do jornal *Diário dos Campos* de 07 de nov. de 1937.

# Problemas

## CITADINOS

### X

A presente chronica é, por assim dizer, um complemento á de hontem, sob nº. IX, pois ainda trata da valorização da propriedade individual.

Fallaremos, hoje, das edificações particulares que têm terrenos vazios ao lado, sem estarem devidamente resguardados com muros ou gradis em base de argamassa ou outra materia solida.

E' commum vêr-se bellas residencias, bonitas vivendas, em grande parte, pelo systema antigo de cercal-as: taboas rusticas, sem segurança, a servir de resguardo ao terreno. Além de causar desagradavel impressão, por isso que até um ar de tristeza põe no edificio, esse modo ainda desvaloriza a propriedade.

Com muros ou gradis como assignalamos linhas atraz, o predio soffre inteira modificação. A mesma casa toma outro aspecto, mais gracioso e alegre, e, até ao primeiro golpe de vista, dá mais valor á edificação.

Trata-se, como se vê, do mesmo casa que occorre as calçadas. O proprietario presta relevante serviço á comunidade, cooperando no seu embellezamento e fornece, elle proprio, os meios de tornar mais valorizada a sua vivenda, sem contar que põe maior segurança á sua propriedade.

O povo, com a sua boa vontade, é o melhor collaborador da Municipalidade.

---

## a Criança

chado nº. 72  
fantil.

anos de idade. Mensalidade

ANÇAS POBRES

O — das 13 ás 14 horas

as 14,30 ás 16,30.

as 16,30. ás 18 horas.

Figura 6: Crônica *Problemas cidadãos* do jornal *Diário dos Campos* de 14 de nov. de 1937

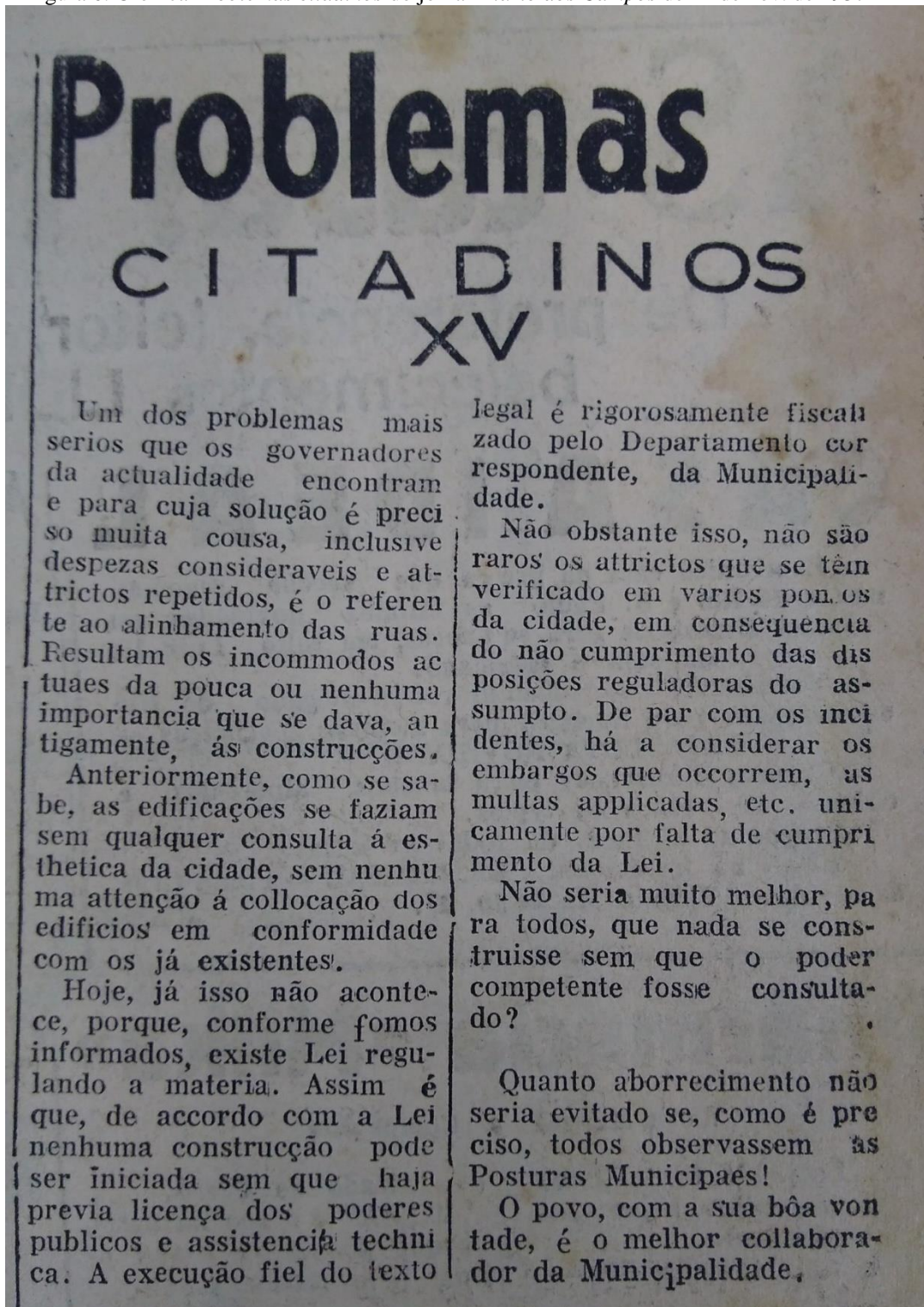




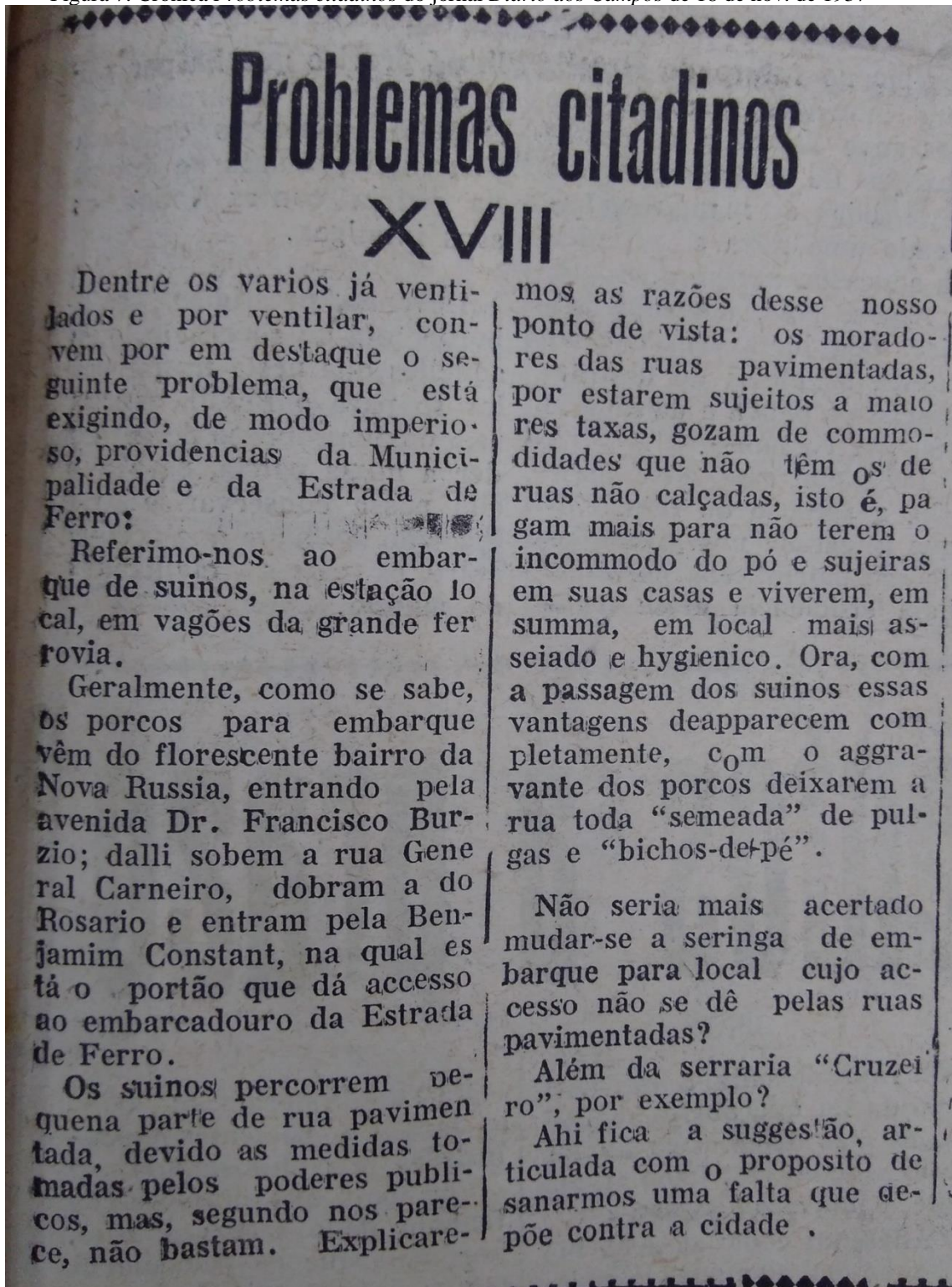
Figura 7: Crônica *Problemas citadinos* do jornal *Diário dos Campos* de 18 de nov. de 1937



Figura 8: Crônica *Problemas citadinos* do jornal *Diário dos Campos* de 02 de dez. de 1937

# Problemas citadinos XXVIII

Comquanto o honrado sr. Delegado Regional de Polícia, ao lado de outras medidas de alto alcance social, já tenha tratado do assumpto de que nos vamos ocupar, não é demais, pensamos, que se ponha o caso novamente em debate, para as providencias necessarias á sua prompta solução.

Queremos nos referir á inadiavel precisão da activa autoridade regulamentar a venda de jornaes, durante a noite, pelos menores que se dedicam a esse mistér. Ditos jornaes chegam á cidade pelos trens mixtos da Estrada de Ferro nunca antes das 21,30 horas e é depois dessa hora que innumeross menores, annunciando, percorrem as ruas, os cinemas, cafés, etc. da cidade.

Digno de encomios, não haja duvida, o trabalho esta

fante desses pequenos trabalhadores, cujo ganha-pão se resume nessa martyrisante correria, dia e noite, pelas ruas.

Durante o dia nada ha que se diga, mas á noite não nos parece razoavel o excessivo numero dos que se entregam a esse serviço, não devido á reduzida quantidade de periodicos que chega, como tambem, e principalmente, porque os menores estão sujeitos a maiores inconvenientes quanto á formação de seu character, suas tendencias e indoles.

Dahi, pois, a liberdade que nos permittimos tomar, lembrando ao nosso digno e operoso Cap. Delegado de Polícia a conveniencia de ser regulamentada a venda de jornaes, á noite, no interesse dos proprios menores.

Figura 9: Crônica *Problemas citadinos* do jornal *Diário dos Campos* de 09 de dez. de 1937.

# Problemas citadinos

## XXXIV

A alma do negocio é a propaganda, conforme tornaram axiomatico os dynamicos negociantes, industriaes e commerciantes norte-americanos.

Effectivamente, ninguem poderá negar que todo artigo ou objecto exposto á venda depende, em grande parte, mais do systema de annuncios e propagandas, do que da qualidade, de onde se infere que os estadunidenes têm razão nos espalhados factos reclames que organisam em defesa do que é seu.

E' preciso, porém, que a propaganda seja razoavel dentro dos principios e limites que norteiam o bom commercio, pois, do contrario, seria uma propaganda

de resultados contraproducentes.

Foi ao lembrarmo-nos disso, em plena rua 15, no vae-vem nocturno, que se nos depararam varios garôtos em punhando vistosos cartazes de propaganda dos cinemas locais, nos quaes se annunciavam os filmes em exhibição.

Francamente, em que peze a consideração que nos merecem as emprezas locais, achamos que esse systema de propaganda destôa abertamente dos nossos fôros de cidade civilizada, sendo até motivo de embaraços aos que se entregam, á noite, ás delicias do "footing", que estão sempre aos encontrões com os propagandistas.



Figura 10: Crônica *Problemas citadinos* do jornal *Diário dos Campos* de 10 de dez. de 1937

# Problemas citadinos

## XXXV

Relativamente ao assumpto de que foi objecto a nossa modesta chronica anterior, devemos registar mais o seguinte, com o interesse exclusivo de emprestar os nossos despretenciosos conhecimentos urbanos em prol do melhor nome de nossa querida Princeza dos Campos.

Se na chronica n.º 34 falámos sobre a propaganda dos cinemas com os taes "cartazes ambulantes", na rua 15, aqui nos achamos para pedir a attenção dos poderes competentes afim de ser evitado que as mesmas emprezas se utilizem do antiquado e irritante systema de annunciar filmes com a arcaica carrocinha cercada de cartazes berrantes e o gongo, no seu interior, manejado por entusiasta mão de garoto, a ferir o ouvido dos pobres pontagrossenses que têm a infelicidade de se ap-

proximar...

Já que os interessados fazem o serviço de propaganda sem qualquer medida cobiliva, espalhando cartazes por toda cidade, pregando papeis nos muros, escrevendo nas calçadas, etc., ao menos que façam esse obsequio á nossa culta cidade: que deixem em paz os carrinhos, que façam emmudecer os gongos estridentes e fiquem com a já bastante propaganda que realizam, não só com os "cartazes silenciosos", como também por meio de programmas distribuidos nas ruas e publicados na imprensa.

Nem por isso, acreditamos, a frequencia diminuirá, pois quem quer ir ao cinematographo, vai mesmo sem programma e quem não quer, não irá de geito nenhum.

O annuncio deve ser razoavel, comedido, para não se tornar inconveniente.

Figura 11: Praça João Pessoa, vendo-se a Estação da Estrada de Ferro (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Figura 12: Rua padre João Lux, antiga Matriz (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Figura 13: Praça Marechal Floriano Peixoto (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Figura 14: Rua 15 de Novembro (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936



Figura 15: Avenida Bonifácio Villela (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Figura 16: Rua Coronel Claudio (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Figura 17: Avenida Dr. Vicente Machado (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936

Figura 18: Augusto Ribas (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936



Figura 18: Vista parcial de Ponta Grossa (nordeste) (título original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936

Figura 19: Trecho do calçamento em execução na Avenida Carlos Cavalcanti (título original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936

Figura 20: O serviço de canalização do arroio Pilão de Pedra, dentro do quadro urbano (legenda original)



Fonte: Álbum de Ponta Grossa de 1936.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desejamos que as discussões iniciadas neste texto possam servir de subsídio para seu trabalho cotidiano de sala de aula e o incentive a trabalhar com a história de Ponta Grossa, a partir de um conjunto de fontes disponibilizadas, escolhendo e adaptando à realidade de seus alunos as diferentes possibilidades para o uso desses documentos.

Que esse material possa contribuir de alguma maneira para o exercício de uma educação que coloque o aluno como figura central e ativa do seu processo aprendido.

Sucesso!

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Ensino de história e fontes históricas *In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS*, 7. 2015, Alagoas. **Palestra** [...] Alagoas, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17196?show=full>. Acesso em: 16 set. 2019.
- AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos (org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- ARAUJO, Viviane. O papel da fotografia na construção simbólica das reformas urbanas. Rio de Janeiro, 1904-1906. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 47- 69, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642616/pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: RUGGIERO, R. (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1e\\_va3agzKsgL90-HrmX8vhCkN7U58Ttq/view](https://drive.google.com/file/d/1e_va3agzKsgL90-HrmX8vhCkN7U58Ttq/view). Acesso em: 05 ago. 2018.
- BERBERI, Elizabeth. **Impressões: A Modernidade através das Crônicas no início do século em Curitiba**. 1996. Dissertação (Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24615/D%20-%20BERBERI%2C%20ELIZABETE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jan. 2020
- BEZERRIL, Simone da Silva. Imprensa e Política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. *In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA*, 2, 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís, 2011. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerrill.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BRASIL. MEC. BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: UNESP, 2017.

CAIMI, Flavia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.129-150, dez. 2008

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? **Revista Comunicação & Mercado/UNIGRAN**. Dourados, v. 1, n. 2 - edição especial, p 79-87, nov. 2012.

CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto :USP, 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 6, p. 51-69, jan./dez. 2007.

CHAMA, Guísela V. F. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa, PMPG, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro/ Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-189, abr./jun, 1991.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada: discursos e representações sociais no Jornal Diário dos Campos na década de 1930**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, Niltonci Batista. (org). **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

CHAVES, Niltonci Batista. (org). **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG; Instituto Cidade Viva, 2003.v 2.

CHAVES, Niltonci Batista. (org). **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG, 2004. v. 3

CHAVES, Niltonci Batista. **Entre “Preceitos” e “Conselhos”**: Discursos e Práticas de Médicos Educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953).2011. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: Memória, história e fotografia. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 33-46. jan./abr. 2012.

COELHO, Patrícia. A radioeducação no Brasil e o culto ao pacifismo (1919-1939). **Cadernos de História da Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.539-553, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/39603>. Acesso em: 08 jul.2020.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. História Local e Micro-História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 154, jul./ 2018, p. 11-27. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/57504>. Acesso em: 24 jul. 2018

COSTA, Ana Valéria de Figueiredo. **Imagens Fotográficas de Professoras**: uma trajetória visual do magistério em escolas municipais do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12305/12305\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12305/12305_1.PDF). Acesso em: 20 nov. 2018.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações autoritárias**: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86669>. Acesso em: 22 fev. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GEJÃO, Natália. A fotografia como mediador cultural na construção do conhecimento histórico escolar. **Antíteses**, v. 2, n. 3, p. 257-267, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 26 jul. 2018.

GONÇALVES, Nádia G. Documentos de arquivos históricos escolares: possibilidades para o ensino de história. In: MOLINA, Ana Luiza. (org). **Ensino de História e Educação**: olhares em convergência. 1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012. p. 11-36.

GONÇALVES, Carlos Eduardo M.; DROPA, Márcia M.; SOUZA, Luis F. de. Catedral de Ponta Grossa: a importância do patrimônio na História do Município. In: CONEX-Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG, 13., 2015. Ponta Grossa. **Anais eletrônicos** [...] Ponta Grossa: UEPG. 2015. Disponível em: [https://sites.uepg.br/conex/anais/anais\\_2015/anais2015/974-3401-1-PB-mod.pdf](https://sites.uepg.br/conex/anais/anais_2015/anais2015/974-3401-1-PB-mod.pdf). Acesso em: 26 fev. 2020

GUEBERT, Caroline; KARVAT, Erivan. De histórias e tradições: O Centro Cultural Euclides da Cunha e a Historiografia no periódico Tapejara (1950-1961), **Revista Ateliê de História - UEPG**. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 41-77, 2015.

GUIMARÃES, Albary. **10 anos de governo** - À guisa de prestação de contas ao contribuinte e à população em geral. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 1944.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (org.). **A invenção do Brasil moderno**: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLLOWATE, Isaias. Relações de poder: a contenda entre o jornal Dário dos Campos e a câmara municipal no alvorecer da imprensa ponta-grossense. **Revista Mídia & Contexto**, v.1, n.4, p. 1-17, 2015. Disponível em: <http://www.faculdadespontagrossa.com.br/revistas/index.php/midiacontexto/article/view/169/146>. Acesso em 16 set. 2019.

HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco Histórias Convergentes**. 2. Ed. rev.. Ponta Grossa, UEPG, 2004.

KOSSOY, Boris. **Dicionário Histórico Fotográfico Brasileiro**: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 5. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Editora da USP; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LAPUENTE, Rafael S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. *In: Encontro Nacional da História da Mídia*. 10., 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. porto Alegre: UFRG, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>. Acesso em: 16 out. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. [et al.] - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vania Carneiro. Desenhocop – o ensino através de imagens. **História da educação**. ASPHE/FAE/UFPEL. Pelotas, n. 14, p. 14-28, set./ 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30219/pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos”. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/128629778/de-luca-tania-regina-historia-dos-nos-e-por-meio-dos-periodicos>. Acesso em: 16 out. 2018.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf). Acesso em 30 maio 2018

MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de História Visual. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 61, p. 105-132, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/39008/23769>. Acesso em 30 maio 2018.

MAUAD, Ana Maria. Por uma história fotográfica dos acontecimentos contemporâneos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 90 - 133. jan./abr. 2016. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308172016090>. Acesso em: 30 maio 2018.

MAUAD, Ana Maria. RAMOS, Itan Cruz: Fotografias de família e os itinerários da intimidade na história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 155-178, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/795>. Acesso em: 30 maio 2018.

MOLINA, Ana Heloisa. Ensino de História e Imagens: possibilidades de pesquisa. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. I, n. 1, p. 15-29, nov. 2007. Disponível em: [www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19265](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19265). Acesso em: 26 jul. 2018.

NASSAU, Juçara de Souza. **Álbum de Montes Claros (1927)**: estudo crítico a partir das fotografias de Serafim Facella (1927- 1939). 2014. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual–Faculdade de Artes Visuais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. **Revista Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.1, n. 2, p. 25-36, abr./out. 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3146>. Acesso em: 25 jul. 2018.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano, imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Revista Espacialidades** [online], v 2, n. 1, p. 1-31, 2009. Disponível em: <https://cchla.ufm.br/espacialidades/v2n1/arimatea.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995a.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 02, p. 09-27, 1995b.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Cultura e representações: uma trajetória. **Anos 90**, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6395>. Acesso em: 06 mar. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

PONTES, Felipe Simão; GADINI, Sergio Luiz. Mídia, História e Memória dos Campos Gerais do Paraná. Breve análise histórica do jornalismo impresso na cidade de Ponta Grossa (PR). *In: Encontro Nacional da História da Mídia*, 3.,2005, Novo Hamburgo. **Anais** [...] Novo Hamburgo: ALCAR, 2005.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e vistas urbanas. **História**, São Paulo, v. 02, n. 27, p. 253-277, 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade Fotografada: Memória e esquecimento nos álbuns da cidade: Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?value=Possamai%2C+Zita+Rosane&type=author>. Acesso em: 01 jun. 2018.

RESNIK, Luís. **Qual o lugar da história local?** Disponível em: [www.historiasdesaogoncalo.pro.br/txt\\_artigo\\_03.pdf](http://www.historiasdesaogoncalo.pro.br/txt_artigo_03.pdf). 2008. Acesso em: 26 jul. 2018.

RESNIK, Luís. ARAUJO, Marcelo da Silva. Imagens constituindo narrativas: fotografia, saúde coletiva e construção da memória na escrita da história local. **História, ciências, saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.14, n. 3, p. 1013-1036, jul./set. 2007.



RESNIK, Luís. História local e práticas de memória. In: PEREIRA, Junia Sales. **Produção de materiais didáticos para a diversidade**: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar. Belo Horizonte/Brasília: Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG: Caed UFMG, 2010.

RIBEIRO, Suzana Barreto. **Percursos do Olhar**: Campinas no início do século XX. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

SAMUEL, R. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set./1989 - fev./1990.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza: 1890-1915. 2ª edição. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SANTOS, Eunice Ribeiro. O uso do documento fotográfico no ensino da história: tecendo caminhos entre a história, a fotografia e o ensino. **Revista Travessias**, v. 2, n. 2, p. 253-265, 2008. Disponível em: [e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2865/2260](http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2865/2260). Acesso em: 20 ago. 2019.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Luís Carlos Borges da. A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental. In.: Encontro Estadual de História: Poder, cultura e diversidade .3. ,2006, Bahia. **Anais** [...]. Bahia: ANPUH, 2006. Disponível em: [http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_III/luis\\_carlos.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/luis_carlos.pdf). Acesso em: 24 jul. 2018.

SILVA, Marcos A. da. A construção do saber histórico: historiadores e imagens. **Revista de História**, São Paulo, n. 125-126, p. 117-134, jul. 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18668/20731>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte Histórica. **Historiæ**, Rio Grande, 1(2):113-120, 2010. Disponível em <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2366>. Acesso em 30 maio 2018.

SOUSA, Rui Bragado. A câmara obscura: a fotografia como fonte histórica. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 145, jun 2013. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/19582>. Acesso em 30 maio 2018.

STANCIK, Marco A. De corpo quase inteiro: retratos fotográficos e representação feminina no Brasil (1890-1910). **Iberoamericana**, Berlin, v. 11, n. 44, p. 7-24, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/251761135\\_De\\_corpo\\_quase\\_inteiro\\_retratos\\_fotograficos\\_e\\_representacao\\_feminina\\_no\\_Brasil\\_1890-1910/link/00b7d51f17916135bb000000/download](https://www.researchgate.net/publication/251761135_De_corpo_quase_inteiro_retratos_fotograficos_e_representacao_feminina_no_Brasil_1890-1910/link/00b7d51f17916135bb000000/download). Acesso em 13 jan. 2020.

STANCIK, Marco A. **Souvenirs da Grande Guerra (1914-1918)**: virilidade e feminilidade em cartões-postais franceses. Curitiba: CRV, 2017.

STANCIK, Marco A. A arte de fotografar em Curitiba no século XIX: dos profissionais itinerantes aos primeiros estúdios. **História**, Franca, 2020 (no prelo).

TOLEDO, Maria Ap. L. Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, p. 743-758. jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 24 jul. 2018.

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Biblioteca Central Prof. Faris Michaele. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos acadêmicos. 4. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2019.

ZICMAN. René Barata. A História através da imprensa - algumas considerações metodológicas. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 4, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>>. Acesso em: 16 out. 2018.

WEBER, Daniela Maria. Metodologia para pesquisa em imprensa: experiências através *D'O Paladino*. Revista **Signus**, ano 33, n 1, p. 9-21, 2012. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/718>. Acesso em: 16 out. 2018.